



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 19 de março de 2015.

Participantes: Celso Tadeu Pelizer, Maria Isabel Iamarino Pizzi e Márcia de Kátia Francesquini Miqilini.

Às 09:00 horas do dia 19 de março de dois mil e quinze, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados para reunião ordinária. Dando início aos trabalhos, o secretário agradeceu a presença de todos e procedeu à leitura da ata da última reunião realizada em 26 de fevereiro de dois mil e quinze e da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes. **1) Análise do Panorama do mês de fevereiro de 2015:** Lido, discutido e transcrito na íntegra: “Na contra mão do noticiário ruim que predominou na agenda do mês, o Ibovespa, principal índice de referência da bolsa brasileira, teve o melhor desempenho do balanço de investimentos do mês de fevereiro. Com alta expressiva de quase 10%, o indicador desbancou as aplicações de renda fixa, que são mais conservadoras, e superou a rentabilidade do dólar e do ouro, que também tiveram altas significativas no mês. No centro das atenções, mais uma vez a Petrobras: a saída de Graça Foster da presidência da companhia foi comemorada pelo mercado, que precisava que a saída da presidente representava o início das mudanças da gestão da estatal. O Conselho de Administração da companhia surpreendeu o mercado ao escolher Aldemir Bendine, que ocupava até então a presidência do Banco do Brasil. A notícia repercutiu mal entre os agentes econômicos, por interpretar a escolha como uma continuidade da ingerência do governo na estatal, e que sua escolha não forneceria o choque de credibilidade necessário à companhia. Em suas primeiras declarações, Bendine afirmou que fará uma baixa contábil de ativos relacionados à corrupção para mostrar “com clareza e transparência, qual é o número da companhia no momento”. O balanço auditado de 2014 está previsto para ser divulgado até o final de maio. Disse também que irá implementar cortes nos investimentos da estatal e estimular a venda de ativos. Em meio a troca do comando da estatal, a agência classificadora de riscos Moody’s informou o rebaixamento da nota de crédito da Petrobras (Baa3 para Ba2), agora considerada de grau especulativo. A ação reflete a preocupação com as investigações de corrupção, atraso na divulgação do balanço auditado e aumento do endividamento da estatal. Também fez preço a divulgação do resultado fiscal do setor público consolidado em janeiro, acima do esperado. O setor público consolidado – governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais – apresentou superávit primário de R\$ 21,0 bilhões em janeiro, o equivalente a 4,88% do PIB. O resultado é 5,73% maior que o superávit de R\$ 19,9 bilhões em janeiro de 2014. O saldo positivo ocorre após o ano passado fechar com déficit de R\$ 32,5 bilhões. No acumulado de 12 meses, o resultado permanece deficitário em R\$ 31,4 bilhões. Do lado externo, destaque para o discurso da presidente do Federal Reserve – FED, Janet Yellen, de que não haverá aumentos nas taxas de juros dos EUA nas próximas reuniões do FOMC, o Comitê Federal de Mercado Aberto. Yellen citou a fraqueza no aumento dos salários e a inflação baixa para explicar porque o FED deve ser manter “paciente” antes de realizar um aumento nos juros básicos da maior economia do mundo. Na zona do Euro, destaque para a divulgação do PIB alemão, com o crescimento da economia impulsionada por uma demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

doméstica mais forte. Dados ajustados sazonalmente confirmaram expectativa preliminar de que o PIB alemão cresceu 0,7% na comparação trimestral entre outubro e dezembro. A demanda doméstica respondeu com 0,5%, enquanto o comércio exterior acrescentou 0,2%. Já as contas públicas apresentaram superávit equivalente a 0,6% do PIB em 2014, e somou € 18 bilhões. A crise da Grécia manteve-se no radar. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu fecharam acordo que prevê a extensão provisória da ajuda à Grécia, mediante o cumprimento de reformas, como planos de combate a corrupção, evasão fiscal e contrabando de combustível e tabaco. **Bolsa** A recuperação da bolsa marcou o mês de fevereiro. O Índice Bovespa, que reúne os principais papéis do mercado, fechou em alta de 9,97%, com a recuperação de papéis importantes como Petrobras e Vale. A alta das ações, porém, não coincide com a perspectiva para a economia do país, que piorou neste mês e levou o mercado a prever uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5%. Mas o Ibovespa conseguiu pelo menos recuperar as perdas de janeiro e voltar para o azul no ano, com alta de 3,15%. Também fez preço o anúncio da elevação das alíquotas de Contribuição Previdenciária das empresas sobre receita bruta, que na prática significa a redução da desoneração da folha de pagamentos. Foi mais uma medida que visa o reequilíbrio fiscal, além do anunciado limite de gastos dos órgãos federais com custeio e investimentos, incluindo o Programa de Aceleração do crescimento (PAC), a R\$ 75 bilhões até abril. Apesar de a medida da desoneração afetar as empresas no curto prazo, o impacto amplo é positivo. Se hoje o principal problema do país e das empresas é a falta de perspectiva de crescimento devido à falta de credibilidade e ao desmazelo fiscal, ações como essas melhoram as perspectivas no longo prazo. **Renda Fixa** No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, o mês foi de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço observado nas últimas semanas, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real. Entretanto, nos últimos pregões do mês ocorreu uma reversão da tendência, e a forte queda observada esteve relacionada a melhora do noticiário externo (alívio com Grécia, discurso de Janet Yellen, e medidas fiscais do governo brasileiro). Ao término da última sessão regular de janeiro na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,03%, ante 12,75% do fechamento de janeiro. Na contramão, o DI para janeiro de 2017 apontava 12,78%, de 12,47% no ajuste de janeiro. Na contra mão, o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,23%, ante 11,89% no fechamento de janeiro. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio/2015, que registrou alta de 1,57% no mês. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica se encontra em patamar elevado. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 0,54%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,22%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, acelerou apenas 0,17% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,74%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou ganho de 0,03%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,45% no mês. **Câmbio** O dólar comercial também foi destaque em fevereiro, com alta de 6,19%. É o sexto mês seguido em que o dólar avança, acumulando valorização de 27,56% no período. No ano de 2015, a alta é de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

7,42%. A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias, e pelas incertezas com a Rússia e o atoleiro da Ucrânia e com a crise na Grécia, que volta e meia ameaça sair do euro. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil. Investidores aguardam agora o anúncio da próxima etapa de rolagem dos swaps cambiais que vencem em abril, equivalentes a US\$ 9,9 bilhões, sob expectativa de que novamente a autoridade monetária reponha integralmente esses swaps. Devem crescer no mercado também os questionamentos sobre o futuro do programa de intervenções diárias, marcado para durar até “pelo menos” o fim de março. **Perspectiva** Na semana de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o rumo da Selic, o Relatório de Mercado Focus revela que a mediana das previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2015 passou de uma alta de 7,33% para 7,47%. Há um mês, a mediana das estimativas para o indicador estava em 7 01%. Esta é a nona semana consecutiva em que há alta das previsões para o IPCA deste ano. A expectativa de que o Banco Central não entregará, portanto, a inflação de 2015 sem estourar o teto da meta de 6,50% também pode ser vista no Top 5 de médio prazo, que é o grupo dos economistas que mais acertam as previsões. Para esses profissionais, a mediana para o IPCA deste ano segue acima da banda superior da meta e passou de 7,12% na semana passada para 7,51%. Quatro semanas atrás, estava em 6,86%. É no curto prazo que os preços mostram mais descontrole. Depois da alta de 1,24% de janeiro, revelada pelo IBGE, os analistas preveem que o IPCA suba 1,07% em fevereiro - na semana anterior estava em 1,04% e quatro antes, em 1,01%. Para março, é aguardada uma pequena desaceleração da taxa, que deve ser de 0 95%. Na semana anterior, porém, a mediana das previsões estava mais baixa, em 0,79% e um mês antes, em 0,59%. Este cenário corrobora a revisão do PIB para baixo, pela nona vez consecutiva. Com a deterioração das estimativas para a produção industrial, a mediana das previsões para o PIB em 2015 aprofundou a perspectiva de retração, e passou de 0,50% para 0,58%. Para 2016, as perspectivas seguem um pouco mais otimistas. A previsão de alta de 1,50% foi mantida pela quarta semana consecutiva. A produção industrial segue como referência para a confecção das previsões para o PIB de 2015 e 2016. No boletim, a mediana das estimativas para o setor manufatureiro revela uma expectativa de queda de 0,72% para este ano, bem maior do que a previsão de baixa de 0,35% vista na semana passada. Neste contexto, mantemos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada no IMA-B e IMA-Geral em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI e/ou IRF-M 1. Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida ao mínimo possível, e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.”2) **Análise do demonstrativo do enquadramento na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimento/2015, tendo como base o mês de fevereiro/2015;** apresentado o relatório de enquadramento foi verificado por todos que as aplicações do FMAP estão totalmente enquadradas na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimentos do FMAP, totalizando no referido mês uma carteira de R\$ 56.852.312,91. 3) **Relatório da Carteira mês de fevereiro/2015:** apresentado aos presentes a composição da carteira do mês de fevereiro de 2015 para análise quanto a quantidade de cotistas em cada fundo de investimento, o percentual do PL do FMAP aplicado e o saldo. 4) **Resultado das aplicações financeiras após as movimentações – Fevereiro/2015:** apresentado para análise os retornos individuais de cada fundo de investimento da carteira do FMAP. Também foi analisada pelos presentes a rentabilidade do mês de fevereiro de 2015,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

constatando a meta atuarial (IPCA + 6%) de 1,64% e a rentabilidade auferida na carteira do FMAP de 0,83%, com um retorno acumulado no primeiro bimestre/15 representando 68,44% da meta atuarial. Foi passado, pela Sra. Maria Isabel Iamarino Pizzi, que o retorno os pagamentos dos juros referentes as aplicações dos Fundos BB TP IPCA I e IV foram creditados na Conta Movimento 5) **Total do patrimônio líquido do FMAP por instituição financeira e Segmentos:** Foi disponibilizado aos presentes o Demonstrativo dos recursos por instituição e segmentos referente ao mês de fevereiro de 2015, no qual constam o valor de R\$ 49.088.176,67 que representam 86,34% do PL do FMAP aplicados na Caixa Econômica Federal, R\$ 6.775.196,23 que representam 11,92 % do PL do FMAP aplicados no Banco do Brasil S.A., e R\$ 988.840,01 que representam 1,74 % do PL do FMAP aplicados no Bradesco Asset Management; Segmentos em **Renda Fixa** R\$ 53.695.033,62 correspondentes a 94,45% e **Renda Variável** R\$ 3.157.279,29 correspondentes a 5,55%. 6) Foi apresentado o Procedimento para Credenciamento de Entidades Financeira, com os devidos ajustes, o qual foi lido aos Membros do Comitê para deliberação. Na oportunidade o Sr. Celso Tadeu Pelizer lembrou aos presentes que este Procedimento era parte integrante da última Política de Investimento e foi extraído seu conteúdo com os devidos ajustes para melhor apresentação e disponibilização às Instituições Financeiras. Foi discutido e aprovado, por unanimidade, inclusive seja enviado ao Conselho Municipal de Previdência para deliberação e disponibilização às Instituições. 7) **Análise dos Fundos de Investimentos: GP CAIXA RENDA IMOBILIÁRIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO-FII – CNPJ 19.386.091/0001-92 e CAIXA LOGISTICA FIC FIP (CNPJ: 19.768.984/001-83):** Foi passado aos presentes que estes fundos foram objetos de análise pela empresa de consultoria Credito e Mercado os quais trouxeram os seguintes apontamentos: O primeiro tem como Administrador a Caixa Econômica Federal e Gestor a GPRE Administradora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 17.413.704/0001-99, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimentos e gerir carteiras mobiliárias por meio do Ato Declaratório n.º 13.395, de 12/11/2013. É uma subsidiária integral da GI Investimentos líder em investimentos alternativos na América Latina, com forte atuação na gestão de recursos. Fundada em 1993 e, nos últimos 20 anos, soma mais de 50 empresas investidas e US\$ 5 bilhões captados de investidores de todas as partes do mundo, nesse período acumulou forte experiência na administração de recursos de terceiros. A GP Investimentos tem uma gestão ativa dos investimentos e acumulou experiência no mercado imobiliário tanto no aspecto corporativo quanto de projetos e decorre de sua participação na sólida criação de grandes empresas do setor imobiliário. Do Fundo de Investimentos Imobiliários: O Fundo de Investimentos Imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. É constituído sob forma de condomínio fechado, onde o resgate de quotas não é permitido. O objetivo é auferir ganhos mediante locação, arrendamento e/ou alienação das unidades de empreendimentos adquiridos. Características básicas: Total da oferta da 1ª emissão R\$ 400.000.000,00 (4.000.000 de cotas), entretanto inicia com o mínimo R\$ 200.000.000,00. Prazo de duração: Sete anos caso não seja aprovada a 2ª emissão, caso aprovado o prazo pode ser por tempo indeterminado. Período de investimentos: 02 (dois) anos contados da 1ª integralização de cotas podendo ser estendido por mais 12 meses e uma segunda vez por até 6 meses. Pagamento do rendimento: Durante o período da 1ª emissão de cotas provavelmente não serão distribuídos aos cotistas para fins de alavancar o PL do Fundo. Aplicação Mínima: R\$ 1.000.000,00. Taxa de Administração: 2% ao ano observado o valor mínimo de R\$ 45.000,00. Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder o IPCA mais 6% ao ano. Pela avaliação da empresa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

Consultoria do RPPS, o fundo está enquadrado no que determina a Resolução da CVM n.º 3.922/2010, art. 8º, Inciso VI, não havendo, portanto, impedimento legal em receber aportes de RPPSs. A Política de Investimentos do FMAP do exercício de 2015 prevê limite de aplicação de 3% no art. 8º, VI, e não possui aplicação neste segmento. O produto agrega diversificação para a Carteira do FMAP, pois apresenta perspectivas de retorno compatível com o objetivo do FMAP em longo prazo, entretanto o valor da aplicação frente ao patrimônio é elevado, tendo em vista os recursos de uma só Massa. Conforme informações obtidas junto à Caixa Econômica Federal o Fundo Imobiliário está em fase de alguns ajustes, inclusive a mudança do valor mínimo da aplicação para R\$ 500.000,00. Tendo a opção de investimentos o FMAP deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS n.º 440/2013, em especial a necessidade, do investimento, ser precedida de atestado do responsável legal do FMAP, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras. Esta análise de investimentos somente será válida caso o administrador e gestor do fundo, nesse caso personalidade jurídicas distintas, tenham sido objeto do prévio credenciamento, em observância aos requisitos da Portaria MPS n.º 440, de 09/10/2013, em especial o artigo 3º, Parágrafo 2º, Inciso I, Alíneas “a”, “b” e “c”, e considerando aptos pelos órgãos colegiados competentes do RPPS. O segundo fundo CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP tem como administrador e Gestor a Caixa Econômica Federal que atua na administração e gestão de terceiros desde 1991, representada desde 1998, pela VITER – Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros. Nos últimos anos a VITER apresentou crescimento significativo no volume de recursos sob sua administração e/ou gestão, registrando em 2013, aproximadamente R\$ 431 bilhões em recursos provenientes de aplicações em fundos de investimentos, 1,28% superior ao PL de 2012. Do Fundo de Investimento: O Fundo foi constituído em 11/02/2014 e encontra-se em fase pré-operacional com captação de recursos com expectativa de fechamento em junho de 2015. Constituído sob forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas. Uma das vantagens do FIP é a possibilidade da empresa que ainda não possui em estágio e um aporte que lhe permita acessar o mercado através de oferta primária de ações, mas que necessita de capital para desenvolver seus negócios. Características do Fundo: É um fundo de investimento em cotas de fundo de investimentos em participações, constituído sob forma de condomínio fechado. Total 1ª emissão: R\$ 300.000.000,00 – Mínimo 1ª emissão: R\$ 300.000,00 – Investimento Mínimo: R\$ 300.000,00. Integralização: Conforme regulamento do fundo os recursos deverão ser integralizados através de chamada de capital pela administradora. Rentabilidade: IPCA mais 8% ao ano. Taxa de Administração: 0,10% ao ano sobre o capital durante o período de investimento e após período de investimento sempre um mínimo de R\$ 10.000,00. Não há taxa de performance. Prazo de Duração: 12 (doze) anos contados da 1ª integralização, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) anos. Período de Investimento e Desinvestimentos: 5 (cinco) anos e 7 (sete) anos respectivamente. Resgate: somente quando da liquidação do Fundo. Número de ativos da Carteira: Entre 10 a 20 ativos. Setor Alvo: Setor de logística, incluindo aeroporto, rodovia, ferrovia e porto, bem como ativos complementares às atividades intrínsecas destes setores. A Política de Investimentos do FMAP para o exercício de 2015 prevê limite para aplicação de 3% dentro do art. 8º, Inciso V, não tendo participação dentro desse segmento. O Produto apresenta perspectiva de retorno compatível com o objetivo atuarial do FMAP (IPCA+8% ao ano). Num cenário de curto prazo, a atratividade de rentabilidade frente ao risco assumido é baixa, porém, a taxa real de juros projetada pelo mercado financeiro para os próximos anos é abaixo de 5% ao ano. Considerando



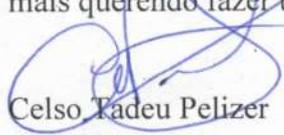
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

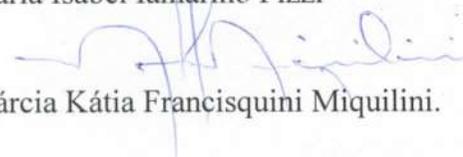
Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 003/2015

os diversos riscos que são pertinentes os investimentos em Fundos de Investimentos em Participações a recomendação é que observe o limite estabelecido da Resolução CVM n.º 3922/2010 e Política de Investimentos do FMAP bem como a prudente e necessária diversificação dos investimentos de forma a otimizar e diluir os riscos envolvidos neste segmento. Por se tratar de um fundo fechado o RPPS deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS n.º 440/2013, em especial a necessidade do investimento ser precedida de atestado do responsável legal do RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras. O produto agrega diversificação para carteira do FMAP. Atualmente a carteira de investimento do FMAP apresenta 61,87 % dos recursos no segmento IMAs, sendo 35,29% no IMA-Geral. Como a recomendação é posicionar o IMA-B e IMA-Geral no máximo em 40% foi decidido, por unanimidade, caso seja feita a aplicação, que seja aportado o valor do segmento IMA-Geral. De acordo com a Projeção Atuarial "Quadro 5" da última Avaliação Atuarial do FMAP, até o ano 2030 o saldo do Fundo Previdenciário Capitalizado está compatível com suas obrigações presentes e futuras. Deliberação sobre as aplicações: À vista das considerações compreendidas e aceitos os riscos aos quais os fundos estão expostos e por serem oportunidades de investimentos que podem superar a meta atuarial, bem como a recomendação da empresa de consultoria que o percentual de alocação de ambos os fundos é de até 3%, foi decidido por este Comitê sejam recomendados ao Conselho de Previdência Municipal as aplicações em ambos os fundos, entretanto, que a aplicação ao Fundo GP Caixa Renda Imobiliária Fundo de Investimento Imobiliário-FII seja realizada caso o valor mínimo de aplicação for alterado para R\$ 500.000,00, bem como, seja concluído o credenciamento da empresa gestora GPRE Administradora de Recursos Ltda. Caso sejam realizadas as respectivas aplicações, R\$ 500.000,00 ao Fundo GP Caixa Renda Imobiliária Fundo de Investimento Imobiliário-FII e R\$ 300.000,00 ao Fundo Caixa Logística FIC CIP, que os valores sejam realocados dos Fundos IMA-Geral. Por se tratar de aplicação de longo prazo e carência para resgate, respectivamente, nos anos de 2022 e 2030, as referidas aplicações deverão ser efetuadas apenas com os recursos do Fundo Financeiro Capitalizado. 8) **Fundos IMAs B e Geral:** Redução da exposição da carteira referente aos Fundos IMAs (B e Geral) que atualmente encontra-se com 61,87% e redirecionar em recursos para curto prazo. 9) **Recursos para Despesas:** Foi discutido que, diante da estratégia de aumentar a concentração nas aplicações de médio e curto prazo, foi decidido, por unanimidade, pela utilização dos valores aplicados em IMA Geral para fins de pagamentos das despesas do FMAP. **Assuntos Gerais:** Na oportunidade foi discutida a atual carteira do FMAP, deliberando por mantê-la, bem como os novos aportes em fundos IRF-M1, conforme recomendação da empresa de Consultoria de Investimentos, entretanto consultar dados de fundos DI e solicitar avaliação à Empresa de Consultoria redirecionamento nesse segmento. Esgotada a pauta do dia, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.


Celso Tadeu Pelizer


Maria Isabel Iamarino Pizzi


Márcia Kátia Francisquini Miquilini.

MATERIAL

DE

APOIO

19/03/2015

REUNIAO COMITÊ INVESTIMENTOS

- * - AHA ultima
- * - PANORAMA → SUGESTAO
- * → REVALUACAO OS IMAS 61,87% ^{- REVALUACAO}
- * → ~~ADAPTAR PI~~ ~~CDI~~ ~~IRMI*~~ ~~CDI~~ ~~CDI~~ ~~CDI~~ ~~CDI~~ ^{CONSULTAR}
- * → UTILIZAR PACOTES ~~(DE DESPESAS)~~ O IMA GENAL
ATÉ REVALUACAO (DIMINUIR MANCE)
- * → Equacionamento - ok
- * → ~~REVALUACAO~~ RESULTADO BIMESTRE 68,44% DA META ✓
Embora os Fundos BB TP IPCA I e IV
CAIXA 2030, JUVENA REVALUACAO
POSITIVO CREDITADO EM COMTA
MOVIMENTO = JUNHO
- ENTENHO DA PI E FEITO OS AJUSTES
PROCESSOS PARA CREDENCIACAO
~~OS~~ PASSAR EMP OS AJUSTES E
~~PROCESSO~~ DISPONIBILIZAN P/ ENTORNO/ INTRUCCOES
- FUNDO GP INVESTIMENTOS
- (ALTO RENDIMENTO) Fundo Bom para Investir - R\$ 500.000,00 - ^{SUBREVALUACAO} 500.000,00
- IPCA + 6%.
- Equacionamento ANT. 8%, VI
- PODE 3%.
- VA. PATRIMONIO R\$ 56.852.312,91
- % 0, %

→ APLICACAO P/ FUNDOS CAPITALIZADOS

→ ANALISAR ATIVIDADE E POSICAO

- Invenios quando necessarios

DE LIQUIDEZ SUFFICIENTE PARA OS

COMPROMISSOS ASSUMIDOS QUE

NAO E O CASO POIS CONFORME

ANALISE AA O FUNDOS CAPITALIZADOS

NAO TEM PROBABILIDADE DE INSUFICIENCIA

FINANCEIRA



OFICINA O CMP. DO QUANTO

DETERMINAR

CONDICIONANTES

- CREDENCIAMENTO

- ATESTADO

CAPITALIZADOS

RESERVA - 500.000,00

7 Anos

2015
+ 7

2022

→ 121.212.840,34

ULTIMA NEUMIA

VN. PASSAGEM
ELEVADO
8% ✓
1
%

① → LOGÍSTICA
↓
VEIO ANÁLISE
↓

PASSAR P/ CMP (OFICINA)
VN. R\$ 300.000,00

② → GP CAIXA
AUMENTAR ANÁLISE
↓
P/PRÓXIMA NEUMIA

(
13/05/15

VN. R\$ 500.000,00

12 ANOS

2015
12
2027

2030 = 264.935.376,33

PANORAMA – FEVEREIRO / 2015

Na contra mão do noticiário ruim que predominou na agenda do mês, o Ibovespa, principal índice de referência da bolsa brasileira, teve o melhor desempenho do balanço de investimentos do mês de fevereiro. Com alta expressiva de quase 10%, o indicador desbancou as aplicações de renda fixa, que são mais conservadoras, e superou a rentabilidade do dólar e do ouro, que também tiveram altas significativas no mês.

No centro das atenções, mais uma vez a Petrobras: a saída de Graça Foster da presidência da companhia foi comemorada pelo mercado, que precisava que a saída da presidente representava o início das mudanças da gestão da estatal. O Conselho de Administração da companhia surpreendeu o mercado ao escolher Aldemir Bendine, que ocupava até então a presidência do Banco do Brasil. A notícia repercutiu mal entre os agentes econômicos, por interpretar a escolha como uma continuidade da ingerência do governo na estatal, e que sua escolha não forneceria o choque de credibilidade necessário à companhia. Em suas primeiras declarações, Bendine afirmou que fará uma baixa contábil de ativos relacionados à corrupção para mostrar “com clareza e transparência, qual é o número da companhia no momento”. O balanço auditado de 2014 está previsto para ser divulgado até o final de maio. Disse também que irá implementar cortes nos investimentos da estatal e estimular a venda de ativos.

Em meio a troca do comando da estatal, a agência classificadora de riscos Moody's informou o rebaixamento da nota de crédito da Petrobras (Baa3 para Ba2), agora considerada de grau especulativo. A ação reflete a preocupação com as investigações de corrupção, atraso na divulgação do balanço auditado e aumento do endividamento da estatal.

Também fez preço a divulgação do resultado fiscal do setor público consolidado em janeiro, acima do esperado. O setor público consolidado – governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais – apresentou superávit primário de R\$ 21,0 bilhões em janeiro, o equivalente a 4,88% do PIB. O resultado é 5,73% maior que o superávit de R\$ 19,9 bilhões em janeiro de 2014. O saldo positivo ocorre após o ano passado fechar com déficit de R\$ 32,5 bilhões. No acumulado de 12 meses, o resultado permanece deficitário em R\$ 31,4 bilhões.

Do lado externo, destaque para o discurso da presidente do Federal Reserve – FED, Janet Yellen, de que não haverá aumentos nas taxas de juros dos EUA nas próximas reuniões do FOMC, o Comitê Federal de Mercado Aberto. Yellen citou a fraqueza no aumento dos salários e a inflação baixa para explicar porque o FED deve ser manter “paciente” antes de realizar um aumento nos juros básicos da maior economia do mundo.

Na zona do Euro, destaque para a divulgação do PIB alemão, com o crescimento da economia impulsionada por uma demanda doméstica mais forte. Dados ajustados sazonalmente confirmaram expectativa preliminar de que o PIB alemão cresceu 0,7% na comparação trimestral entre outubro e dezembro. A demanda doméstica respondeu com 0,5%, enquanto o comércio exterior acrescentou 0,2%. Já as contas públicas apresentaram superávit equivalente a 0,6% do PIB em 2014, e somou € 18 bilhões.

A crise da Grécia manteve-se no radar. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu fecharam acordo que prevê a extensão provisória da ajuda à Grécia, mediante o cumprimento de reformas, como planos de combate a corrupção, evasão fiscal e contrabando de combustível e tabaco.

Bolsa

A recuperação da bolsa marcou o mês de fevereiro. O Índice Bovespa, que reúne os principais papéis do mercado, fechou em alta de 9,97%, com a recuperação de papéis importantes como Petrobras e Vale. A alta das ações, porém, não coincide com a perspectiva para a economia do país, que piorou neste mês e levou o mercado a prever uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5%. Mas o Ibovespa conseguiu pelo menos recuperar as perdas de janeiro e voltar para o azul no ano, com alta de 3,15%.

Também fez preço o anúncio da elevação das alíquotas de Contribuição Previdenciária das empresas sobre receita bruta, que na prática significa a redução da desoneração da folha de pagamentos. Foi mais uma medida que visa o reequilíbrio fiscal, além do anunciado limite de gastos dos órgãos federais com custeio e investimentos, incluindo o Programa de Aceleração do crescimento (PAC), a R\$ 75 bilhões até abril.

Apesar de a medida da desoneração afetar as empresas no curto prazo, o impacto amplo é positivo. Se hoje o principal problema do país e das empresas é a falta de perspectiva de crescimento devido à falta de credibilidade e ao desmazelo fiscal, ações como essas melhoram as perspectivas no longo prazo.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, o mês foi de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço observado nas últimas semanas, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real.

Entretanto, nos últimos pregões do mês ocorreu uma reversão da tendência, e a forte queda observada esteve relacionada a melhora do noticiário externo (alívio com Grécia, discurso de Janet Yellen, e medidas fiscais do governo brasileiro).

Ao término da última sessão regular de janeiro na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,03%, ante 12,75% do fechamento de janeiro.

Na contramão, o DI para janeiro de 2017 apontava 12,78%, de 12,47% no ajuste de janeiro. Na contra mão, o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,23%, ante 11,89% no fechamento de janeiro.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio/2015, que registrou alta de 1,57% no mês.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 0,54%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,22%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, acelerou apenas 0,17% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,74%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou ganho de 0,03%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,45% no mês.

Câmbio

O dólar comercial também foi destaque em fevereiro, com alta de 6,19%. É o sexto mês seguido em que o dólar avança, acumulando valorização de 27,56% no período. No ano de 2015, a alta é de 7,42%.

A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias, e pelas incertezas com a Rússia e o atoleiro da Ucrânia e com a crise na Grécia, que volta e meia ameaça sair do euro. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil.

Investidores aguardam agora o anúncio da próxima etapa de rolagem dos swaps cambiais que vencem em abril, equivalentes a US\$ 9,9 bilhões, sob expectativa de que novamente a autoridade monetária reponha integralmente esses swaps. Devem crescer no mercado também os questionamentos sobre o futuro do programa de intervenções diárias, marcado para durar até “pelo menos” o fim de março.

Perspectiva

Na semana de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o rumo da Selic, o Relatório de Mercado Focus revela que a mediana das previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2015 passou de uma alta de 7,33% para 7,47%. Há um mês, a mediana das estimativas para o indicador estava em 7,01%. Esta é a nona semana consecutiva em que há alta das previsões para o IPCA deste ano.

A expectativa de que o Banco Central não entregará, portanto, a inflação de 2015 sem estourar o teto da meta de 6,50% também pode ser vista no Top 5 de médio prazo, que é o grupo dos economistas que mais acertam as previsões. Para esses profissionais, a mediana para o IPCA deste ano segue acima da banda superior da meta e passou de 7,12% na semana passada para 7,51%. Quatro semanas atrás, estava em 6,86%.

É no curto prazo que os preços mostram mais descontrole. Depois da alta de 1,24% de janeiro, revelada pelo IBGE, os analistas preveem que o IPCA suba 1,07% em fevereiro - na semana anterior estava em 1,04% e quatro antes, em 1,01%. Para março, é aguardada uma pequena desaceleração da taxa, que deve ser de 0,95%. Na semana anterior, porém, a mediana das previsões estava mais baixa, em 0,79% e um mês antes, em 0,59%.

Este cenário corrobora a revisão do PIB para baixo, pela nona vez consecutiva. Com a deterioração das estimativas para a produção industrial, a mediana das previsões para o PIB em 2015 aprofundou a perspectiva de retração, e passou de 0,50% para 0,58%. Para 2016, as perspectivas seguem um pouco mais otimistas. A previsão de alta de 1,50% foi mantida pela quarta semana consecutiva.

A produção industrial segue como referência para a confecção das previsões para o PIB de 2015 e 2016. No boletim, a mediana das estimativas para o setor manufatureiro revela uma expectativa de queda de 0,72% para este ano, bem maior do que a previsão de baixa de 0,35% vista na semana passada.

Neste contexto, mantemos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada no IMA-B e IMA-Geral em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI e/ou IRF-M 1.

Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida ao mínimo possível, e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.

Boa tarde, Isabel.

Sim, seria interessante resgatar para essa massa. Tera como mandar a planilha segregada?

Quanto ao fundp da Quata, o produto não atende agencia classificadora e Rating estipulado na Política de Investimentos. No momento, não recomendamos modificar os critérios.

A análise que temos no sistema tem que ser atualizada e pode demorar ate 45 dias uteis para entregarmos o relatório, considerando os riscos do produto.

Mesmo não atendendo os criterios da PI, o comite tem interesse em continuar com a análise? Caso positivo, me avisa que dou sequencia na análise.

Um grande abraço.

Att.
Vinicius Gaspar

Em 18/03/2015 09:12, "Maria Isabel Iamarino Pizzi" <isabel.iamarino@fiducia.sp.gov.br> escreveu:
Bom dia Vinicius!

Sei que vc está um pouco ocupado, mas, caso vc tenha um tempinho favor responder este email para mim.

Nosso recurso em uma das contas bancárias está com saldo zerando no IRFM-1 então estou resgatando do Ima Geral para podermos pagar nossos compromissos, então gostaria de saber de vcs. quando estou fazendo pagamento no momento desta incerteza do mercado financeiro seria interessante resgatar do Ima Geral e quando da aplicação de novos recursos investir em IRFM - 1 para assim ficarmos mais "seguros" no momento?

Outra coisa acabei de solicitar uma análise da Quata, e pelo que o Sr. Pedro da Fidus me disse vocês já tem a análise pronta. acabei de falar com a Andressa e ela disse que iria passar para vc, como nós teremos reunião do comitê amanhã a tarde (17:00 horas) e o conselho vai se reunir na sexta feira se vc puder agilizar este retorno da análise eu só tenho que agradecer, ficando no aguardo, um abraço. Isabel.

Assunto: Fwd: Re: INVESTIMENTO EM IRFM 1 E OU IMA GERAL
De: Maria Isabel Iamarino Pizzi <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>
Data: Thu, 19 Mar 2015 08:14:56 -0300
Para: celso.pelizer@itapira.sp.gov.br, marcia.miquilini@itapira.sp.gov.br

De: Vinicius Gaspar <vinicius.creditoemercado@gmail.com>
Data: Wed, 18 Mar 2015 13:25:04 -0300
Para: "isabel.iamarino" <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>
Assunto: Re: INVESTIMENTO EM IRFM 1 E OU IMA GERAL

Boa tarde, Isabel.

Sim, seria interessante resgatar para essa massa. Teria como mandar a planilha segregada?

Quanto ao fundp da Quata, o produto não atende agencia classificadora e Rating estipulado na Política de Investimentos. No momento, não recomendamos modificar os critérios.

A análise que temos no sistema tem que ser atualizada e pode demorar ate 45 dias uteis para entregarmos o relatório, considerando os riscos do produto.

Mesmo não atendendo os criterios da PI, o comite tem interesse em continuar com a análise? Caso positivo, me avisa que dou sequencia na análise.

Um grande abraço.

Att.
Vinicius Gaspar

Em 18/03/2015 09:12, "Maria Isabel Iamarino Pizzi" <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br> escreveu:

· Bom dia Vinicius!

· Sei que vc está um pouco ocupado, mas, caso vc tenha um tempinho favor responder este email para mim.

· Nosso recurso em uma das contas bancárias está com saldo zerando no IRFM-1 então estou resgatando do Ima Geral para podermos pagar nossos compromissos, então gostaria de saber de vcs, quando estou fazendo pagamento no momento desta incerteza do mercado financeiro seria interessante resgatar do Ima Geral e quando da aplicação de novos recursos investir em IRFM - 1 para assim ficarmos mais "seguros" no momento?

· Outra coisa acabei de solicitar uma análise da Quatá, e pelo que o Sr. Pedro da Fidus me disse vocês já tem a análise pronta, acabei de falar com a Andressa e ela disse que iria passar para vc, como nós teremos reunião do comitê amanhã a tarde (17:00 horas) e o conselho vai se reunir na sexta feira se vc puder agilizar este retorno da análise eu só tenho que agradecer, icando no aguardo, um abraço. Isabel.



Panoramas	Carteira	Enquadramentos	Rentabilidade	Instituições	Retornos	Cadprev	Credenciamentos	APR	Análises
-----------	----------	----------------	---------------	--------------	----------	---------	-----------------	-----	----------

Composição da Carteira

2015 Fevereiro							Total da Carteira: 56.852.312,91
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Qtde. Cotistas	Particip. S/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010	
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	269	1,67% X	951.349,15	0,11%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	1.241	16,71%	9.500.241,89	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	731	12,02% X	6.833.148,94	0,17%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	275	35,29% X	20.060.792,24	1,17%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	471	4,44% X	2.522.011,95	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	516	4,29% X	2.437.248,14	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	1.153	3,06%	1.737.039,76	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	130	2,88% X	1.638.651,07	0,35%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	D+0	384	5,57% X	3.166.221,60	0,13%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	95	1,01%	574.660,41	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	116	1,89%	1.074.698,77	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	34	1,89%	1.073.940,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAIXA BRASIL XII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	D+0	23	0,15%	82.829,30	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL VIII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	D+0	33	0,60%	339.578,40	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IV FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	D+0	10	2,99%	1.702.422,00	1,96%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	352	1,74%	988.940,01	0,20%	Artigo 8º, Inciso III	
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	D+33	60	1,56%	884.768,64	0,52%	Artigo 8º, Inciso III	
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	D+4	1.631	1,25%	707.891,89	3,65%	Artigo 8º, Inciso III	
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	D+4	180	1,01%	575.678,75	3,42%	Artigo 8º, Inciso III	

IMAs

1,67
 16,71
 35,29
 4,44
 2,88
 5,57

61,87%



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

2015 Fevereiro

Mês Ann 3 Meses 6 Meses 12 Meses 24 Meses Taxa Admin VaR

RENDA FIXA	
Fundo / Indicadores	%
CDI	0,82%
IMA-B	0,54%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,64%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,51%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,44%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	0,59%
CAIXA BRASIL IV FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	1,47%
CAIXA BRASIL VII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	1,40%
CAIXA BRASIL XII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	1,42%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,14%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,25%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,13%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,21%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,72%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,41%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	-1,46%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,47%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,71%
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,27%

RENDA VARIÁVEL	
Fundo	%
IBOVESPA	9,87%
IBX-50	9,81%
IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	1,64%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	3,42%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	8,01%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	5,73%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	3,36%

Gráfico Renda Fixa Renda Variável



Panoramas	Carteira	Enquadramentos	Rentabilidade	Instituições	Retornos	Cadprev	Credenciamentos	APR	Análises
-----------	----------	----------------	---------------	--------------	----------	---------	-----------------	-----	----------

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

2015

Acumulado no ano 1º Trimestre 1º Semestre 3º Trimestre

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo no Mês	Retorno (R\$)	Retorno (%)	IPCA + 6% aa. (Meta Atuarial)	% Attingimento
Janeiro	54.164.940,97	2.364.591,96	1.558.734,33	55.789.529,17	818.730,57	1,49%	1,73%	85,95%
Fevereiro	55.789.529,17	2.256.044,51	1.659.824,68	56.852.312,91	466.563,91	0,83%	1,64%	50,39%
Acumulado		4.620.636,47	3.218.559,01		1.285.294,48	2,33%	3,40%	68,44%

Retornos - Mês / Ano

2015

Fevereiro

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.798.667,48	0,00	0,00	6.833.148,94	34.481,46	0,51%	0,51%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	19.972.730,40	0,00	0,00	20.060.792,24	88.061,84	0,44%	0,44%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	3.147.782,53	0,00	0,00	3.166.221,60	18.439,07	0,59%	0,59%
CAIXA BRASIL IV FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	1.677.707,00	0,00	0,00	1.702.422,00	24.715,00	1,47%	1,47%
CAIXA BRASIL VIII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	334.897,40	0,00	0,00	339.578,40	4.681,00	1,40%	1,40%
CAIXA BRASIL XII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO	81.673,05	0,00	0,00	82.829,30	1.156,25	1,42%	1,42%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	855.470,11	0,00	0,00	884.768,64	29.298,53	3,42%	3,42%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.493.615,13	0,00	0,00	2.522.011,95	28.396,82	1,14%	1,14%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	949.013,15	0,00	0,00	951.349,15	2.336,00	0,25%	0,25%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.636.442,89	0,00	0,00	1.638.651,07	2.208,18	0,13%	0,13%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.408.059,17	0,00	0,00	2.437.248,14	29.188,97	1,21%	1,21%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	8.831.889,37	2.046.234,89	1.441.192,52	9.500.241,89	63.310,15	0,58%	0,72%
BRDESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	915.564,98	0,00	0,00	988.940,01	73.375,03	8,01%	6,01%
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	544.496,17	0,00	0,00	575.678,75	31.182,58	5,73%	5,73%
CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	684.868,63	0,00	0,00	707.891,89	23.023,26	3,36%	3,36%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	588.915,32	0,00	16.292,47	574.660,41	2.037,56	0,35%	0,41%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.089.815,00	0,00	0,00	1.073.940,00	-15.875,00	-1,46%	-1,46%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.091.069,07	0,00	31.969,32	1.074.898,77	15.799,02	1,45%	1,47%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.515.891,72	209.809,62	0,00	1.737.039,76	11.338,42	0,66%	0,71%

Crédito & Mercado - Consultoria

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA ANÚOS	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno Verso Ex-2015 (%)	(%) Saír Instit
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	170.960,60	0,00	170.370,37	0,00	-590,23	-0,35%	0,27%



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Enquadramentos - Resolução 3922/10 e Política de Investimentos

2015 Fevereiro

Total da Carteira 56.852.312,91

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,35%	100,00%	45.680.483,14
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	80,00%	3.166.221,60
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,79%	30,00%	2.723.499,18
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,74%	5,00%	2.124.829,70
Total Renda Fixa	94,45%	100,00%	53.695.033,62
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	5,55%	15,00%	3.157.279,29
Total Renda Variável	5,55%	30,00%	3.157.279,29

Enquadramento na Política de Investimentos

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,35%	85,00%	45.680.483,14	2.843.982,83
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	20,00%	3.166.221,60	8.204.240,98
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,79%	30,00%	2.723.499,18	14.332.194,69
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.263.923,47
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"	0,00%	2,50%	0,00	1.421.307,82
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,74%	5,00%	2.124.829,70	717.785,95
Total Renda Fixa	94,45%	150,00%	53.695.033,62	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	2.842.615,65
Artigo 8º, Inciso III	5,55%	13,00%	3.157.279,29	4.233.521,39
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.274.092,52
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	3,00%	0,00	1.705.569,39
Artigo 8º, Inciso VI	0,00%	3,00%	0,00	1.705.569,39
Total Renda Variável	5,55%	28,00%	3.157.279,29	

FUNDO DE INVESTIMENTOS CEF, BANCO DO BRASIL E BRADESCO

SALDO INICIAL EM 30/11/2014 TOTAL C/M 52.644.010,41

PERC. INICIAL FUNDO FINANCEIRO 37,56640245%

PERC. INICIAL FDO CAPITALIZADO 62,4335975465%

SALDO INICIAL FDO FINANCEIRO R\$ 20.513.481,79

SALDO INICIAL FDO CAPITALIZADO R\$ 34.092.443,85

SALDO FINAL EM 31/12/2014 54.164.940,97

PERC. SDO FINAL FDO FINANC 36,58339009%

PERC. SDO FINAL FDO CAPITALIZ 63,41660991%

SALDO FINAL FDO FINANCEIRO 19.815.371,65

SALDO FINAL FDO CAPITALIZADO 34.349.569,32

FUNDOS CONTA 10-1 - CEF	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
FIC NOVO BRASIL IMA B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
CAIXA FI BRASIL IMA-B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
FI CAIXA BRASIL IPCA IV	1.639.159,00	1,655231	16.072,00	-	-	5.879,68	10.192,32	1.655.231,00	605.539,61	1.049.691,39	100013	100014
FI CAIXA BRASIL IPCA VIII	326.679,80	1,649652	3.250,60	-	-	1.189,18	2.061,42	329.930,40	120.699,73	209.230,67	100015	100016
FI CAIXA BRASIL IPCA XII	79.517,65	1,609616	963,15	-	-	352,35	610,80	80.480,80	29.442,61	51.038,19	100017	100018
CAIXA FI BRASIL IMA GERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
CX FI BRASIL IRF-M 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
SALDO EM	2.045.356,45		20.285,75			7.421,22	12.864,53	2.065.642,20	755.681,94	1.309.960,26		

FUNDOS CONTA 58-6 - CEF	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
CX FI BRASIL IMA-B 5	1.832.604,42	1,628362	969,50	-	-	354,68	614,82	1.833.573,92	670.783,50	1.162.790,42	580001	580002
CAIXA FI BRASIL IMA - B TIT PUBL RF	3.477.582,02	1,674287	(67.114,00)	-	-	(24.552,58)	(42.561,42)	3.410.468,02	1.247.664,82	2.162.803,20	580017	580018
CAIXA FI BRASIL IMA GERAL	12.121.930,17	1,559451	(62.091,34)	-	-	(22.715,12)	(39.376,22)	12.059.838,83	4.411.897,88	7.647.940,95	580003	580004
FI CAIXA BRASIL IMA B5+	1.627.791,01	1,161608	(48.332,51)	-	-	(17.681,67)	(30.650,84)	1.579.458,50	577.819,46	1.001.639,04	580005	580006
FIC AÇÕES VALOR SMALL CAP	481.767,96	1,1659480	(12.582,07)	-	-	(4.602,95)	(7.979,12)	469.185,89	171.644,10	297.541,79	580015	580016
CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	1.578.994,01	1,545821	5.722,37	-	-	2.093,44	3.628,93	1.118.951,17	409.350,27	709.600,90	580007	580008
FIDC CAIXA RPPS CONSIGNADO BMG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	580009	580010
FI AÇÕES CAIXA CONSUMO	470.051,41	1,225171	(30.203,47)	-	-	(11.049,45)	(19.154,02)	439.847,94	160.911,29	278.936,65	580011	580012
CAIXA FI AÇÕES INFRAESTRUTURA	373.415,06	0,932306	(18.260,82)	-	-	(6.680,43)	(11.580,39)	355.154,24	129.927,46	225.226,78	580013	580014
SALDO EM	21.964.136,06		(231.892,34)			(84.834,08)	(147.058,26)	21.266.478,51	7.779.898,79	13.486.479,72		

FUNDOS CONTA 59-4 - CEF	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
CX FI BRASIL IMA-B 5	610.868,14	1,628362	323,17	-	-	118,23	204,94	611.191,31	223.594,50	387.596,81	590005	590006
CAIXA FI BRASIL IMA GERAL	7.873.669,36	1,559451	(40.330,80)	-	-	(14.754,37)	(25.576,43)	7.833.338,56	2.865.700,80	4.967.637,76	590003	590004
FIC AÇÕES VALOR SMALL CAP	501.431,95	1,165948	(13.095,62)	-	-	(4.790,82)	(8.304,80)	488.336,33	178.649,98	309.686,35	590019	590020
FIC NOVO BRASIL IMA-B RF LP	3.109.611,75	1,770706	(53.625,84)	-	-	(19.618,15)	(34.007,69)	3.055.985,91	1.117.983,25	1.938.002,66	590011	590012
FI CAIXA BRASIL IMA B5+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA FI BRASIL IMA B TP RF LP	3.249.415,55	1,674287	(62.710,60)	-	-	(22.941,66)	(39.768,94)	3.186.704,95	1.165.804,70	2.020.900,25	590001	590002
CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	6.337.620,00	1,545821	56.010,26	-	-	20.490,45	35.519,81	6.723.538,15	2.459.698,19	4.263.839,96	590009	590010

FIDC CAIXA RPPS CONSIGNADO BMG													590013	590014
FI AÇÕES CAIXA CONSUMO	305.566,13	1,225171	(19.634,36)			(7.182,91)	(12.451,45)	285.931,77	104.603,53	181.328,24	590017	590018		
CAIXA FI AÇÕES INFRAESTRUTURA	241.332,50	0,932306	(11.801,69)			(4.317,46)	(7.484,23)	229.530,81	83.970,15	145.560,66	590015	590016		
CAIXA FI BRASIL 2030 TP RF	1.060.747,00	1,073853	13.106,00					13.106,00	1.073.853,00				590021	
SALDO EM	23.290.262,38		(131.759,48)			(57.996,70)	(78.762,78)	23.488.410,79	8.200.005,11	15.288.405,68				

FUNDOS CONTA 60-8 - CEF	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO					SALDO EM 31/12/2014			COD RED
CAIXA FI BRASIL IMA GERAL TP RF											
CAIXA FI BRASIL IRF-M-1 TP	147.907,35	1,545821	1.217,70					121.114,92			600005
SALDO EM	147.907,35		1.217,70					121.114,92			

FUNDOS CONTA 33652-1 - BCO BRASIL	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
BB PREVIDENCIA RF IMA B-5+	654.779,85	1,468238860	(19.202,79)			(7.025,03)	(12.177,76)	635.577,06	232.515,64	403.061,42	336521	336522
BB PREVID RF IRFM I	1.084.173,67	1,621327554	9.903,99			9.903,99		1.247.633,26	1.247.633,26		336525	
BB PREVID RF IDKA 2	2.362.906,21	1,480431857	(594,27)			(217,40)	(376,87)	2.362.311,94	864.213,79	1.498.098,15	336523	336524
SALDO EM	4.101.859,73		(9.893,07)			2.661,55	(12.554,62)	4.245.522,26	2.344.362,69	1.901.159,57		

FUNDOS CONTA 33653-X - BCO BRASIL	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
BB PREVIDENCIA RF IMA B-5+	288.783,94	1,46823886	(8.469,20)			(3.098,32)	(5.370,88)	280.314,74	102.548,63	177.766,11	336531	336532
BB PREVID IRFM I RF	87.643,09	1,621327554	783,29				783,29	94.082,51		94.082,51		336535
BB PREVIDENCIA IPCA I	578.222,76	1,172928406	(8.263,35)				(8.263,35)	569.959,41		569.959,41		336533
BB PREVIDENCIA IPCA IV	1.062.319,19	1,108254181	12.804,32				12.804,32	1.075.123,51		1.075.123,51		336534
SALDO EM	2.016.968,98		(3.144,94)			(3.098,32)	(46,62)	2.019.480,17	102.548,63	1.916.931,54		

FUNDOS CONTA 47000-7 BRADESCO	SALDO EM 30/11/2014	JUROS EM 31/12/2014	RENDIMENTO	SDO INICIAL FINANCEIRO	SDO INICIAL CAPITALIZADO	RENDIMENTO FINANCEIRO	RENDIMENTO CAPITALIZADO	SALDO EM 31/12/2014	SDO FINAL FINANCEIRO	SDO FINAL CAPITALIZADO	COD RED FI	COD RED CA
BRADESCO FIA DIVIDENDOS	1.039.434,69	5,3421261	(81.142,57)			(29.684,70)	(51.457,87)	958.292,12	350.575,74	607.716,38	470001	470002
SALDO EM	1.039.434,69		(81.142,57)			(29.684,70)	(51.457,87)	958.292,12	350.575,74	607.716,38		

	rend pos finan	rend pos cap		
REND. POSITIVO	40.382,00	79.526,65	54.164.940,97	19.533.172,92
REND. NEGATIVO	(200.913,03)	- 356.542,27	SALDO ADMIN	121.114,92
REND. ADMINISTR	1.217,70		TOTAL APLIC.	54.164.940,97

	Saldo Bancos	Saldo Contabil.
SALDO C/M 10-1	-	-
SALDO C/M 58-6	136,29	-
SALDO C/M 59-4	-	-
SALDO C/M 60-8	-	-
SALDO C/M 4700	-	-
SALDO FINAL BANCOS	TOTAL C/M	-
SALDO INVESTIM.E C/M	SALDO CONTAS	54.165.077,26
	TOTAL RENDIMENTOS NEGATIVOS	(557.455,30)
	TOTAL RENDIMENTOS POSITIVOS	121.126,35

54.164.940,97

SALDO RENDIMENTO	(436.328,95)
------------------	--------------

(436.328,95)

Fevereiro/2015



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Composição da Carteira

2015	Fevereiro						Total da Carteira: 56.852.312,81
Produto / Fundo		Disponibilidade Resgate	Qtde. Cotistas	Particip. % Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010
BB	IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	269	1,67%	951.348,15	0,11%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	BRASIL RIF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	D+0	1.241	16,71%	9.506.241,89	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	D+0	731	12,02%	6.833.148,94	0,17%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	D+0	275	35,29%	20.060.792,24	1,17%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	D+0	471	4,44%	2.522.011,95	0,08%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB	IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	516	4,29%	2.437.248,14	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB	RIF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	1.153	3,06%	1.737.039,78	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	D+0	130	2,88%	1.638.651,07	0,35%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA	NOVO BRASIL IMA-B FIRENDA FIXA LP	D+0	384	5,57%	3.168.221,60	0,13%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BB	TÍTULOS PÚBLICOS FCA I FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	95	1,01%	574.660,41	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BB	TÍTULOS PÚBLICOS FCA M FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	116	1,89%	1.074.898,77	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAXA	BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	D+0	34	1,89%	1.073.940,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAXA	BRASIL FCA XI FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	23	0,15%	82.829,30	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAXA	BRASIL FCA VIII FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	33	0,60%	339.578,40	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAXA	BRASIL FCA M FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	10	2,99%	1.702.422,00	1,96%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
BRADESCO	DIVIDENDOS FIAÇÕES	D+4	352	1,74%	986.940,01	0,20%	Artigo 8º, Inciso III
CAXA	VALOR SMALL CAP RPPS FIAÇÕES	D+33	60	1,56%	884.768,64	0,52%	Artigo 8º, Inciso III
CAXA	CONSUMO FIAÇÕES	D+4	1.631	1,25%	707.891,89	3,65%	Artigo 8º, Inciso III
CAXA	INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	D+4	169	1,01%	575.678,75	3,42%	Artigo 8º, Inciso III



Enquadramentos - Resolução 3922/10 e Política de Investimentos

2015 Fevereiro

Total da Carteira: 56.852.312,9t

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	80,35%	100,00%	45.680.463,14
Artigo 7º, Inciso II, Alínea " a "	5,57%	80,00%	3.168.221,60
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	4,79%	30,00%	2.723.499,18
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	3,74%	5,00%	2.124.829,70
Total Renda Fixa	94,45%	100,00%	53.695.033,62
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	5,55%	15,00%	3.157.279,29
Total Renda Variável	5,55%	30,00%	3.157.279,29

Enquadramento na Política de Investimentos

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	80,35%	85,00%	45.680.463,14	2.643.962,83
Artigo 7º, Inciso II, Alínea " a "	5,57%	20,00%	3.168.221,60	8.204.240,98
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	4,79%	30,00%	2.723.499,18	14.332.194,69
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.283.923,47
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	0,00%	2,50%	0,00	1.421.307,82
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	3,74%	5,00%	2.124.829,70	717.785,95
Total Renda Fixa	94,45%	150,00%	53.695.033,62	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	2.642.615,65
Artigo 8º, Inciso III	5,55%	13,00%	3.157.279,29	4.233.521,39
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.274.092,52
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	3,00%	0,00	1.705.569,39
Artigo 8º, Inciso VI	0,00%	3,00%	0,00	1.705.569,39
Total Renda Variável	5,55%	26,50%	3.157.279,29	

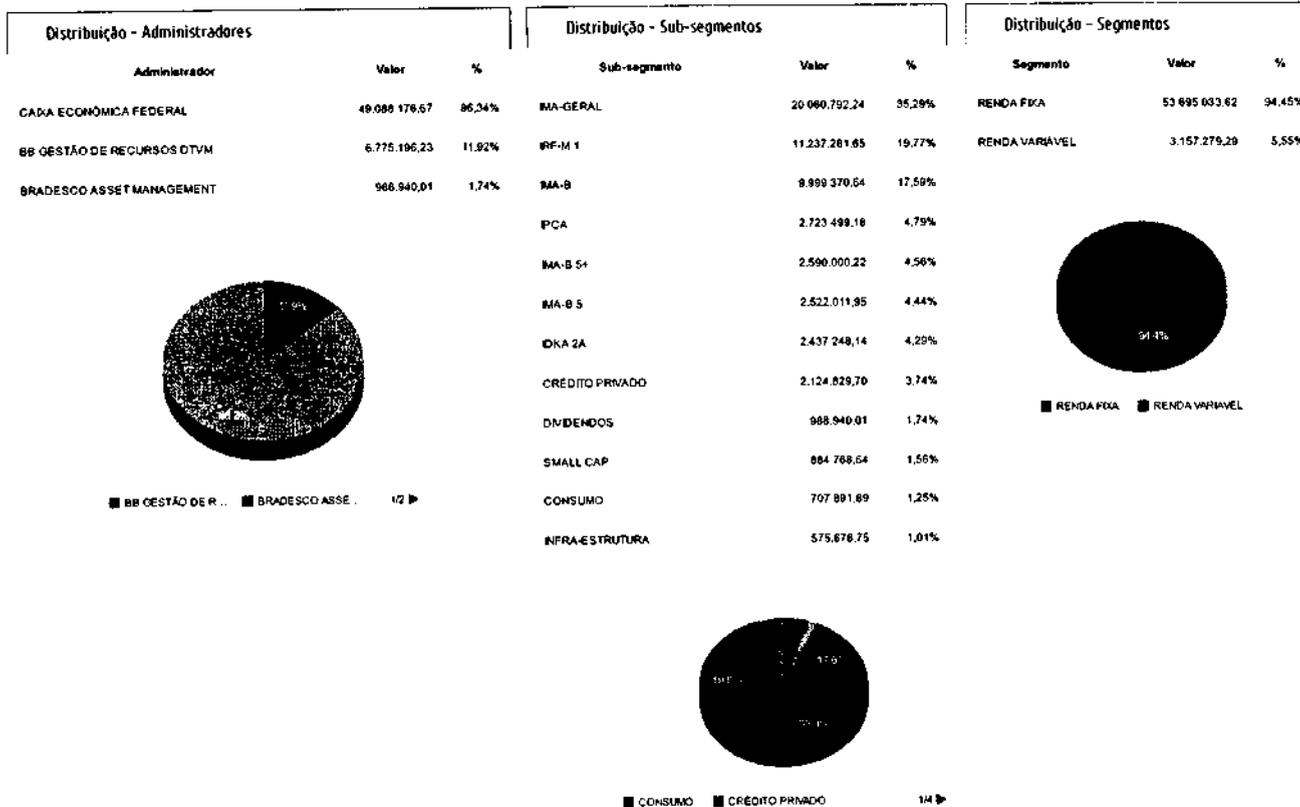


[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Indicadores](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Distribuição dos Investimentos

2015 Fevereiro

Total da Carteira: 56.852.312,91





Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

Retornos - Mês / Ano

2015 Fevereiro

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) InstR
BRDESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	915.564,98	0,00	0,00	968.940,01	73.375,03	8,01%	8,01%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	544.485,17	0,00	0,00	575.678,75	31.192,58	5,73%	5,73%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	855.470,11	0,00	0,00	884.768,64	29.298,53	3,42%	3,42%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	684.868,63	0,00	0,00	707.891,89	23.023,26	3,38%	3,38%
CAIXA BRASIL PCA M FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	1.677.707,00	0,00	0,00	1.702.422,00	24.715,00	1,47%	1,47%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA M FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	1.091.068,07	0,00	31.969,32	1.074.808,77	15.799,02	1,45%	1,47%
CAIXA BRASIL IPCA XI FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	81.673,05	0,00	0,00	82.829,30	1.156,25	1,42%	1,42%
CAIXA BRASIL PCA VM FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	334.697,40	0,00	0,00	339.576,40	4.881,00	1,40%	1,40%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	2.408.059,17	0,00	0,00	2.437.248,14	29.188,97	1,21%	1,21%
CAIXA BRASIL MA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	2.493.615,13	0,00	0,00	2.522.011,85	28.396,82	1,14%	1,14%
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	1.515.891,72	209.809,62	0,00	1.737.039,76	11.338,42	0,86%	0,71%
CAIXA NOVO BRASIL MA-B FIC RENDA FKA LP	3.147.762,53	0,00	0,00	3.186.221,60	18.439,07	0,59%	0,59%
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	8.831.889,37	2.046.234,89	1.441.192,52	9.500.241,89	63.310,15	0,59%	0,72%
CAIXA BRASIL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	6.798.667,48	0,00	0,00	6.833.148,94	34.481,46	0,51%	0,51%
CAIXA BRASIL MA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	19.972.730,40	0,00	0,00	20.080.792,24	88.061,84	0,44%	0,44%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	588.915,32	0,00	16.292,47	574.660,41	2.037,56	0,35%	0,41%
BB MA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	949.013,15	0,00	0,00	951.349,15	2.336,00	0,25%	0,25%
CAIXA BRASIL MA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	1.635.442,89	0,00	0,00	1.638.651,07	2.208,18	0,13%	0,13%
CAIXA BRASIL RF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	170.960,60	0,00	170.370,37	0,00	-590,23	-0,35%	0,27%
CAIXA BRASIL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	1.089.815,00	0,00	0,00	1.073.940,00	-15.875,00	-1,46%	-1,46%

Assunto: Re: Analise FundoFwd: LANÇAMENTO - GP CAIXA RENDA IMOBILIÁRIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
De: Vinicius Gaspar <vinicius@creditoemercado.com.br>
Data: Mon, 09 Feb 2015 08:32:02 -0300
Para: Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br>

Celso,

Esse caso também tem que ser feito da mesma forma.

Um grande abraço.

Att.



MARCELO CASAPPA
 Consultor de Investimentos
 Tel.: 13 3878.8400 - Ramal 606
 Cel.: 13 98807.2766
 www.treppemercado.com.br



Vai imprimir? Pense na sua responsabilidade para com o meio ambiente.
 Já imprimiu? Não jogue fora - reutilize o verso do papel.

Em 6 de fevereiro de 2015 17:35, Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br> escreveu:

Vinicius, Boa Tarde!

Estou te repassando o email enviado pela Caixa referente ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Este Fundo foi apresentado e oferecido pela Caixa. Você pode analisar este Fundo e, pela nossa Política é um Fundo interessante?

Abraços

Celso Pelizer

mento imobiliario fechado

Celso Tadeu Pelizer
 Matrícula 10195

(19) 3843-9131

De: Maria Isabel Iamarino Pizzi <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>
Data: Wed, 04 Feb 2015 17:14:30 -0200
Para: Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br>
Assunto: Fwd: LANÇAMENTO - GP CAIXA RENDA IMOBILIÁRIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

De: Daniel Boueres Sandoval <daniel.sandoval@caixa.gov.br>
Data: Wed, 04 Feb 2015 16:39:05 -0200
Para: "Maria Isabel Iamarino Pizzi (isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br)" <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>
Assunto: LANÇAMENTO - GP CAIXA RENDA IMOBILIÁRIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

x cid:image001.png@01CFF20E.C48331F0

Prezados Senhores,

- 1 Informamos o lançamento do **GP CAIXA RENDA IMOBILIÁRIA FII**.

- 2 Trata-se de um Fundo de Investimento Imobiliário fechado cujo objetivo é a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio da aquisição imóveis de uso corporativo prontos ou em fase final de construção com intuito de geração de renda e criação de valor através de uma gestão ativa com foco em gestão de inquilinos, renegociação de aluguéis e pequenas melhorias nos imóveis.

- 3 O Valor Máximo da Oferta é de R\$ 400.000.000,00

- 4 Lembramos que a resolução 3922 dos RPPS permite aplicação de até **5% do PL total dos RPPS** (Art. 8º inciso VI da 3.922).

- 5 Conforme Estudo de Viabilidade disponível no prospecto a Taxa Interna de Retorno (TIR) Nominal Projetada do fundo é **27% aa**, considerado o melhor cenário disponível no Estudo de Viabilidade do Fundo. *(A metodologia utilizada para a elaboração de simulação da rentabilidade do fundo consta no Estudo de Viabilidade, Anexo V do Prospecto. A taxa interna de retorno projetada não configura garantia de rentabilidade e poderá sofrer alterações não previstas no Estudo de Viabilidade do Fundo. É recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos.)*

- 6 Segue abaixo resumo da estrutura e em anexo apresentação do fundo.

✘ cid:image002.png@01CFF20F.74BEDB50

✘ cid:image003.png@01CFF20F.74BEDB50

7 Informamos que o prospecto e o regulamento do fundo encontram-se disponíveis nos links:

http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/aplicacao_financeira/gp_caixa_renda_imobiliaria_fii/Regulamento_GP_CAIXA_RENDA_IMOBILIARIA-2014-03-31_.pdf

http://downloads.caixa.gov.br/arquivos/aplicacao_financeira/gp_caixa_renda_imobiliaria_fii/GP_CAIXA_RENDA_IMOBILIARIA_FII_P

8 Estamos á disposição para informações complementares.

Atenciosamente,

Gerência Nacional de Investidores Corporativos

x cid:image004.png@01CFF848.EF7D1700

&

nbsp;

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Tel.: (11) 3555-6350

AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES, E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES

LEIA O REGULAMENTO E PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO FATORES DE RISCO.

Assunto: Re: Analise Fundo Caixa FII GP
De: Vinicius Gaspar <vinicius@creditoemercado.com.br>
Data: Mon, 09 Feb 2015 08:31:19 -0300
Para: Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br>

Celso, bom dia!

Tudo bom?

As teses de investimentos que integram essa categoria de produto requerem atenção redobrada, pois na medida em que possibilitam retornos atrativos, proporcionam uma maior exposição a riscos.

Desta forma, realizamos um processo rigoroso com critérios de análise para averiguar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos apresentados, proporcionando informações técnicas bem fundamentadas para a tomada de decisão de nossos clientes.

Para que seja possível iniciar a demanda da análise para o RPPS, vou precisar que inclua a solicitação pela plataforma online (Campo Análises).

A conclusão do relatório poderá demorar até 60 (sessenta) dias a contar da solicitação da análise. O processo de análise destes fundos de investimentos depende de diversos documentos e informações a serem disponibilizadas pelas instituições financeiras, sendo assim a Crédito & Mercado encaminha um "Checklist" à Instituição Financeira, onde o prazo máximo para o retorno do formulário é de 15 (quinze) dias a contar da data do envio. No decorrer do processo, a Crédito & Mercado poderá solicitar informações adicionais dando como prazo máximo para recebimento de cada solicitação 48 (quarenta e oito) horas.

Destaco que o por ser um produto que não apresenta liquidez, o RPPS antes de aplicar deverá demonstrar que tem capacidade financeira para fazer aplicação sem prejudicar o pagamento dos benefícios futuros, conforme exigência do MPS.

Para tanto, disponibilizamos de estudos de solvência, que já havia comentado, que ajudar a verificar a viabilidade.

Coloco-me à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que forem necessárias.

Atenciosamente,



Crédito & Mercado
 Consultoria em Investimentos

Vinicius Gaspar
 Consultor de Investimentos
 Tel.: 13 3878.8400 - Ramal 606
 Cel.: 13 98807.2766
 www.creditoemercado.com.br



Vai imprimir? Pense na sua responsabilidade para com o meio ambiente.
 Já imprimiu? Não jogue fora: reutilize o verso do papel.

Em 6 de fevereiro de 2015 17:19, Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br> escreveu:

Vinicius, Boa Tarde!

A Caixa nos ofereceu um FIC_FIP (que repassamos o email enviado contendo seu regulamento e outras informações pertinentes) para análise. Você pode analisar este Fundo, bem como se é interessante para nossa realidade?

Abraços

Celso Pelizer

Celso Tadeu Pelizer
 Matrícula 10195

(19) 3843-9131

De: Maria Isabel Iamarino Pizzi <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>

Data: Wed, 04 Feb 2015 17:14:57 -0200

Para: Celso Tadeu Pelizer <celso.pelizer@itapira.sp.gov.br>

Assunto: Fwd: FII GP

Vinicius
 Busca FUNDOS
 CL BENSIM ATIVA

ENVIAR SELECIONADO

De: Daniel Boueres Sandoval <daniel.sandoval@caixa.gov.br>

Data: Wed, 04 Feb 2015 16:38:24 -0200

Para: "Maria Isabel Iamarino Pizzi (isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br)" <isabel.iamarino@itapira.sp.gov.br>

Assunto: FII GP

Atenciosamente,

Daniel Sandoval, CFP®

Gerente de Clientes e Negócios

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

(11) 3555-6473

PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FINANCEIRAS

1. OBJETIVO

Este processo tem por objetivo promover o credenciamento de administradores, gestores e o cadastramento dos distribuidores de fundos de investimentos para Regimes Próprios de Previdência em conformidade com a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 – alterada pela Portaria MPS Nº 440, de 09 de outubro de 2013, e alterações posteriores.

2. PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

Para o devido credenciamento dos administradores, gestores para o cadastramento dos distribuidores, estes deverão apresentar os documentos comprobatórios bem como atender os requisitos qualitativos no item 2.2.

Fica vedada a participação de empresas que se enquadrem nas situações abaixo dispostas:

- Em caráter de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;
- Sejam consideradas como inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- Estejam sob intervenção, falência, dissolução ou liquidação.

2.1. Documentos Comprobatórios

Deverão apresentar os seguintes documentos prévios:

Administrador/Gestor

- Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.
- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- Atestado de regularidade fiscal e previdenciária;
- Rating de gestão atribuída por agência especializada.

Distribuidores/Agentes Autônomos

- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Comissão de Valores Mobiliários;

- Contrato para Distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo.

Não atendendo o disposto acima, a instituição estará inapta ao processo de credenciamento.

2.2. Análise Qualitativa

Compreenderá uma análise dos resultados da aplicação de questionários, entrevistas e exames documentais relacionados tanto com os fundos – exclusivamente no processo de seleção – quanto em relação aos seus administradores/gestores.

Esta análise terá, como objetivo, a obtenção de razoável compreensão da aderência do fundo a regulamentação aplicável ao FMAP e da potencialidade da instituição administradora/gestora em cumprir o seu dever fiduciário.

Com relação potencialidade fiduciária da administradora/gestora, a análise observará os seguintes quesitos básicos:

- Tradição e Credibilidade da Instituição** – envolvendo volume de recursos administrados, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc, tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras informações relacionadas com a gestão de investimentos, que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de gestão, envolvendo riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc, tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras informações relacionadas com a gestão do risco.
- Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmarking) e riscos:** assumidos pela Gestão no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

O Formulário de Credenciamento de Instituições Financeiras (Anexo 1), a ser remetido aos administradores/gestores do fundo, terão enfoques específicos para processo de seleção (com inclusão de informações sobre o fundo) e para processos de acompanhamento. O documento sintetiza o conteúdo do questionário, cabendo salientar que será aplicável aos fundos/gestores de renda variável, renda fixa e

estruturados. Os FIDC's e Fundos estruturados terão uma metodologia própria para avaliação da aderência aos objetivos do FMAP.

Além das informações disponíveis no questionário, poderão ser considerados, conforme as situações, metodologias adicionais como participação em reuniões periódicas com a equipe de gestão de sua área de risco, visitas in loco; análise dos documentos legais (consulta CVM), além de demonstrações financeiras.

3. PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

No caso Administradores/Gestores de Fundos classificados como Renda Fixa, Renda Variável e Estruturados, as avaliações serão enquadradas em níveis de classificação de gestão – vide Tabela I, descrita no item 3.2 deste normativo – gerando um “ranking”. Semestralmente serão realizadas as avaliações qualitativas dos Administradores/Gestores do Item 2.2. Alínea “a” e “b”, ocorrendo alteração de nível de classificação, o “ranking” será atualizado.

Como critério adicional, após encerramento do 2º semestre de cada ano, será revisto a aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmarking) e riscos assumidos pela Gestão, conforme Item 2.2. Alínea “c”.

No caso de FIDC, o processo de classificação considerará o resultado através de um relatório específico que atribuirá à estruturação do fundo os seus níveis de segurança, sendo elegíveis para aplicação de recursos somente aqueles cuja avaliação resultar em estrutura “Bastante Segura” ou “Suficientemente Segura” e cujos segmentos não sofram restrições de alocação.

Com relação à FIDC, as avaliações semestrais serão realizadas com base em relatórios que evidenciem, dentre outros fatores, a evolução da inadimplência, a rentabilidade da cota e o comportamento da subordinação.

Nos fundos estruturados, as avaliações semestrais podem ser dispensadas caso o fundo equivalha, tão somente, a um veículo de investimento – ausência de efetiva gestão – ou quando estiver em processo avançado de desinvestimento.

Os resultados de todas as análises, tanto no processo de seleção quanto no processo de avaliação periódica, devem ser formalmente encaminhados ao Comitê de Investimentos para as deliberações aplicáveis, compondo documentos anexos às atas de reunião.

3.1. Metodologia

Os quesitos analisados serão pontuados de forma a obter uma nota média de 0% a 100%, seguindo os subitens abaixo:

- Rating de Gestão de Qualidade (0% a 50%);
- Volume de Recursos Administrados (0% a 10%);
- Tempo de Atuação de Mercado (0% a 10%);
- Avaliação de Aderência dos Fundos assumidos pela gestão aos indicadores de desempenho (0% a 30%);

Critérios para Rating de Gestão de Qualidade (C.R.)

Agência Classificadora	Rating Mínimo	Pontuação
Moodys	MQ3	50%
Standard& Poor's	AMP-3	50%
Fitch Ratings	M3	50%
Austin Rating	QG2	30%
SR Rating	A	30%
LF Rating	LFg2	30%
Liberum Ratings	AM2	30%
Austin Rating	QG3	20%
SR Rating	BBB	20%
LF Rating	LFg3	20%
Liberum Ratings	AM3	20%

Obs.: Os Administradores/Gestores que não atenderem os requisitos mínimos de Rating de Gestão de Qualidade DEFINIDOS ACIMA, estarão automaticamente desclassificados para o Credenciamento.

Critérios para Volume de Recursos Administrados (C.V)

Recurso (Milhões)	Pontuação
Abaixo de R\$ 250,00	0%
De R\$ 250,01 a R\$ 500,00	2%
De R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00	4%
De R\$ 1.000,01 a R\$ 1.500,00	6%
De R\$ 1.500,01 a R\$ 2.000,00	8%
Acima de R\$ 2.000,01	10%

Obs.: As informações sobre volume de recursos administrados, ou sob gestão, poderá ser obtido para efeito de comparação através de fontes públicas, tais como ANBIMA ([link: http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/rankings/fundos-de-investimento](http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/rankings/fundos-de-investimento)).

Critérios para Tempo de Atuação de Mercado (C.T.)

Tempo (Anos)	Pontuação
Abaixo de 2	0%
De 2 a 4	2%
De 4 a 6	4%
De 6 a 8	6%
De 8 a 10	8%
Acima de 10	10%

Obs.: Deverá ser utilizado como base para a contagem do tempo, a data do ato declaratório para funcionamento expedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Critérios para Avaliação de Aderência dos Fundos assumidos pela gestão aos indicadores de desempenho (C.A.)

Através dos Fundos destacados no Formulário de Credenciamento, estes deverão ser analisados com relação ao índice de referência atribuindo uma pontuação de 0% a 30%.

Para instituição que apresentam elevada quantidade de fundos, deverão ser direcionados para critério de análise os fundos específicos para RPPS.

Durante o período semestral de avaliação, terá preferência para comparação os fundos presentes na carteira do FMAP.

3.2. Resultado Preliminar

As somatórias dos resultados dos subitens representaram um nível de Índice de Qualidade de Gestão do Regime Próprio.

$$IQG - RP = C.R. + C.V. + C.T. + C.A.$$

Onde:

CR = Critérios para Rating de Gestão de Qualidade

CV = Critérios para Volume de Recursos Administrado

CT = Critérios para Tempo de Atuação de Mercado

CA = Critérios para Avaliação de Aderência dos Fundos assumidos pela gestão aos indicadores de desempenho

Tabela I

Nível*	Descrição	Resultado	Limite
IQG-RP1	As instituições administradoras/gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco e retorno, são consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade. Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as empresas classificadas neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude.	Superior a 70%	Da Resolução 3.922/10 e da Política de Investimento
IQG-RP2	As instituições administradoras/gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco e retorno, são consideradas instituições com credibilidade e adequada estrutura organizacional. Contam com processos formalizados de investimento e de análise de risco, equipes com profissionais qualificados e com razoável experiência, assim como adequados controles internos. No geral, as empresas classificadas neste nível atendem aos princípios mais relevantes do dever fiduciário.	Entre 50 e 70%.	Alocação de, no máximo, até 5% dos recursos garantidores do plano de benefícios.
IQG-RP3	Atuação cujos aspectos relacionados com histórico de risco e retorno, estrutura e credibilidade da instituição administradora/gestora, processos de investimento e de controles internos, assim como equipe profissional, podem ser considerados, no	Inferior a 50%.	Sem limite para aplicação.

	máximo, razoáveis. No geral, a gestão dos fundos classificados neste nível não garante, em sua plenitude, o cumprimento do dever fiduciário.		
--	--	--	--

*Índice de Qualidade de Gestão do Regime Próprio

3.3. Resultado Final

Será penalizado com a perda de até 20 pontos percentuais na nota, a critério do responsável pela gestão do RPPS e do Comitê de Investimentos os gestores/administradores que por envolvimento em situações que possam acarretar risco de imagem para o Instituto ou para a gestão municipal. Tais como:

Envolvimento em processos administrativos relativos a denuncia de irregularidades praticadas na gestão de fundos de investimentos ou contra investidores.

Envolvimento em investigação da Policia Federal, MPAS, Ministério Público relativo a irregularidades praticadas contra RPPS ou municípios.

ANEXO I – Formulário de Credenciamento

Este formulário tem por objetivo colher informações para o credenciamento de administradores, gestores e o cadastramento dos distribuidores de fundos de investimentos para Regimes Próprios de Previdência em conformidade com a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 – alterada pela Portaria MPS Nº 440, de 09 de outubro de 2013, e alterações posteriores.

O preenchimento deste formulário, e demais anexos, em hipótese alguma, representa garantia ou compromisso de alocação de recursos na instituição, uma vez que este processo refere-se a um credenciamento da instituição junto ao **FMAP**.

I - IDENTIFICAÇÃO DO RPPS

Nome do Cliente:
C.N.P.J.:
Endereço:
Cidade: UF CEP

II - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Razão Social:
C.N.P.J.:
Endereço:
Cidade: UF CEP

Contatos

1 – Telefone:
Nome:
E-mail:
2 – Telefone:
Nome:
E-mail:



III-DOCUMENTAÇÃO LEGAL

Instituição Financeira constituída conforme _____ (Ex. Contrato Social, Estatuto, Decreto, etc.), e alterações posteriores, emitido em __/__/__. Entidade autorizada a exercer a atividade de _____ (Ex. Administração de Carteiras, Distribuição de Fundo, etc.), conforme _____ (Ex. Ato Declaratório, Decreto, Portaria) de nº _____ expedido em __/__/__ pelo (a) _____ (Ex. CVM, BACEN, etc.).

Atestado de Regularidade:

- Fiscal Municipal – Vencimento em __/__/__;
- Fiscal Estadual – Vencimento em __/__/__;
- Fiscal Federal – Vencimento em __/__/__;
- Previdenciário – Vencimento em __/__/__.

IV-CLASSIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- GESTOR ADMINISTRADOR GESTOR/ADMINISTRADOR DISTRIBUIDOR
- AGENTE AUTÔNOMO

Possui Rating (Classificação de Risco)

- Sim Não

Emissor (es):

Rating:

Patrimônio sob Gestão (Nacional):

Patrimônio sob Gestão (Global):

Patrimônio sob Gestão (RPPS):

A INSTITUIÇÃO É SIGNATÁRIA DO CÓDIGO DE MELHORES PRÁTICAS E AUTO-REGULAÇÃO DA ANBIMA?

Sim Não

AS FUNÇÕES DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA SÃO SEGREGADAS?

Sim Não

Administração:

Gestão:

Custódia:

A instituição possui processo interno que comprove o cumprimento das disposições da Resolução BACEN/CMN nº 3.721, de 30 de Abril de 2009, em atendimento a Portaria MPAS nº 170, de 24 de agosto de 2011?

Sim Não

Caso a resposta seja positiva, anexar o documento comprobatório.

V-PRODUTOS APRESENTADOS AO RPPS

Relacionar os produtos destinados aos RPPS de acordo com a legislação vigente. Informar seus respectivos patrimônios, taxa de administração, performance (se houver) e benchmark.

Ainda com relação aos produtos, informar o desempenho dos mesmos, comparados com seus respectivos benchmarks nos últimos 24 (vinte e quatro meses), bem como o comparativo com relação a volatilidade apresentada (Risco: VaR).

1) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

2) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

3) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

4) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

5) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

6) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

7) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

8) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

9) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

10) Fundo: _____ C.N.P.J.: _____
 Patrimônio do Fundo: _____ Benchmark (Índice de Referência): _____
 Taxa de Administração: _____ Taxa de Performance: _____

	Rentabilidade - Fundo (24 meses)	Rentabilidade - Benchmark (24 meses)	VaR - Fundo	VaR - Benchmark
1				
2				
3				
4				
5				



6				
7				
8				
9				
10				

Data base: ____/____/____.

VI-POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O cliente necessita que as carteiras dos fundos sejam abertas diariamente nos formatos PDF e XML, e que os extratos (conta corrente e dos investimentos), possam ser consultados. Favor informar a periodicidade para disponibilização das informações acima.

DIÁRIO SEMANAL QUINZENAL MENSAL

A instituição possui ferramenta eletrônica que possibilite à consulta (visualizar) as operações efetuadas: saldos, aplicações, resgates, transferências e migrações, por meio da rede mundial de computadores?

Sim Não

Caso não haja possibilidade, informar o procedimento atual compatível com a necessidade descrita.

VII – HISTÓRICO DA EMPRESA

A instituição financeira ou os dirigentes já foram autuados pela CVM ou pelo Banco Central pelo descumprimento de normas regulares? Algum processo em investigação? Caso positivo, informar o número do processo.

VIII – GESTÃO DE RISCOS

Descrição de regras e controles - Risco de Crédito.

Descrição de regras e controles - Risco de Liquidez.

Descrição de regras e controles - Risco de Derivativos.

Descrição de regras e controles - Risco de Mercado.

Descrição de regras e controles - Risco de Legal.

Descrição de regras e controles - Atuação de "Compliance".

IX-DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que as informações acima prestadas são a expressão da verdade, exatas e inequívocas, bem como, estar em conformidades com todas as obrigações legais no âmbito Municipal, Estadual e Federal, a que está sujeita a instituição. Declaro ainda estar ciente que, o presente cadastro não implica por parte do **FMAP** compromisso de aplicação de recursos. O Responsável se compromete, ainda, a atualizar as informações em caso de alterações que por ventura venham ocorrer.

[] , [] de [] de [] .

Assinatura:

X _____

Instituição:



Diretor Responsável:

CPF:

Relacionar os anexos encaminhados:

Administradores/Gestores

- Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.
- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- Atestado de regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e previdenciária;
- Rating de gestão atribuída por agência especializada.
- Outros _____.

Distribuidores/Agentes Autônomos

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas em cartório, em se tratando de Sociedade Comercial. Em caso de Sociedade por Ações, o ato constitutivo deverá estar acompanhado da Ata da Assembleia da última eleição da Diretoria, devidamente registrada;
- Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Comissão de Valores Mobiliários;
- Contrato para Distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo.
- Outros _____.



Avaliação de Fundo de Investimento



sm crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos

Administração e Gestão do Fundo

Razão Social

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995, com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS Quadra 4, Bloco A, Lote nº 3 e 4, 21º andar, Asa Sul, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001- 04.

Breve histórico das atividades do gestor, destacando os fatos mais relevantes.

A CAIXA atua na administração e gestão de recursos de terceiros desde 1991, representada desde 1998, pela VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros. Nos últimos anos a VITER apresentou crescimento significativo no volume de recursos sob sua administração e/ou gestão, tendo registrado em setembro de 2013 aproximadamente R\$ 451 bilhões em recursos provenientes de aplicações em fundos de investimento e carteiras administradas, valor 13,28% superior ao PL de 2012. (Fonte: ANBIMA e sistemas CAIXA).

A VITER possui diversas áreas que executam atividades de constituição de fundos e carteiras administradas, gestão, compliance, análise e controle de risco, administração fiduciária, entre outras atividades relacionadas à Gestão e Administração de recursos de terceiros.

A VITER administra um portfólio variado de Fundos de Investimento para atender aos diferentes tipos de investidores. Em setembro de 2013 foram:

- 61 fundos de Rede de renda fixa, 27 fundos de Rede de renda variável e 44 fundos destinados à Regimes Próprios Previdência Social, totalizando 132 fundos destinados à Rede;
- 91 fundos exclusivos, 76 fundos Institucionais e 31 fundos PGBL, totalizando 198 fundos exclusivos/restritos;
- 07 carteiras comerciais, 10 carteiras RPPS e 8 carteiras sociais, totalizando 25 carteiras administradas;
- 14 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para Investidores Qualificados, 10 Fundos Imobiliários (FII) e 18 Fundos de Participação (FIP) totalizando 42 Fundos Estruturados;
- 03 fundos cujas cotas são distribuídas nas agências do BASA (Banco da Amazônia S.A.).

Os fundos de investimento em participações (FIP) sob administração da VITER possuíam em setembro de 2013 um total de R\$ 35,6 bilhões em Patrimônio Líquido.

Desde sua criação, a VITER vem apresentando crescimento no volume de recursos de terceiros sob sua administração. Atualmente, são cerca de R\$ 451,1 bilhões em recursos provenientes de aplicações em fundos de investimento e carteiras administradas.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões do Rapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIAT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador ou do Gestor de carteira de qualquer mecanismo de seguro ou zanca do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa e leitura atenta do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Experiência em Operações Estruturadas

Por meio da SUFES – Superintendência de Fundos Especiais - a VITER administra 14 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para Investidores Qualificados, 9 Fundos Imobiliários (FII) e 18 Fundos de Participação (FIP), além do FI-FGTS, totalizando 41 fundos estruturados.

FIP	FIDC	FII
<input type="checkbox"/> FIP CAIXA AMBIENTAL <input type="checkbox"/> CAIXA FIA CEVIX II <input type="checkbox"/> FIP CAIXA AMSTERDAM <input type="checkbox"/> CAIXA FIP AMAZÔNIA ENERGIA <input type="checkbox"/> ÓLEO E GÁS FIP <input type="checkbox"/> FIP RG ESTALEIROS <input type="checkbox"/> CAIXA FIP SANEAMENTO <input type="checkbox"/> FIP SONDAS <input type="checkbox"/> FIP CAIXA VENEZA <input type="checkbox"/> FIP CAIXA MILÃO <input type="checkbox"/> FIP CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA <input type="checkbox"/> INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FIP <input type="checkbox"/> FIP CAIXA BARCELONA <input type="checkbox"/> CAIXA FIP MZO LOGÍSTICA <input type="checkbox"/> RIO BRAVO ENERGIA I - FIP <input type="checkbox"/> FIP OAS EMPREENDIMENTOS <input type="checkbox"/> HYDROS OPERACOES INDUSTRIAIS FIP <input type="checkbox"/> FIP CAIXA CYRELA <p>R\$ 8.073.338.360</p>	<input type="checkbox"/> FIC FIDC CAIXA BTG PACTUAL II <input type="checkbox"/> FIDC ENERGISA 2008 <input type="checkbox"/> FIDC CEEE V-GT <input type="checkbox"/> FIDC CAIXA RB CAPITAL HABITAÇÃO <input type="checkbox"/> CRÉDITO CORPORATIVO BRASIL - FIDC <input type="checkbox"/> CAIXA FIDC CDC VEICULOS DO BANCO PANAMERICANO <input type="checkbox"/> CAIXA FIDC MASTER CDC VEICULOS DO BANCO PANAMERICANO <input type="checkbox"/> FIDC-HP CAIXA BTG PACTUAL MULTISEGMENTOS <input type="checkbox"/> FIDC CEDAE <input type="checkbox"/> VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC <input type="checkbox"/> FIDC BRASIL PLURAL FORNECEDORES PETROBRAS <input type="checkbox"/> FIDC-HP CAIXA REVERSÃO DE CRÉDITOS EM FCVS <input type="checkbox"/> FIDC ABERTO CAIXA RPPS CONSIGNADO BMG <input type="checkbox"/> FIDC CAIXA DUBLIN <p>R\$ 6.067.512.112</p>	<input type="checkbox"/> BB FII PROGRESSIVO <input type="checkbox"/> FII CAIXA CEDAE <input type="checkbox"/> FII CAIXA DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO <input type="checkbox"/> CAIXA FII PORTO MARAVILHA <input type="checkbox"/> FII DA REGIÃO DO PORTO <input type="checkbox"/> FII CAIXA TRX LOGÍSTICA RENDA <input type="checkbox"/> FII CAIXA INCORPORAÇÃO <input type="checkbox"/> CAIXA FII VLT <input type="checkbox"/> INSF RIO BRAVO FAZENDA BOA VISTA CAPITAL PROTEGIDO - FII <p>R\$ 5.500.734.736</p>

Com relação ao volume de recursos geridos pela SUFES, destacam-se:

Carteira Administrada de Saneamento: tem por objetivo promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento básico no âmbito urbano, integradas e articuladas com outras políticas setoriais, destinadas à redução dos déficits nos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Desenvolvimento Institucional, Manejo de Resíduos Sólidos, Manejo de Resíduos da Construção e Demolição e Estudos e Projetos.

Montante gerido: foram disponibilizados pelo FGTS R\$ 3 bilhões para investimentos pela Carteira. Até Dezembro/2012 já foram investidos cerca de R\$1,6 bilhão em 7 operações.

Ativos: dentre seus ativos destacam-se obras de vanguarda na gestão e tratamento de águas de reuso industrial, contribuindo para a melhoria ambiental e da qualidade das regiões atendidas.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ajuda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em R\$ mil (R\$RL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Carteira Administrada de Infraestrutura Urbana: tem por objetivo a realização de investimentos, na aquisição de instrumentos de mercado do setor de transporte para renovação da frota de veículos do sistema de transporte coletivo de passageiros urbano e de característica urbana sobre pneus e para investimento em infraestrutura de transporte coletivo urbano e de característica urbana.

Montante gerido: a carteira possui o valor total de R\$3 bilhões e já realizou um investimento de mais de R\$ 300 milhões.

FIP Sondas: A Caixa conduziu para o FIP Sondas a maior captação de recursos já realizada para um FIP. Em setembro de 2013 o fundo apresentou Patrimônio Líquido de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.

Ativo: o FIP foi constituído para viabilizar investimentos na companhia Sete Brasil, responsável pela contratação de construção e futuro afretamento de 28 sondas de perfuração para a Petrobras.

- Início: 2011;
- PL: R\$ 2,4 bilhões;
- Capital Investido: R\$ 1,9 bilhão;
- Cotistas: 14 (bancos, fundos de pensão, outros institucionais);
- Objetivo: Investir na Sete Brasil, empresa de afretamento de sondas e navios de perfuração de petróleo.

FI-FGTS: A Caixa é gestora do FI-FGTS, veículo que ampliou o escopo e as formas de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e se tornou agente facilitador das políticas de investimentos em infraestrutura no Brasil. O fundo foi criado por autorização da Lei nº. 11.491, de 20 de junho de 2007, regulamentado nos termos da Instrução CVM nº. 462, de 26 de novembro de 2007 e por resoluções do Conselho Curador do FGTS. O FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi criado para ampliar o escopo e as formas de aplicação dos recursos do FGTS, que passaram a ser realizadas, também, em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento por meio de instrumentos do mercado financeiro.

Montante gerido: é um dos maiores fundos de investimento em infraestrutura do mundo, tendo fechado 2012 com aproximadamente R\$ 22,4 bilhões investidos. Em 2012 foram investidos em 8 ativos, que representaram um volume total de R\$ 4,9 bilhões distribuídos entre os setores de energia, portos, rodovias, ferrovias e hidrovias. Em 2013 foram aprovados mais R\$2,9 bilhões de recursos para investimento.

Os financiamentos do FI-FGTS são efetuados por meio de: Instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa; Cotas de fundo de investimento imobiliário; Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios; Cotas de fundo de investimento em participações bem como Certificados de recebíveis imobiliários.

Características:

- Início: 2007;
- Capital Subscrito: R\$ 39,2 bilhões;
- PL: R\$ 33,7 bilhões;

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investir é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

- Capital Investido: R\$ 25,3 bilhões;
- Ativos Investidos: 44;
- Cotistas: 1 (FGTS);
- Objetivo: Investir em ativos de dívida e participação societária em companhias com projetos de infraestrutura a desenvolver.

Experiência da equipe em estruturas de operações de capital de risco.

A equipe de gestão faz parte do quadro de funcionários fixos da CAIXA, cuja entrada ocorre por meio da realização de concurso público e está vinculada à VITER e à SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimento Especiais, a qual realiza atividades de estruturação e gestão ativa de fundos estruturados. Abaixo segue o currículo resumido da equipe de gestão do fundo:

Flavio Eduardo Arakaki, Diretor.

Na Caixa desde 1999, trabalhou 2 anos na área de crédito corporativo antes da transição em 2001 para VITER. Atualmente é Diretor da VITER onde é responsável pela administração, gestão e desenvolvimento de produtos de ativos de terceiros (fundos de investimentos, fundos de Investimentos especiais e estruturados) da Caixa. Atuou como Superintendente da SUFES – Superintendência Nacional de Fundos de Investimentos Especiais entre 2011 e 2013 tendo sob sua responsabilidade a gestão de um patrimônio de cerca de R\$ 48 bilhões em Fundos de Investimento Estruturados (Fundos Imobiliários, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento em Participações) e Carteiras Administradas destinadas ao setor de Infraestrutura. Entre 2004 e 2011 foi responsável pela área de Fundos de Investimentos Estruturados e Carteiras Administradas com atuação voltada para a gestão dos investimentos pertinentes ao FIFGTS e às Carteiras Administradas do FGTS, além dos processos de fusão, aquisição e reorganização societária das companhias investidas, concentrando-se na criação de novos fundos de *private equity*, por meio da coordenação de processos de *road show* e estruturação financeira e legal dos investimentos. De 2003 a 2004 atuou como Gerente de Pesquisa Quantitativa onde foi responsável da equipe de criação de cenários (econômicos, fundamentalistas e setoriais) por meio da elaboração de relatórios, estudos e análises técnicas com vistas a subsidiar a gestão dos fundos de investimento e carteiras administradas. É mestre em Administração pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, pós graduado em Engenharia Econômica (Mackenzie) e de Fundos de Investimento (PUC São Paulo) e graduado em Administração pela Universidade Mackenzie.

Cassio Viana, Superintendente Nacional.

Na Caixa desde 2007, foi responsável pelas atividades operacionais de vários Fundos de Investimento dentre eles o FIFGTS, o maior fundo focado a investimentos em infraestrutura do Brasil com patrimônio superior a R\$ 35 bilhões e capital comprometido de mais de R\$ 25 bilhões. Desde meados de 2013 é o head de gestão, estruturação, distribuição e administração de fundos, sendo responsável pela elaboração das estratégias de alocação de recursos para ativos de infraestrutura, real state, varejo e consumo. É conselheiro em diversas companhias do segmento de infraestrutura e membro dos Comitês técnicos de Transmissão e Geração de Energia e também de Transporte e Logística da ABDIB. Em

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

2011 assumiu como Gerente Nacional tendo acumulado sob sua responsabilidade toda a unidade de estruturação de operações de equity, dívidas estruturadas, FIDC, FIP etc. assim como o monitoramento dos ativos investidos. Em 2008 passou a integrar a equipe da SUFES. Atuou como analista de investimentos estruturando operações dos setores de rodovia, ferrovia, energia, porto, saneamento e mobilidade urbana. Posteriormente foi alçado à posição de Gerente Executivo para investimentos em infraestrutura. Nos últimos 6 anos participou da estruturação de mais de 30 deals de infra que totalizaram mais de R\$ 20 bilhões investidos. Cursa MBA em Economia Financeira na FGV e é graduado em administração pela Universidade Mackenzie.

Raquel Cristina Tedesco, Gerente de Clientes e Negócios.

Ingressou na Caixa Econômica Federal em 2003 e trabalhou por 1 ano na área comercial do banco antes de sua transição para Vice Presidência de Ativos de Terceiros, em 2005. Atuou como analista na área de estruturação de operações de infraestrutura e de *real state*, posteriormente assumiu a Gerência de Clientes e Negócios para fundos e operações estruturadas com foco no setor imobiliário comercial, residencial e de logística, assim como mobilidade urbana e saneamento. Participou ativamente da negociação/estruturação de diversos *deals* de equity, dívidas estruturadas, FIP, FII, FIDC, além de ser conselheira em diversas sociedades investidas dos fundos, tanto no segmento de infraestrutura quanto *real state*. Atualmente trabalha na estruturação e gestão de Fundos de Investimento em Participações (FIP), Fundos de Investimento Imobiliários (FII) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), bem como no desenvolvimento de operações estruturadas de debt e equity. É graduada em Engenharia de Produção Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e pós-graduada pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) no curso de MBA Executivo em Finanças.

O Fundo

Definição de FIP

O Fundo de Investimento em Participações (fundo), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

Sempre que o fundo decidir aplicar recursos em companhias que estejam, ou possam estar envolvidas em processo de recuperação e reestruturação, será admitida a integralização de cotas em bens ou direitos, inclusive créditos, desde que tais bens e direitos estejam vinculados ao processo de recuperação da sociedade investida e desde que o valor dos mesmos esteja respaldado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

A participação do fundo no processo decisório da companhia investida pode ocorrer:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não deverão ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os comentários foram utilizadas observações diárias.

- pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle,
- pela celebração de acordo de acionistas ou, ainda,
- pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Uma das vantagens do FIP é a possibilidade da empresa que ainda não possui um estágio e um porte que lhe permita acessar o mercado através de oferta primária de ações, mas que necessita de capital para desenvolver seus negócios venha captar recursos fornecidos por investidores.

Características Gerais do Fundo

Nome do Fundo: CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP.

Tipo e Forma: Fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado.

Administrador: Caixa Econômica Federal.

Gestor: Caixa Econômica Federal.

Distribuição: Caixa Econômica Federal.

Coordenador Líder: Caixa Econômica Federal.

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Controladoria, Tesouraria, Escrituração de Cotas: Banco Bradesco S.A.

Auditor Independente: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Montante Total da Primeira Emissão: R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Montante Mínimo da Primeira Emissão: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Quantidade de Quotas da Primeira Emissão: 3.000.000 (três milhões) quotas.

Valor Unitário da Quota da Primeira Emissão: R\$ 100,00 (cem reais).

Lote Suplementar: Por decisão do coordenador líder, com a concordância do administrador, poderão ser ofertadas até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) cotas, perfazendo o montante de

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itanira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CRT-DI/CO & MERCADO pelo IBIAP desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das cotas inicialmente ofertadas.

Oferta Pública de Cotas da Primeira Emissão: Distribuição com base na ICVM 400, de 29 de dezembro de 2003. O registro da distribuição foi concedido pela CVM em 18 de dezembro de 2014, sob o nº CVM/SRE/RFP/2014/005.

Investimento Mínimo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Integralização: Conforme regulamento do fundo, os recursos comprometidos deverão ser integralizados mediante chamadas de capital pela administradora, efetuadas na medida em que sejam identificadas oportunidades de investimento em valores mobiliários, ou para atender às necessidades de caixa do Fundo. As chamadas de capital deverão ser comprovadamente justificadas pela administradora e estarão sempre sujeitas à satisfação das condições previstas no contrato de investimento, no regulamento e na regulamentação em vigor. As chamadas de capital serão comunicadas por escrito aos cotistas pela administradora através do aviso de chamada.

Rentabilidade Alvo: IPCA + 8% ao ano, conforme informado pelo gestor, e indicado no material de divulgação do fundo.

Taxa de Administração e Gestão: equivalente a 0,10% (zero vírgula um por cento) ao ano incidente sobre (a) o capital comprometido total do fundo, durante o período de investimento; e (b) o capital investido, após o período de investimento, observado sempre um valor mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Taxa de Performance: Não haverá taxa de performance.

Taxa de Entrada e Saída: Não será cobrada taxa de entrada e saída.

Prazo de Duração: 12 (doze) anos, contados a partir da primeira integralização de cotas, podendo ser prorrogado por até 3 (três) anos, por deliberação em assembleia de cotistas, por votos que representem, pelo menos, a maioria das cotas subscritas.

Período de Investimentos e Desinvestimentos: 5 (cinco) anos e 7 (sete) anos, respectivamente. O período de investimento poderá ser prorrogado por deliberação em assembleia de cotistas, por votos que representem, pelo menos, a maioria das cotas subscritas.

Amortização: Não há compromisso de amortizações programadas pelo fundo. As amortizações poderão ocorrer a qualquer tempo, durante o prazo de duração do fundo, mediante orientação do gestor, todas as vezes em que se verificar recursos financeiros líquidos que não sejam objeto de reinvestimento.

Resgate: Não será possível o resgate das cotas, exceto quando da liquidação do fundo.

Negociação de Cotas: As cotas somente poderão ser negociadas de forma privada, observadas as restrições previstas no regulamento e na legislação aplicável. As quotas serão registradas para negociação no SF, mantido e operacionalizado pela CETIP, em observância às regras aplicáveis à oferta e à oferta restrita, conforme o caso,

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itaboraí. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis. Toda responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pela titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investir e recomendar a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

observado que, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, as quotas objeto de oferta restrita somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, respeitado o direito de preferência dos demais cotistas, observadas as regras previstas no regulamento e na legislação aplicável

Comitês e Conselhos: Não haverá comitê de investimento no fundo. O fundo investido manterá um comitê de investimentos formado por representantes indicados por cotistas do fundo investido.

O regulamento do fundo foi elaborado de acordo com o Código da ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos em Participação e Fundos de Empresas Emergentes, e classificado como "Fundo Diversificado Tipo 3". É considerado diversificado o fundo constituído por uma pluralidade de cotistas. O fundo Tipo 3 é aquele que não preveja, em seu regulamento, a instalação e o funcionamento de um Comitê de Investimentos, do qual participem representantes indicados pelos cotistas do fundo. Entretanto, o regulamento do fundo poderá prever a instalação e funcionamento de um Conselho de Supervisão.

Objetivo e Política de Investimento

O fundo tem como objetivo investir seu patrimônio, majoritariamente, em cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA I (FIP LOGÍSTICA).

O FIP LOGÍSTICA foi criado com o objetivo de investir, via instrumentos de equity puro ou mezanino, em ativos do setor de logística, incluindo concessões públicas e PPPs em setores como rodovia, aeroporto, ferrovia e porto, assim como em ativos complementares ao funcionamento destes setores.

Seguem as principais características do FIP LOGÍSTICA:

RAZÃO SOCIAL DO FUNDO	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA I
CNPJ	16.877.859/0001-13
TIPO	FECHADO
GESTOR	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADMINISTRADOR	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CUSTODIANTE	BRDESCO
AUDITOR	PRICEWATERHOUSECOOPERS
RESPONSÁVEL PELO FUNDO NA CVM	MARCOS ROBERTO VASCONCELOS
PATRIMÔNIO DO FUNDO	R\$ 3 BILHÕES, PODENDO INICIAR AS ATIVIDADES QUANDO ATINGIR R\$ 1

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões do Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular deste material ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Gestor de Créditos - FCC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

	BILHÃO.
POTENCIAIS INVESTIDORES	INVESTIDORES INSTITUCIONAIS, ESPECIALMENTE FUNDOS DE PENSÃO, RPPS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ENTRE OUTROS.
NÚMERO DE ATIVOS DA CARTEIRA DO FUNDO (estimativa)	ENTRE 10 A 20 ATIVOS
PRAZO DO FUNDO	12 ANOS PRORROGÁVEIS POR MAIS 3 ANOS
PERÍODO DE INVESTIMENTOS	5 ANOS
PERÍODO DE DESINVESTIMENTOS	7 ANOS
SETOR ALVO	SETOR DE LOGÍSTICA, INCLUINDO AEROPORTO, RODOVIA, FERROVIA E PORTO, BEM COMO ATIVOS COMPLEMENTARES ÀS ATIVIDADES INTRÍNSECAS DESTES SETORES
LIMITES POR SETOR	60% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM UM MESMO SETOR.
LIMITES POR ATIVOS	30% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM UM MESMO ATIVO.
INTEGRALIZAÇÃO INICIAL	2% DO CAPITAL COMPROMETIDO, LIMITADO A R\$ 20 MILHÕES.
BENCHMARK	IPCA + 8,50% A.A.
TAXA DE PERFORMANCE	10% sobre o que exceder ao benchmark
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1,00% DO PL, OBSERVADO O VALOR MÍNIMO DE R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) E MÁXIMO DE R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), AMBOS CORRIGIDOS POR IPCA
COMPROMETIMENTO DO GESTOR % DO PL DO FUNDO	A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, EM CONJUNTO COM OUTROS POTENCIAIS INVESTIDORES DO FUNDO, MANIFESTOU PUBLICAMENTE SUA INTENÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA DE CONCESSÕES. O MONTANTE DE CAPITAL A SER SUBSCRITO PELA INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO ANALISADO PELA ÁREA RESPONSÁVEL, A QUAL É SEGREGADA DA VITER, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

Tese do Investimento

A estratégia do Fundo está focada nas oportunidades de investimentos que existem no Brasil em função principalmente dos seguintes fatores:

- Demanda alta e não atendida por infraestrutura de transportes registrada por meio dos índices de crescimento do número de usuários nos aeroportos e rodovias etc.;
- Crescimento da safra agrícola registrado nos últimos anos e projeções de crescimento para os próximos anos;

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

- Infraestrutura insuficiente para atender à demanda;
- Crescimento da renda do brasileiro ampliou o potencial de consumo da população, demandando produtos em todas as regiões do país, o que faz aumentar a necessidade de provimento de serviços de logística;
- Janela demográfica brasileira revela uma população em idade ativa superior a de idosos e crianças, representando potencial de crescimento da economia como um todo;
- Existência de ativos com retornos de longo prazo que serão concedidos à iniciativa privada nos próximos anos;
- Crédito subsidiado para captações destinadas a investimentos em logística.

Considerando que os investimentos nos setores alvo do fundo se caracterizam por seu retorno de longo prazo com parte das receitas sendo reajustadas por índices de inflação, a estratégia de captação do fundo está centrada no alinhamento do FIP aos objetivos de investimento de investidores institucionais sobretudo fundos de pensão e RPPS, cujos passivos devem ser protegidos contra a inflação.

O crescimento econômico registrado na última década resultou num aumento substancial da demanda por equipamentos de infraestrutura de transportes, sem que este crescimento tenha sido acompanhado dos investimentos necessários para atendê-lo.

Em razão deste crescimento, diversas oportunidades de investimento poderão surgir, o que torna o momento oportuno para o lançamento do fundo, que poderá aproveitar as oportunidades para aplicar recursos de longo prazo em setores onde se verifica uma demanda reprimida.

A extensão territorial do Brasil, um país continental, obriga a grandes deslocamentos entre as regiões produtoras, sobretudo de alimentos, para as regiões consumidoras e exportadoras.

A produção agrícola nacional mais que dobrou desde 2000 e as regiões produtoras de grãos e alimentos se concentram no interior do país, em áreas que chegam a mais de 2.000 km de distância do litoral, onde estão localizados os portos e as regiões mais populosas e desenvolvidas. Considerando que a produção tem que se deslocar para os portos e/ou para os grandes centros de consumo, a única maneira de permitir que a demanda por estas mercadorias seja atendida é investir em meios de transporte mais eficientes que permitam que a produção seja entregue em seu destino com preços, prazos e condições competitivas.

Um aspecto importante para o custo e a ineficiência da cadeia nacional de logística é a matriz brasileira de transporte que está concentrada no modal rodoviário, aquele que é mais custoso para as longas distâncias percorridas no Brasil, além da baixa qualidade das estradas.

Em comparação com a matriz de transporte de outros países de extensão territorial semelhante à brasileira, observa-se que nos países comparados há um equilíbrio entre os modais ferroviário e rodoviário como meio de transporte de cargas e mercadorias.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Tais características contribuem para aumentar os custos da logística nacional e reduzir a competitividade da economia brasileira. Deste modo, pressupõe-se que investimentos que possam reduzir custos e aumentar a eficiência e produtividade dos meios de transporte brasileiros tendem a contar com o apoio dos entes privados que detêm os meios de produção, pois conseguiriam melhores condições de competir nos mercados decorrentes da melhoria da qualidade dos meios de transporte brasileiros.

Os setores alvo do fundo são rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, além daqueles relacionados às atividades complementares ao setor de transportes como terminais logísticos e multimodais, condomínios logísticos que integrem serviços de transportes e auxiliares, bem como áreas para implantação de plantas industriais, operadores logísticos etc.

O gestor avalia que há boas oportunidades de investimentos nestes setores e reconhece que o momento para captar o fundo é adequado, considerando os seguintes aspectos dentre outros:

- O expressivo aumento da demanda por infraestrutura de transportes;
- A produção agrícola nacional está concentrada no interior do país e distante dos centros consumidores e exportadores;
- Linhas de crédito subsidiadas para financiar os investimentos previstos no Programa de Investimento em Logística - PIL.

Sob o ponto de vista da concentração por setor ou ativo, o gestor informou que envidará os melhores esforços para que a carteira de investimentos do fundo esteja alocada dentro dos seguintes limites de concentração:

- Até 60% do patrimônio líquido em ativos do mesmo setor;
- Até 30% do patrimônio líquido por ativo

Adicionalmente, o fundo buscará deter uma participação entre 10% e 49% do capital social das companhias investidas, porém sempre detendo poderes suficientes para interferir nas estratégias e na condução dos principais aspectos relacionados à gestão das companhias investidas.

Setor de Rodovias

O setor rodoviário responde por mais de 58% da matriz de transportes do Brasil e alcança 1,7 milhão de quilômetros de vias, porém apenas 220 mil km são de vias pavimentadas, dos quais 63% estão em estado ruim ou péssimo (Fonte: CNT – Pesquisa Anual de Rodovias – 2012).

Os dados de crescimento da demanda dos últimos 10 anos, demonstram crescimento de 48% do volume de veículos por quilômetro nas rodovias concedidas e de 147% no número de veículos vendidos entre 2002 e 2012, revelando que há oportunidades de investimento em concessões cujas receitas de cobrança de pedágio são corrigidas por índices de inflação, pois há um número substancialmente maior de veículos em circulação atualmente do que havia 10 anos atrás.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distinção ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. O Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

O modelo de rodovias já foi testado na economia brasileira. Há um histórico de cumprimento dos contratos e a movimentação nas estradas pedagiadas têm crescido a uma média anual de 13% desde 2004.

Para viabilizar os investimentos necessários no setor rodoviário, o governo federal anunciou em 2012 o Programa de Investimento em Logística - Rodovias ("PIL Rodovias") cujas diretrizes principais são: a provisão de uma malha rodoviária ampla, moderna e integrada; cadeias de suprimentos eficientes e competitivas; e modicidade tarifária.

O programa prevê a concessão de 7 mil km de rodovias, divididos em 9 lotes com investimentos estimados de R\$ 47 bilhões.

Setor de Ferrovias

As primeiras ferrovias brasileiras foram construídas ainda na época do império, para transportar café do interior do país para os portos. Ao longo do século XX o modal perdeu importância na matriz de transportes, sobretudo a partir dos anos 1950 com a chegada da indústria automobilística, fazendo com que a participação das rodovias no transporte de cargas e passageiros se tornasse predominante e a malha ferroviária federal acumulasse prejuízos até ser privatizada nos anos 1990.

Desde 1996 foram concedidos 28 mil quilômetros de ferrovias para a iniciativa privada. Ao longo deste período os investimentos se multiplicaram alcançando a marca de R\$ 35 bilhões investidos que resultaram em aumento do volume transportado. Porém, a extensão da malha pouco se alterou e grandes regiões produtoras de grãos na área central do Brasil atualmente não são atendidas por ferrovias. Embora tenham sido realizados investimentos na malha ferroviária nos últimos 10 anos, a extensão e a qualidade da malha existente continuam deficientes.

Estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indicam que a safra brasileira de grãos no biênio 2013/14 deverá atingir mais de 187 milhões de toneladas e poderá alcançar 222 milhões de toneladas no biênio 2022/23 e apenas 24,5% da capacidade das ferrovias é utilizada para o transporte de carga geral, incluindo grãos.

Os custos logísticos no Brasil representam 10% -11% do PIB, em comparação com 7% -8% nos Estados Unidos. Uma das razões por trás desse mau desempenho é o uso limitado de meios de transporte mais eficientes, como ferrovias e hidrovias. Por exemplo, menos de 20% do volume da soja é transportada por esses modais de transporte, em comparação com 75% nos EUA.

Considerando o complexo soja, apenas 16% da produção é transportada por meio de ferrovias, gerando ineficiências e custos que poderiam ser eliminados ou reduzidos, caso se consiga ampliar o volume transportado por este modal, trazendo benefícios para todo o setor produtivo com a redução de custos, o que pode resultar numa maior utilização do modal e consequente pagamento de tarifas beneficiando os investidores.

Portanto, é razoável concluir que os entes produtores estejam dispostos a dividir os benefícios dos ganhos de eficiência obtidos com o maior uso das ferrovias não se contrapondo ao pagamento de tarifas.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

O novo modelo de concessões de ferrovias permite maior acesso à iniciativa privada e possui características diferentes do modelo anterior com a introdução de 2 agentes nas concessões: (i) a concessionária, que será responsável pela construção e manutenção das linhas; e (ii) os operadores, que comprarão capacidade de transporte da estatal VALEC.

Os primeiros venderão 100% de sua capacidade para a VALEC, que irá vendê-la para os operadores, por meio de leilões públicos o que estimulará a competição entre os diferentes operadores ferroviários e o governo assumirá o risco de demanda.

Para o novo modelo de concessões o governo federal anunciou quais serão os trechos a serem concedidos, os prazos de concessão, assim como informações sobre o volume de investimentos e as condições de financiamento.

Setor de Aeroportos

Atualmente existem cerca de 2.580 aeroportos ou aeródromos no Brasil responsáveis pelo transporte de quase 200 milhões de passageiros em 2012.

Desde 2002 as taxas de aproveitamento das aeronaves saltaram de 56% para 70%, enquanto as tarifas reduziram pela metade entre 2002 e 2011. Nos últimos 10 anos a demanda tem apresentado crescimento consistente a taxas anuais de 10%, e de acordo com relatório Global Market Framework 2012 da Airbus, o tráfego aéreo no Brasil deverá dobrar nos próximos 15 anos.

Todo esse crescimento não foi acompanhado dos investimentos necessários e os principais aeroportos do país, em movimentação, encontram-se próximos da saturação ou operando acima de sua capacidade.

O Programa de Concessões – Aeroportos foi constituído com o objetivo principal de melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários, assim como ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira mediante a concessão da exploração de alguns dos mais movimentados aeroportos internacionais de aviação comercial do Brasil para operadores privados com experiência comprovada na prestação deste tipo de serviço. Outro pilar do programa será o estímulo à reconstrução da rede de aviação regional mediante a construção, ampliação ou reforma de aeroportos de cidades medianas do interior do país, mas que são importantes polos regionais de desenvolvimento econômico.

As primeiras concessões foram realizadas em 2012 para os aeroportos de Guarulhos/SP, Viracopos/SP e Brasília/DF.

Setor de Portos

De acordo com o último relatório do Banco Mundial sobre a situação da infraestrutura de 144 países, no segmento de portos o Brasil ocupa a 135ª posição entre os países pesquisados, apresentando portanto o 9º pior desempenho do mundo e o pior entre os BRICs.

Desde 1993, com a introdução da Lei 8.630/93 “Lei de Modernização dos Portos”, o país tenta ampliar a sua competitividade e atrair investidores privados para o setor. Em 2008 o Decreto-Lei 6.620/08 restringiu a participação de operadores privados e introduziu elementos que limitaram a expansão do setor. Em 2013 com a aprovação da Medida Provisória 595/13 “MP dos Portos” e da Lei 12.815/13 a participação privada voltou a ser estimulada e as

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Beira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

medidas alteram as formas de participação dos operadores privados, as renovações das concessões atuais, dentre outras alterações. Com a introdução do novo marco regulatório espera-se que o setor possa receber mais investimentos privados e a competição aumente, melhorando também a produtividade e eficiência dos portos brasileiros.

Portfólio

A gestora vem desenvolvendo um pipeline em projetos do segmento de logística, sobretudo naqueles que serão concedidos à iniciativa privada por meio de leilões públicos realizados pela União. Não obstante o foco nos projetos que serão leiloados, o fundo também poderá investir em projetos privados.

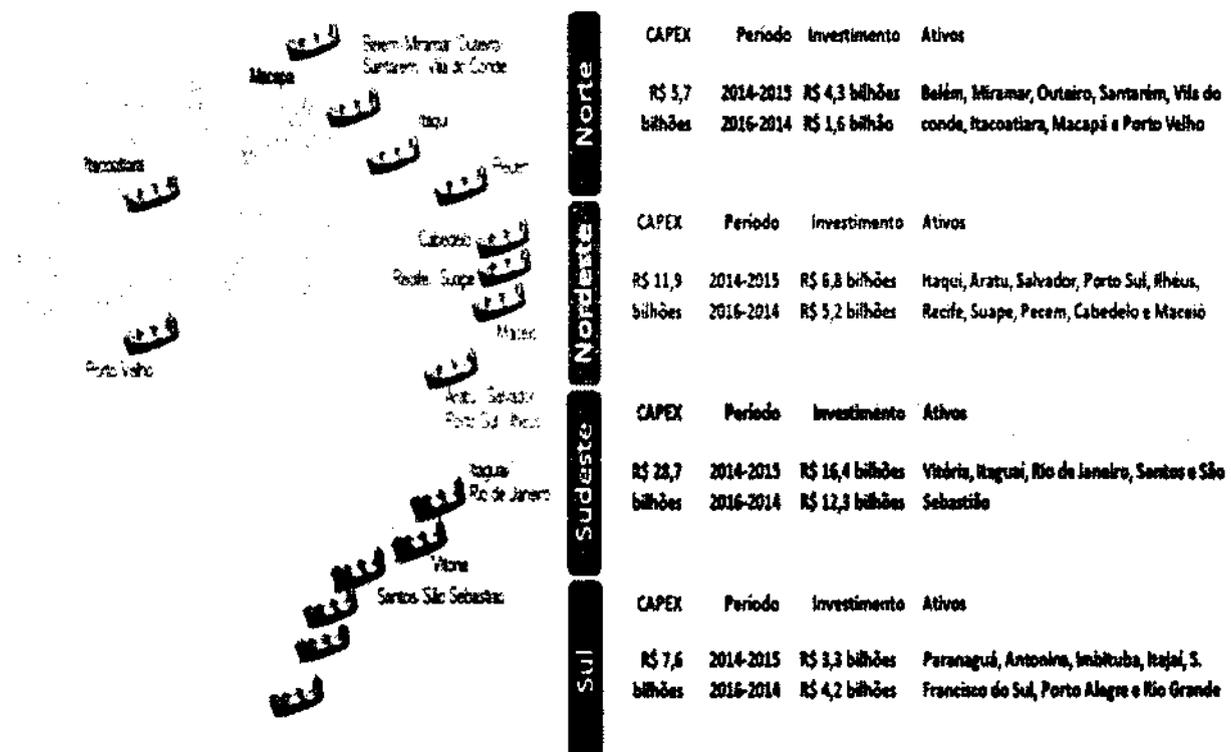
	<p>RODOVIAS</p> <p>Formas multimodais, BTS, SLB, silos, operadores logísticos etc.</p> <p>Concessão de 7.000 km em diversas regiões com duplicação de 3.900 km.</p> <p>R\$ 52 bilhões em investimentos.</p>
	<p>AEROPORTOS</p> <p>Formas multimodais, operadores de carga de alto valor agregado (Manaus - Viracopos).</p> <p>Concessão de 2 aeroportos (o 2º e o 5º mais movimentados do país).</p> <p>R\$ 7 bilhões em investimentos.</p>
	<p>FERROVIAS</p> <p>Formas multimodais, BTS, SLB, silos, operadores logísticos etc.</p> <p>Concessão de 10.000 km de ferrovias.</p> <p>R\$ 50 bilhões em investimentos.</p>
	<p>PORTOS</p> <p>Formas multimodais, BTS, SLB, silos, operadores logísticos etc.</p> <p>Participação pública e privada no NO, NE, SE e SUL.</p> <p>R\$ 50 bilhões em investimentos.</p>

O Programa de Investimento em Logística é dividido por setor – aeroporto, ferrovia, porto e rodovia – para os quais foram discriminados ativos/lotes específicos que serão concedidos por meio de leilões públicos destinados a cada ativo. Abaixo são apresentadas tabelas resumo com informações e características gerais dos ativos para os segmentos de rodovia, ferrovia e porto:

		Rodovias	Estados	Extensão (km)	KM a duplicar	Capex
Prazo Concessão	30 anos	BR 040	MG/GO/DF	937	493	R\$ 5.130.000.000
Financiamento		BR 050	GO/MG	426	12	R\$ 2.900.000.000
Prazo	20 anos	BR 060/153/262	DF/GO/MG	1.177	119	R\$ 8.890.000.000
Carência	5 anos	BR 101	BA	772	322	R\$ 5.060.000.000
Indexador	TJLP	BR 116	MG	817	817	R\$ 3.750.000.000
Taxa	2,00%	BR 153 TO 080	GO/TO	814	758	R\$ 6.900.000.000
TIR Alavancada (real)	11,5%-16%	BR 163/267/262	MS	1.423	1.343	R\$ 6.400.000.000
CAPEX Total	R\$ 47.330.000.000	BR 163	MT	822	48	R\$ 6.200.000.000
Extensão	6.989	BR 262	ES/MG	377	15	R\$ 2.100.000.000

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou anual do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Projeto	Características Gerais			Lanço		Condições de Financiamento				Investimento e Retorno		
	Estado	Quantidade	Valor (mil)	Edição	Lanço	Parcela	Carência	Indicador	Taxa	TIR (Proj)	Capex	
Açailândia-Vila do Conde	MA/PA	35	477		out/13	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 3.200.000.000	
Anápolis-Dourados	GO/MS	35	1.294		out/13	dez/13	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 4.100.000.000
Lucas do Rio Verde/Campinorte/ Palmas/Anápolis	GO/TO/MT	35	1.920		out/13	dez/13	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 8.400.000.000
Rio de Janeiro-Camoos-Vitória	RJ/ES	35	634		nov/13	jan/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 3.500.000.000
Salvador-Recife	BA/SE/AL/PE	35	1.200		nov/13	jan/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 3.500.000.000
União-Corinto-Campos	GO/MG/RJ	35	1.730		nov/13	jan/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 17.910.000.000
São Paulo-Rio Grande	SP/PR/SC/RS	35	1.800		dez/13	fev/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 24.670.000.000
Belo Horizonte-Salvador	MG/BA	35	1.651		dez/13	fev/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 11.040.000.000
Maracaju-Eng. Bley-Paranaguá	MS/PR	35	1.012		dez/13	fev/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	R\$ 2.700.000.000
Ferrovian SP	SP	35	150		jan/14	mar/14	35	5	TJLP	1%	9,26% a 12,5%	
TOTAL											R\$ 75.000.000.000	



As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, disseminação ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta mídia ou por qualquer das empresas do seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Gestor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Além dos ativos apresentados acima, foram realizados 2 leilões de rodovias em 2013, cujos consórcios vencedores apresentaram propostas competitivas, e a gestora está analisando os projetos com o intuito de avaliar sua adequabilidade em termos de risco e retorno para compor a carteira do Fundo. São as BR 050 e BR 163.

	BR 050/MG GO	BR 163/MT
Data Leilão	18/09/2013	27/11/2013
Extensão (KM)	436,6	850,9
Número de Praças	6	9
Prazo Concessão	30	30
Tarifa Base/KM Proposta	R\$ 0,0787	R\$ 0,0550
Deságio	42,38%	R\$ 0,5203
Tarifa Base/KM Final	R\$ 0,0453	R\$ 0,0264
Critério do Leilão	Modicidade tarifária	Modicidade tarifária
	R\$ 101.000.000,00	R\$ 147.000.000,00
Garantia de Proposta (valor mínimo)	Duplicação concluída em 5 anos	Duplicação concluída em 5 anos
	Pedágios poderão ser cobrados após 10% das obras concluídas	Pedágios poderão ser cobrados após 10% das obras concluídas

Adicionalmente foram realizados leilões para concessão de 2º e do 5º aeroportos mais movimentados do país, Galeão no Rio de Janeiro e Confins nos arredores de Belo Horizonte, respectivamente.

	Galeão	Confins
Data Leilão	22/11/2013	22/11/2013
Capacidade (passageiros/ano)	17.300.000.000	10.200.000.000
Terminais	2	1
Prazo Concessão	25	30
Lance Mínimo	R\$ 4.828.000.000	R\$ 1.096.000.000
Ágio	293,90%	66,00%
Outorga Final	R\$ 19.017.492.000	R\$ 1.819.360.000
Garantia da Proposta	1,00%	1,00%
Condições do Leilão	vence a maior proposta de outorga	vence a maior proposta de outorga
	Experiência de aeroporto de 22 milhões de passageiros/ano	Experiência de aeroporto de 12 milhões de passageiros/ano
	Vencedores de outros leilões participam com, no máximo, 15%	Vencedores de outros leilões participam com, no máximo, 15%
Exigências para o operador	Infraero participa com 49%	Infraero participa com 49%
	Cada consórcio precisa ter um operador aeroportuário que terá	Cada consórcio precisa ter um operador aeroportuário que terá
	25% de participação, no mínimo	25% de participação, no mínimo
	Empresas aéreas podem participar com até 4%	Empresas aéreas podem participar com até 4%

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste material é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo Gestor da Carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Além da grande variedade de projetos apresentada acima, outros ativos em setores complementares ao de logística estão em fase de prospecção e poderão ser objeto de investimento pelo fundo, dentre os quais dois são apresentados adiante.

Aeroporto de Aviação Executiva

- Aeroporto estrategicamente localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para captar a demanda por pousos e decolagens existente na região;
- O Brasil possui a segunda maior frota de aviões executivos do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, sendo que 43% da frota está concentrada na região sudeste;
- A RMSP possui a 2ª maior concentração de helicópteros do mundo, perdendo apenas para Nova Iorque;
- Região sudeste concentra 43% da frota de aviação comercial do Brasil;
- Ações da ANAC com o objetivo de ampliar os espaços para a aviação comercial tem restringido o espaço para a aviação executivo nos aeroportos brasileiros, sobretudo em Congonhas e Guarulhos;
- O projeto inclui não apenas o aeroporto, mas também um conjunto de serviços como edifícios comerciais, shopping center, centro de convenções, clínicas, universidade, hotéis e outros serviços que complementam os serviços aéreos.

Condomínio de Negócios com Logística Integrada

- Condomínio estrategicamente localizado e conectado a 2 portos, ferrovia, 5 rodovias, 1 aeroporto internacional;
- Área aprovada para constituição de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) que goza de diversos benefícios fiscais para produção e comercialização de bens destinados à exportação como:
 - Agilidade aduaneira;
 - Isenção fiscal ou redução da alíquota de impostos federais e estaduais (IPI, ICMS, PIS, COFINS, dentre outros);
 - Próximo a gasoduto;
 - Abundância de matérias-primas como urânio, ferro, níquel e celulose em regiões próximas;
 - Próximo a universidades e polo de informática etc.
- O Projeto de Lei 764/2011 reduziu de 80% para 60% o percentual mínimo de receita originada de exportação para as empresas instaladas em ZPEs gozarem dos benefícios.

A tabela abaixo apresenta os projetos atualmente integrantes do pipeline do Fundo, bem como a concentração deste pipeline por região e setor:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis. Sua responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CIPRE/ITD & INVESTIDOR pelo Itar desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O risco de perda de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em R\$ mil (R\$C). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

PROJETO	SETOR	DESCRIÇÃO	REGIÃO	VOLUME POTENCIAL DE INVESTIMENTO	Concentração por Região	%	Concentração por Setor	%
A	Aeroportuário	Aeroporto de Aviação Executiva localizado na Região Metropolitana de São Paulo	Sudeste	R\$ 200.000.000,00	Norte	-	Aeroportuário	36,41%
B	Aeroportuário	Aeroporto Localizado no estado do Rio de Janeiro	Sudeste	R\$ 350.000.000,00	Nordeste	24,76%	Portuario	4,85%
C	Aeroportuário	Aeroporto localizado na Região Metropolitana de Minas Gerais	Sudeste	R\$ 200.000.000,00	Centro Oeste	24,27%	Rodoviario	24,27%
D	Portuario	Condominio Logístico localizado em Zona de Processamento de Exportação	Nordeste	R\$ 100.000.000,00	Sul	-	Ferrovuario	34,47%
E	Ferrovuario	Ferrovia localizada no estado do Rio de Janeiro com 634 km de extensão. Modalidade de Operador ferroviário	Sudeste	R\$ 300.000.000,00	Sudeste	50,97%		
F	Ferrovuario	Ferrovia localizada no estado do Maranhão com 480 km de extensão. Modalidade de Operador ferroviário	Nordeste	R\$ 410.000.000,00				
G	Rodoviario	Rodovia Localizada na região centro-oeste do país com 850,9 km de extensão	Centro-Oeste	R\$ 250.000.000,00				
H	Rodoviario	Rodovia Localizada na região centro-oeste do país com 1.176,5 km de extensão	Centro-Oeste	R\$ 250.000.000,00				
TOTAL				R\$ 2.060.000.000,00				

Estratégia de Saída das Investidas

As estratégias de saída serão formuladas em função do ambiente em que a companhia investida estiver inserida, levando em consideração a conjuntura econômica do Brasil e também cenários externos, assim como as características das companhias investidas, os tipos de ativos, pontos fortes das companhias de forma que o gestor possa extrair a melhor leitura de mercado no sentido de criar o melhor valor para o ativo a ser desinvestido.

As formas de realizar o desinvestimento já estarão previstas nos documentos que formalizarão os investimentos do fundo (acordos) e as estruturas desenhadas para tais operações serão sempre enviadas ao comitê de investimento do FIP LOGÍSTICA, para que os membros do comitê possam deliberar sobre a melhor forma de saída para cada ativo investido.

Para os cenários de saída, o gestor considerará o fluxo dos projetos, sendo nas operações mezanino e no equity mediante Opções de Venda/Swap Rights, IPO, M&A:

- Operações de Mezanino que antecipam os retornos, reduzindo também a curva “J” do fundo;
- Ações preferenciais resgatáveis com prazos alinhados à estratégia do Fundo;
- Aquisição de Dívidas Conversíveis: visam antecipar o fluxo de recebimentos;
- Swaprights: opção de troca de ações com acionistas cujas ações do controlador tenham liquidez;
- Opções de Venda das ações: opção de venda para um acionista da investida;
- IPO: abertura de capital em bolsa;
- Venda para um consolidador: venda para grupo consolidador do mercado de atuação da investida.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou copia de qualquer conteúdo de As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é esta instituição. CRIEÇÃO C & MÉRITO ADQ pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas do seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como solicitação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de valores mobiliários, de acordo com a Lei do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Situação Atual

Conforme informações disponibilizadas pelo administrador, o CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP foi constituído em 11 de fevereiro de 2014, e encontra-se em fase pré-operacional. O anúncio de distribuição de cotas foi publicado em 22 de dezembro de 2014, e o encerramento da oferta está previsto para ocorrer em até 6 meses (22 de junho de 2015). A oferta de cotas é realizada com base na ICVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

O fundo investido (FIP LOGÍSTICA) foi constituído em 19 de dezembro de 2012. Durante a fase de distribuição, o fundo captou recursos da ordem de R\$ 1.038.000.000,00, distribuídos em 10 (dez) cotistas, através da assinatura de compromissos de subscrição de cotas. Foi feita uma primeira chamada de capital para início das atividades do fundo e contratação de alguns prestadores de serviços. Essa chamada foi de 1% do PL subscrito, somando R\$ 10.380.000,00. Até o momento não foi efetivado nenhum investimento em ativo alvo, porém estão em análise diversos projetos que montam R\$ 2 bilhões.

O CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP encontra-se em fase de captação de recursos, com expectativa de fechamento em junho/2015.

Fatores de Risco

Os investimentos do fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos riscos nos mercados de atuação e, mesmo que o gestor mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia da completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para os cotistas.

Os principais fatores de risco a serem observados quando da realização do investimento são:

Riscos Associados ao Brasil e a Fatores Macroeconômicos

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos, a Política Governamental e Reformas Legislativas:

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica e/ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira de Investimentos, e/ou (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas. Adicionalmente, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas podem estar associadas a ações para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária, podem estar associadas a ações alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, podem

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões do Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste material é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela exatidão e veracidade não é assumida pela CRI FIC LOGÍSTICA MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, visto que não há oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Ciente da natureza de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, Rentabilidade passada no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investir, é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os detalhes foram utilizadas observações diárias.

impactar significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente, ainda que legitimamente exercidas, poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento significativo das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo. Além disso, o Governo Federal, o BACEN, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação das Companhias Investidas ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira de Investimentos ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar a rentabilidade do Fundo.

Riscos de Acontecimentos e Percepção de Risco em Outros Países:

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no País, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Cotas, o que poderá prejudicar de forma negativa as atividades das Companhias Investidas e o FIP Investido e, por conseguinte, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos Cotistas.

Riscos de alterações da legislação tributária:

Os governos regularmente introduzem alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas fiscais e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de mudanças nas regras fiscais vigentes não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar as Companhias Investidas, os outros ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos, o FIP Investido, o Fundo e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis às Companhias Investidas, aos outros ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e da Carteira de Investimentos, ao FIP Investido, ao Fundo e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do FIP Investido e/ou do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade dos Cotistas. Adicionalmente a Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos administrativos competentes poderão realizar modificações na regulamentação das obrigações tributárias e acessórias, que poderá afetar a rentabilidade dos Cotistas, os resultados do Fundo, do Fundo Investido e das Companhias Investidas.

Riscos Relacionados ao Fundo e às Cotas

Risco de Liquidez:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

A redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira de investimentos do FIP Investido e/ou da Carteira de Investimentos nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados poderá causar a baixa liquidez de referidos títulos. Em virtude de tais riscos, o FIP Investido e/ou o Fundo poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejado, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FIP Investido e para o Fundo, os quais permanecerão expostos, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o FIP Investido e/ou o Fundo a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates aos Cotistas do Fundo, nos termos do Regulamento.

Risco de Crédito:

O risco de inadimplimento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FIP Investido e/ou do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõe a carteira de investimentos do FIP Investido e a Carteira de Investimentos.

Risco de Mercado:

Flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FIP Investido e do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais, podem ocasionar riscos ao Fundo. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas do FIP Investido e das Cotas e perdas aos Cotistas.

Risco de Concentração:

O Fundo aplicará, no mínimo, 90% (noventa por cento) do seu patrimônio em cotas do FIP Investido, o qual, por sua vez, poderá adquirir títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas. O disposto neste item implicará risco de concentração dos investimentos do Fundo em cotas do FIP Investido e, indiretamente, em títulos e valores mobiliários emitidos por um número restrito de Companhias Investidas.

Riscos de Não Realização dos Investimentos por Parte do FIP Investido e/ou do Fundo:

Os investimentos do FIP Investido e, portanto, os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista e não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FIP Investido e pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização destes investimentos.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões do Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CLIENTO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Risco de Resgate das Cotas do Fundo em cotas do FIP Investido e/ou em Títulos e/ou Valores Mobiliários das Companhias Investidas:

Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas, as quais são semelhantes às hipóteses de liquidação do FIP Investido. Se alguma dessas situações se verificar, há a possibilidade de que as Cotas venham a ser resgatadas em cotas do FIP Investido e/ou em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar as cotas do FIP Investido ou referidos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas que venham a ser recebidos do Fundo.

Risco Relacionado ao Resgate e à Liquidez das Cotas do Fundo:

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A Amortização das Cotas será realizada na medida em que o Fundo tenha disponibilidade para tanto, ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos compromissos de investimento e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Cotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.

Riscos relacionados ao FIP Investido e às Companhias Investidas:

Embora o FIP Investido tenha sempre participação no processo decisório das Companhias Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Companhias Investidas, (ii) solvência das Companhias Investidas ou (iii) continuidade das atividades das Companhias Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados do FIP Investido e, portanto, da Carteira de Investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do gestor e administrador do FIP Investido, os pagamentos relativos aos títulos ou valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, como dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Companhia Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos respectivos setores em que atuem tais companhias. Não há garantia quanto ao desempenho desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe ao mesmo tempo o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Companhias Investidas acompanhe o desempenho do seu setor de atuação, não há garantia de que o FIP Investido, o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos do FIP Investido poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas nos regulamentos do FIP Investido, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

dificuldade para o FIP Investido quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados dessas companhias e (ii) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor das Cotas do Fundo. O FIP Investido poderá investir em companhias que atuam em setores regulamentados. As operações de tais companhias estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas companhias. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho das Companhias Investidas e do Fundo, podendo acarretar perdas aos Cotistas.

Risco relativo ao Setor Alvo das Companhias Investidas:

Os contratos de concessão estabelecem um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, o que possibilita que o poder concedente e o concessionário busquem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevisíveis na época da assinatura do contrato de concessão. O procedimento para reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do poder concedente, de forma que as Companhias Investidas não podem garantir que este equilíbrio seja reestabelecido. As Companhias Investidas podem atuar em ambientes altamente regulados e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais. O poder concedente possui, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões, fazendo com que as Companhias Investidas tenham que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas. As Companhias Investidas não podem assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo, e em que medida tais ações poderão afetar seus resultados. Caso a Companhia Investida seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados poderão ser adversamente afetados. As operações praticadas pelas Companhias Alvo estão sujeitas a todo e qualquer evento ou medidas não consideradas nos estudos ambientais prévios que, direta ou indiretamente, resultem em impacto ao meio ambiente ou ao projeto, como: proibições, atrasos e suspensões, com surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas nas fases iniciais de licenciamento. Há riscos decorrentes de ocorrências geológicas não detectadas nos estudos preliminares que encareçam ou inviabilizem as escavações, a instalação de equipamentos ou mesmo o início da execução das obras. As Companhias Investidas estão sujeitas a qualquer tipo de atraso que afete o prazo da conclusão dos projetos, estando relacionados aos custos de implantação das obras, cumprimento dos cronogramas físicos, falência ou pedido de recuperação de construtores ou fornecedores, atrasos no fornecimento de materiais, aumento no custo de matérias-primas.

Riscos relativos aos setores de aplicação do FIP Investido – Infraestrutura de Transportes

Setor Ferroviário:

O setor é altamente dependente das cadeias de commodities agrícolas e do segmento extrativo mineral. Assim, qualquer mudança econômica e climática que afete esses produtos pode resultar em impactos na utilização das ferrovias e, por sua vez, nos resultados das companhias do setor. Como o Brasil não é um fabricante de trilhos,

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo Ithear desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

projetos de expansão ou construção de malhas férreas são altamente dependentes das importações, assim alterações no câmbio ou política externa do Brasil podem prejudicar os resultados e planos de investimento das empresas do setor. Por ser um setor regulado alterações nas regras de concessão e/ou exploração das linhas férreas poderão resultar em mudanças não esperadas que impactem os resultados financeiros e operacionais das companhias.

Setor Portuário:

O Setor Portuário é dependente da pauta de exportações brasileira, concentrada em produtos primários sobretudo commodities agrícolas e do segmento extrativo mineral. Alterações climáticas que resultem em um menor nível de produção agrícola ou que prejudiquem a extração e/ou o transporte de minérios podem resultar na redução do nível de atividade do setor e comprometer os resultados estimados à época da realização dos investimentos. Além disso, o setor de portos é altamente regulado e as companhias necessitam de Concessão/Autorização Pública para operarem de acordo com as regras estabelecidas por meio de legislação específica. Deste modo, alterações que não podem ser previstas na regulamentação do setor podem alterar as regras de atuação das empresas e impactar os seus resultados.

Setor Aeroportuário:

O Setor Aeroportuário atua em um ambiente altamente regulado, necessitando de Concessão/Autorização Públicas para operação dos terminais aeroportuários. As operações do setor aeronáutico em geral são sensíveis às mudanças nas condições macroeconômicas tanto nacional quanto internacional, tais como mudanças nos níveis de emprego e renda, restrições no mercado de crédito, que poderão resultar numa redução da demanda por voos e impactar os resultados do setor. Um dos principais custos do setor é o combustível, de modo que oscilações no preço de petróleo podem reduzir os ganhos setoriais ou obrigar as companhias a repassarem os custos para o consumidor, o que poderá provocar redução da demanda. Alterações na legislação a que estão submetidas as companhias do setor poderão interferir nos seus resultados estimados, conforme exposto neste capítulo.

Terminais Logísticos:

Os terminais logísticos podem estar expostos a riscos relacionados à concentração de receita em poucos clientes com altos volumes de carga para movimentação e/ou armazenagem. Tais clientes podem ser grandes processadores de alimentos que firmam contratos atípicos de prazos alongados a fim de garantir o espaço para seu uso ao longo do tempo. A existência de contratos de prazos curtos pode resultar na subutilização dos espaços por períodos de tempo indeterminados até que eles possam ser locados novamente a um novo usuário. O setor costuma operar com terminais monousuários nos quais a totalidade das receitas está atrelada a um único contrato ou com terminais multiusuários nos quais há diversos locatários, o que contribui para mitigar os riscos de concentração da receita em poucos usuários. Ciclos de baixo crescimento econômico podem resultar na diminuição da demanda com possível renegociação dos preços dos contratos ou ainda com incrementos nas taxas de vacância.

Setor Rodoviário:

Oscilações macroeconômicas podem impactar diretamente a movimentação de veículos nas rodovias em virtude de elevações substanciais nos preços dos combustíveis ou redução da atividade econômica, com o conseqüente impacto

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela conexão e veracidade não é assumida pela CREFITQ & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

sobre os resultados das companhias concessionárias. Alterações climáticas podem comprometer a produção agrícola das regiões onde estão localizadas as rodovias concedidas o que poderá reduzir o fluxo de veículos nas estradas pedagiadas e reduzir a sua receita. A concessão de outros modais de transporte nas regiões onde estão localizadas as rodovias concedidas poderá provocar uma migração da demanda das estradas para rotas alternativas nas ferrovias ou as hidrovias reduzindo a movimentação nas rodovias concedidas.

Riscos Políticos:

Os riscos políticos, quando ligados aos projetos de infraestrutura, têm sua percepção relacionada ao "risco-país" e decorrem da política econômica vigente na época do exame das oportunidades de investimento relacionadas a cada setor. De certo modo, afetam de forma semelhante todos os novos investimentos, embora variem em função dos prazos e das taxas esperadas para o retorno do capital investido, em cada setor, ou das expectativas quanto à sua mudança. Em concessões federais, usualmente os riscos políticos são percebidos no âmbito da política econômica governamental e têm sido relacionados, sobretudo à expectativa do adequado cumprimento dos termos estabelecidos nos contratos de concessão.

Riscos Regulatórios:

Estão ligados ao objetivo de garantir no tempo o retorno de recursos a acionistas e financiadores e conferir a credibilidade inicial necessária à tomada da decisão de investir, principalmente no tocante ao reajuste de contratos de concessão em alguns seguimentos.

Riscos de Implantação e de Fornecedores:

Os setores que, em geral, apresentam risco de implantação estão usualmente associados a projetos de longo prazo de construção, são relacionados a novos investimentos e, quase sempre, demandam elevada soma de recursos. Entre eles, citamos a construção de novas rodovias e ferrovias. Esses mesmos setores podem ser associados a baixos riscos tecnológicos e de fornecedores.

Riscos Ambientais:

Os projetos que apresentam maiores riscos ambientais são particularmente aqueles que caracterizam novos investimentos em transportes. Caso haja alguma irregularidade, os projetos são paralisados, o que pode envolver gastos significativos.

Riscos Relacionados à Amortização das Cotas:

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos às cotas do FIP investido, as quais, por sua vez, terão seu valor relacionado aos rendimentos, dividendos e outras bonificações que sejam atribuídos aos valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas e ao retorno do investimento em tais Companhias Investidas mediante o seu desinvestimento. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Risco de Patrimônio Líquido Negativo:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itaboraí. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do Capital Integralizado, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

Risco de Derivativos:

Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações e não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas.

Risco de Avaliação de ativos:

A precificação dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros integrantes da carteira do FIP Investido e do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários e demais operações estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do FIP Investido e do Fundo, podendo resultar em perdas aos Cotistas.

Risco da ausência de classificação de risco das Cotas:

As Cotas não foram objeto de classificação de risco e, com isso, os investidores não contarão com uma análise de risco independente realizada por uma empresa de classificação de risco (empresa de *rating*). Caberá aos potenciais investidores, antes de subscrever e integralizar as Cotas, analisar todos os riscos envolvidos na aquisição de Cotas, inclusive, mas não somente, aqueles aqui descritos.

Demais Riscos:

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros em geral, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira de Investimentos, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Cotas. E ressaltamos que as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Riscos Relacionados à Oferta

Distribuição Parcial:

Existe a possibilidade de que, ao final do Prazo de Distribuição, não sejam subscritas todas as Cotas ofertadas pelo Fundo, o que, conseqüentemente, fará com que o Fundo detenha um patrimônio menor que o estimado. Tal fato pode ensejar uma redução nos planos de investimento do Fundo e, conseqüentemente, na expectativa de rentabilidade do Fundo.

Cancelamento da Oferta:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Paraná. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponibilizadas não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador ou Fundo Gestor da carteira, ou qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os detalhes foram anexadas observações diárias.

A Oferta será cancelada e o Fundo não iniciará suas atividades caso não seja subscrita quantidade de Cotas suficiente para o atendimento do Montante Mínimo descrito neste Prospecto.

Conclusão

Não há crescimento econômico sustentável sem a existência de infraestrutura eficiente e eficaz, que atenda aos objetivos diversos de uma nação: viabilizando o produto potencial, integrando a população à economia nacional, por meio de modais de transportes e sistemas de comunicações eficientes que interliguem, de fato, as regiões do país e minimizem o desperdício de recursos ao otimizar sua utilização.

A grave crise financeira do Estado brasileiro, nas duas últimas décadas, tornou-o incapaz de gerar poupança para financiar o investimento necessário nesta área. O rápido declínio dos investimentos das estatais, particularmente a partir de 1984, levou à deterioração dos serviços e do estoque de capital em infraestrutura, o que provocou elevação dos custos gerais da economia, traduzidos em perdas substanciais de competitividade interna e externa, causadas por ineficiências na produção de serviços de transportes.

O Governo, ciente da precariedade da infraestrutura, lança em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o objetivo de reduzir as deficiências do Brasil em quatro áreas principais: saneamento, logística, energia e habitação. A economia brasileira e a carência do país em infraestrutura logística vêm levando o governo brasileiro a priorizar o setor de transportes no PAC. A precariedade da infraestrutura de transporte brasileira pode ser vista através do Índice de Eficiência Logística, criado pelo Banco Mundial em 2007, no qual o Brasil ocupa, apenas, o 41º lugar numa lista de 155 países.

A deficiente infraestrutura de transporte é um dos entraves para o crescimento da produção agrícola, industrial, automobilística, entre outros setores no Brasil. No entanto, mesmo com essa deficiência, o país ainda é considerado um grande produtor, estando entre os três principais exportadores agrícolas do mundo, atrás apenas da União Europeia e Estados Unidos.

O investimento realizado em infraestrutura não acompanhou o crescimento da produção, gerando gargalos logísticos para seu escoamento. O investimento em infraestrutura, comparada com países desenvolvidos, foi insignificante há décadas.

Buscando preencher esta lacuna proporcionada pela ineficiência do Estado brasileiro, o capital privado se movimentou no sentido de prover os recursos necessários ao desenvolvimento de soluções logísticas que atendam aos interesses deste mesmo capital, que é o responsável pela produção nacional.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões do Itapetininga. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDFIN & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas do seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES divulgou recentemente o Boletim Perspectivas do Investimento, para o quadriênio 2015-2018, juntamente com o livro Panoramas Setoriais. Elaborado pela Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico do Banco, o boletim mapeia projetos e planos de investimento de empresas, incluindo aqueles apoiados pelo BNDES, mas não restrito apenas a eles.

O relatório prevê investimentos na economia brasileira de R\$ 4,1 trilhões, nos setores de Indústria, Infraestrutura, Residências e Agricultura & Serviços. Os números estimados representam crescimento de 17,1% frente ao efetivamente realizado no quadriênio 2010-2013.

Segundo o boletim, o maior crescimento previsto é no setor de Infraestrutura, no qual devem ser investidos R\$ 598 bilhões, frente aos R\$ 457 bilhões efetuados no período anterior, o que representa aumento estimado de 30%. O destaque nessa área são portos e ferrovias, com crescimentos previstos de, respectivamente, 141% e 99%.

Neste contexto, a CAIXA lançou em 2014 o FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO CAIXA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA I (FIP LOGÍSTICA), com a proposta de ser um condutor de capital destinado a investimentos em infraestrutura logística, com foco nos setores rodoviário, aeroportuário, ferroviário e portuário.

A estratégia do FIP LOGÍSTICA está focada nas oportunidades de investimentos que existem no Brasil, em função principalmente dos seguintes fatores:

- Demanda alta e não atendida por infraestrutura de transportes registrada por meio dos índices de crescimento do número de usuários nos aeroportos e rodovias etc.;
- Crescimento da safra agrícola registrado nos últimos anos e projeções de crescimento para os próximos anos;
- Infraestrutura insuficiente para atender à demanda;
- Crescimento da renda do brasileiro ampliou o potencial de consumo da população, demandando produtos em todas as regiões do país, o que faz aumentar a necessidade de provimento de serviços de logística;
- Janela demográfica brasileira revela uma população em idade ativa superior a de idosos e crianças, representando potencial de crescimento da economia como um todo;
- Existência de ativos com retornos de longo prazo que serão concedidos à iniciativa privada nos próximos anos;
- Crédito subsidiado para captações destinadas a investimentos em logística.

Buscando viabilizar esta oportunidade de investimentos aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS's, a CAIXA formatou um produto destinado a adquirir cotas do FIP LOGÍSTICA. O fundo, denominado CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP, tem como objetivo investir seu patrimônio, majoritariamente, em cotas do FIP LOGÍSTICA.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDLIT & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Em termos de remuneração, o CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP agrega retornos baseados em uma expectativa de rentabilidade de IPCA + 8,0%, suficiente para o atingimento da meta atuarial dos RPPS's no longo prazo. A informação sobre a rentabilidade esperada foi obtida junto ao gestor do fundo. Apesar de estar em linha com a tese de investimentos e estratégia de atuação proposta, não há elementos suficientes que possam aferir o resultado esperado, que dependerá dos preços a serem pagos pelos ativos alvos, das receitas líquidas provenientes do fluxo de caixa esperado com a exploração dos negócios, e do resultado dos desinvestimentos. Cabe ressaltar que a rentabilidade esperada não pode ser considerada como promessa de retorno, assim como os investimentos em fundos não contam com garantias do FGC – Fundo Garantidor de Crédito. Portanto, o investidor deverá compreender e aceitar os diversos fatores de risco descritos neste relatório, antes de decidir pelo investimento.

O investimento mínimo é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que deverão ser integralizados mediante chamadas de capital pela administradora. As chamadas de capital serão comunicadas por escrito e com a antecedência necessária aos cotistas, pela administradora, através do aviso de chamada, sempre que houver necessidade de investimentos nas companhias investidas, ou para atender às necessidades de caixa do fundo.

A oferta de cotas do CAIXA LOGÍSTICA FIC FIP obteve registro de distribuição concedido pela CVM em 18 de dezembro de 2014, sob o nº CVM/SRE/RFP/2014/005. O encerramento da oferta se dará em até 6 (seis) meses, a contar da publicação do Anúncio de Início, que ocorreu em 22 de dezembro de 2014.

O regulamento do fundo foi elaborado de acordo com o Código da ABV/CAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos em Participação e Fundos de Empresas Emergentes, e classificado como "Diversificado Tipo 3". É considerado diversificado o fundo constituído por uma pluralidade de cotistas. Os fundos do Tipo 3 não contam com Comitê de Investimentos, podendo entretanto ser formado um Comitê de Supervisão. Não há previsão de constituição do Comitê de Supervisão para o fundo.

O fundo está enquadrado ao que determina a Resolução 3.922/10, Artigo 8º Inciso V, não havendo portanto impedimento legal em receber aportes de recursos pelos RPPS's.

É importante destacar que durante o prazo de duração do fundo, não é permitido ao investidor o resgate dos recursos aplicados, eis que trata-se de estratégia de investimento de longo prazo. Assim, se faz necessário analisar o prazo do fundo em relação à curva atuarial do Instituto, observando a necessidade de liquidez suficiente para atendimento aos compromissos assumidos com os beneficiários do plano de benefícios, em atendimento à legislação vigente.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou fundo do Fundo Garantidor de Crédito - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para as cédulas foram utilizadas observações finais.

Opinião quanto ao fundo na carteira do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

A política de investimento do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira elaborada para o exercício de 2015 prevê limite para aplicação de 3% dentro do Artigo 8º, Inciso V, não tendo participação dentro do segmento.

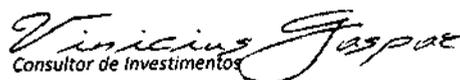
O produto apresenta perspectiva de retorno compatível com o objetivo atuarial do Instituto no longo prazo (IPCA +8% a.a.). Ao avaliarmos um cenário de curto prazo, a atratividade de rentabilidade frente ao risco assumido é baixa, porém, a taxa real de juros projetada pelo mercado financeiro para os próximos 5 (cinco) anos é abaixo de 5% a.a.

Considerando os diversos riscos que são pertinentes os investimentos em Fundos de Investimentos em Participações é recomendável ao RPPS, na ocasião da decisão pelo investimento, que observe o limite estabelecido na Resolução CMN nº 3922/2010 e Política de Investimentos aprovada pelo órgão superior, bem como a prudente e necessária diversificação entre os investimentos, de forma a otimizar e diluir os riscos envolvidos neste segmento.

Por se tratar de um fundo fechado, a possibilidade de resgate antes do vencimento não é possível, sendo um ponto de atenção ao RPPS que deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS nº 440/2013, em especial a necessidade do investimento ser precedido de atestado do responsável legal pelo RPPS, com base em estudo próprio, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras.

O fundo poderá iniciar as atividades com apenas um cotista, dessa forma, caso o instituto opte pela aplicação deverá fazer uma ressalva quanto a reserva, limitando no máximo a 25% do patrimônio líquido do fundo. Cabe destacar que as aplicações são realizadas através de chamada de capital, não sendo disponibilizado de imediato todo capital comprometido.

Na nossa opinião, a estratégia de investimentos do produto agrega diversificação para carteira de investimentos, entretanto, o RPPS deverá compreender e aceitar os riscos ao qual o fundo está exposto.


Vinicius Gaspar
Consultor de Investimentos

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDENCO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor de carteira de qualquer mecanismo de seguro ou asset do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os dados foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

Avaliação de Fundo de Investimento



sm crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos

Administração

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995, com sede em Brasília, Distrito Federal, na SBS Quadra 4, Bloco A, Lote nº 3 e 4, 21ª andar, Asa Sul, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11ª andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001- 04.

Gestão

GPRE ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 – 7º andar – na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.413.704/0001-99, responsável pela gestão da carteira do fundo, devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 13.395, de 12 de novembro de 2013.

Breve histórico das atividades do gestor, destacando os fatos mais relevantes

A GPR Administradora de Recursos Ltda. é uma subsidiária integral da GI Investimentos, e braço do grupo para negócios imobiliários.

A GP Investimentos é uma companhia líder em investimentos alternativos na América Latina, com forte atuação em gestão de recursos, principalmente em fundos de private equity. Foi fundada em 1993 e, pelos últimos 20 anos, soma mais de 50 empresas investidas e US\$5 bilhões captados de investidores de todas as partes do mundo. Durante este período, a GP Investimentos acumulou forte experiência na administração de recursos de terceiros na região, através do controle ou controle compartilhado em diversas das maiores corporações brasileiras.

A companhia diferencia-se por uma sólida cultura que enfatiza valores como excelência em gente, meritocracia, confiança, ética e comprometimento obstinado pelo alcance de resultados. A GP Investimentos tem uma gestão ativa dos investimentos, que se traduz em influência direta nos desenvolvimentos das companhias investidas, incluindo participação relevante nos seus Conselhos de Administração, nomeação da equipe sênior para a gestão do dia-a-dia do negócio e um monitoramento ativo das companhias investidas.

Ao longo dos anos, a GP Investimentos reuniu um grupo de profissionais de grande talento e alto potencial, com experiência em gestão de empresas de distintos segmentos. A empresa estimula a difusão e o compartilhamento de

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Kapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela exatidão e veracidade não é assumida pela CRESCEC & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não cotam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

conhecimentos através de um modelo no qual a formação das pessoas é um diferencial-chave. A atuação coordenada transforma negócios, gera valor, cria empresas únicas, perpetua a cultura e firma parcerias de longo prazo.

A GP Investimentos foi a primeira empresa de investimentos da América Latina a abrir o capital. Em 2006, levantou um valor líquido de US\$308 milhões com seu IPO em uma oferta 100% primária. Além disso, a GP Investimentos foi a primeira empresa de investimentos na América Latina a emitir títulos perpétuos publicamente negociados, levantando US\$190 milhões em 2007. Em 2008, a Companhia fortaleceu sua base permanente de capital com mais US\$232 milhões provenientes dos sócios e do mercado de ações, através de outra oferta pública de ações. Seus papéis são listados na Bolsa de Luxemburgo e negociados, por meio de Certificados de Depósito de Ações (BDRs), na BM&FBovespa.

Os recursos decorrentes dos sócios, do IPO, da emissão dos títulos perpétuos e da oferta pública de ações subsequente permitiram à companhia a construção de uma base permanente de capital, possibilitando à companhia investir nos próprios fundos que administra ou diretamente em projetos estratégicos.

Nos últimos 17 anos, a GP Investimentos acumulou experiência no mercado imobiliário tanto no aspecto corporativo quanto de projetos. Desde 1997 e até 30 de dezembro de 2013, a GP Investimentos havia investido cerca de US\$400 milhões em quatro companhias do setor imobiliário (cada qual em um segmento diferente) através do GP Capital Partners II, LP, do GP Capital Partners III, LP, e do GP Capital Partners IV, LP, fundos de private equity da GP Investimentos, além de 19 projetos imobiliários que integram o portfólio do GP Real Estate Fund, fundo de investimento dedicado a investir em projetos imobiliários.

O GP Real Estate Fund possui aproximadamente US\$77 milhões investidos em 19 projetos, sendo 8 residenciais (dentre os quais 5 lançados), 7 comerciais e 1 de logística (dentre os quais 5 lançados) e 3 de uso misto (dentre os quais 1 lançado).

A experiência da GP Investimentos no mercado imobiliário decorre de sua participação na sólida criação de grandes empresas do setor imobiliário, na extensa rede de contatos que permite o acesso a variadas oportunidades de negócios e na expertise ao investir nos segmentos comercial, industrial/logística, residencial e hotelaria. Além disso, a GP Investimentos possui experiência em fusões e aquisições no setor imobiliário, tendo realizado três consolidações setoriais e 3 IPOs imobiliários.

A experiência da GP Investimentos é refletida em um valor de mercado combinado de R\$16 bilhões de quatro das maiores empresas listadas do setor, quais sejam: Gafisa S.A., BR Malls, BR Properties e BHG – Brazilian Hospitality Group. Os investimentos da GP Investimentos nestas quatro companhias somam aproximadamente US\$320 milhões, tendo sido US\$820 milhões distribuídos aos investidores pelo desinvestimento de 3 das 4 empresas – Gafisa, BRMalls e BR Properties.

Atualmente, atua com investimentos relacionados a private equity, real estate, infra-estrutura, além de suas participações diretas na BRZ Investimentos, uma subsidiária que opera no negócio de asset management e APEN, uma companhia de investimentos com sede na Suíça.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itaipava. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pelo conteúdo e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADÃO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador ou Fundo Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores citados estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Equipe responsável pela gestão do fundo

O Fundo será gerido por uma equipe de profissionais de investimento experientes no mercado imobiliário.

ANTONIO FERREIRA, 41

Antônio Ferreira ingressou na GP Investimentos como Diretor de investimentos imobiliários em fevereiro de 2011. De 2011 a 2013, pelo GPRE, Antônio Ferreira liderou a prospecção e análise de mais de 300 oportunidades imobiliárias e o fechamento e execução de 16 investimentos nos segmentos residencial, comercial e logística. Antes de ingressar na GP, trabalhou por 16 anos na Gafisa S.A., passando por diversas posições dentro da empresa, incluindo Gerente de Construção, Gerente de Desenvolvimento, Diretor de Novos Mercados e Diretor Superintendente de Incorporação. Antônio Ferreira é bacharel em engenharia civil pela Universidade de São Paulo e bacharel em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (CEAG-FGV).

DANIEL NADER, 36

Daniel Nader ingressou na GP Investimentos como Diretor de investimentos imobiliários em fevereiro de 2011. Antes de ingressar na GP Investimentos, trabalhou na Cushman & Wakefield como Diretor de Investimentos e Mercado de Capitais e foi sócio da Qualipark Estacionamentos Ltda. Ele é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Paulista (UNIP) e possui MBA pelo Insper São Paulo.

RAFAEL AUGUSTO VALENTE DE MELO, 33

Rafael de Melo ingressou na GP Investimentos como Analista da área de investimentos imobiliários em maio de 2013. Antes de ingressar na GP Investimentos, trabalhou na Colliers International como consultor sênior de investimentos e na Cushman & Wakefield como consultor júnior. Ele é graduado em Administração, com ênfase em Comércio Exterior, pela Universidade Nove de Julho e fez um curso de educação continuada em Investimento Imobiliário na FGV.

RENATA SOLA SOARES, 32

Renata Soares ingressou na GP Investimentos como Advogada da área de Imobiliário em maio de 2013. Antes de ingressar na GP Investimentos, trabalhou como advogada na PDG Realty. Também atuou como advogada especializada em Imobiliário nos escritórios Lobo e de Rizzo Advogados e no Amaral & Nicolau Advogados. A Sra. Soares é bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie.

MARIA AMELIA MARQUES, 30

Maria Amelia Marques ingressou na GP Investimentos como Controller da área imobiliária em outubro de 2011. Antes de ingressar na GP Investimentos, trabalhou por 5 anos na Gafisa S.A., como coordenadora de análises de investimento e gerente de planejamento financeiro e foi consultora na Cushman & Wakefield. A Sra. Marques é bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

LUIS MANGINI, 42

Luis Mangini ingressou na GP Investimentos como Diretor de Engenharia em setembro de 2012. Antes de ingressar na GP Investimentos, trabalhou como Diretor de Engenharia de desenvolvimento e construção da Engelux, BKO e Gafisa. Sr. Mangini é bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Paulista, pós-graduado em Engenharia Ambiental pela FAAP e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV).

Demais Prestadores de Serviços

Coordenador Líder: Caixa Econômica Federal, por meio da Vice-Presidência de Finanças e Controladoria (VIFIC).

Custodiante e Escriturador: Itaú Unibanco S.A.

Assessor Legal: Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados.

Auditor Independente: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

O Fundo Imobiliário

Conceito:

O fundo de investimento imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. É constituído sob a forma de condomínio fechado, onde o resgate de quotas não é permitido.

O objetivo do Fundo é auferir ganhos mediante locação, arrendamento e/ou alienação das unidades do empreendimento adquirido pelo Fundo.

O arrendamento gera receitas por meio da cobrança de valor correspondente a um percentual do lucro auferido pela empresa arrendatária, ou pelo pagamento de uma porcentagem do valor total do imóvel arrendado, podendo os dois critérios ser adotados concomitantemente.

Caso o objeto do Fundo seja obter ganhos por meio da alienação dos imóveis adquiridos, o rendimento será resultado da venda dos referidos imóveis por valor superior ao dependido para a sua aquisição.

Características básicas do fundo:

-Total da oferta da 1ª emissão: R\$ 400.000.000,00. Entretanto, o fundo inicia com no mínimo R\$ 200.000.000,00;

-Quantidade de cotas da oferta da 1ª emissão: 4.000.000 de cotas;

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou copia neste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITIC & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponibilizadas não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador ou Fundo Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou renda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e julgamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em R\$ mil (R\$ mil). Para as cotas foram utilizadas observações: 1.000.

- Lote suplementar e lote adicional: Não haverá;
- Tipo de Condomínio: Fechado, não sendo permitido o resgate de cotas;
- Prazo de Duração do fundo: 7 (sete) anos, caso não seja aprovada a segunda emissão de cotas em assembleia geral de cotistas. Caso aprovada a emissão, o prazo de duração passa a ser automaticamente indeterminado.
- Período de investimento: 2 (dois) anos, contados da data da primeira integralização de cotas, podendo ser estendido a exclusivo critério do gestor, por mais um período de 12 (doze) meses, e uma segunda vez, por deliberação dos cotistas reunidos em assembleia geral, por até 6 (seis) meses.
- Pagamento do rendimento: durante o período da 1ª emissão de cotas, a renda proveniente dos alugueis não serão distribuídas aos cotistas, e será retida nas SPE/Holding que irão adquirir os ativos, uma vez que os recursos serão utilizados para alavancar o PL do fundo.
- Aplicação mínima: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- Valor unitário da cota: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Taxa de administração: 2,0% ao ano, incidente sobre o PL do fundo, observado o valor mínimo de R\$ 45.000,00 mensais;
- Taxa de performance: 20% sobre o que exceder o valor integralizado atualizado pelo IPCA + 6% ao ano;
- Rentabilidade desejada: caso seja colocada a totalidade da oferta, a taxa interna de retorno (T.I.R.) é estimada em 21,7% ao ano, considerando apenas a 1ª emissão, ou 27,0% ao ano, considerando conjuntamente a 1ª e 2ª emissões;
- Integralização do capital comprometido: A primeira integralização de quotas do fundo, correspondente a pelo menos 30% (trinta por cento) do capital comprometido de cada quotista, deverá ser integralizado mediante comunicação do administrador, em ato subsequente a publicação do anúncio de encerramento. O restante do capital comprometido será integralizado pelo preço de integralização em atendimento às chamadas de capital que serão realizadas pelo administrador durante o período de investimento, nas quais os quotistas serão chamados para aportar recursos no fundo, mediante a integralização parcial ou total das quotas que tenham sido subscritas por cada um dos quotistas.
- Negociação das cotas: registro para negociação em bolsa da BM&F Bovespa;
- Comitê de investimentos: O fundo contará ainda com um comitê de investimentos formado por 5 (cinco) membros, eleitos pelo administrador e pelo gestor, composto por pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do administrador e do gestor.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Buzina. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou fundo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

O comitê é formado pelos seguintes membros:

ANTONIO BONCHRISTIANO, 46

Bonchristiano é Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments. Ingressou na GP Investments em 1993, sendo nomeado Diretor em 1995. Antes de entrar na GP Investments, foi sócio da Johnston Associates, uma empresa de consultoria financeira com sede em Londres, e trabalhou para Solomon Brothers em Londres e Nova York. É membro do conselho de administração de várias entidades sem fins-lucrativos, entre elas: a Fundação Estudar, a Fundação Bial de São Paulo e a John Carter Brown Library de Boston - USA. Atua como membro do conselho de administração da Estácio, Lupatech, BRZ Investimentos, GP Advisors e Apen. Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da BHG - Brazil Hospitality Group, BR Properties, San Antonio, Allis, LBR - Lácteos Brasil, LA Hotels, Sé Supermercados, ALL, Kuala, CEMAR, ABC Supermercados, Gafisa, Hopi Hari, Submarino, Equatorial Energia, Geodex Communication, Trio Assessoria (holding Sascar), BR Malls, Tempo, Magnesita Refratários e Playcenter. Também foi diretor financeiro da SuperMar Supermercados e fundador e CEO da Submarino. Foi ainda Vice-Presidente do conselho de administração da BR Properties, diretor de Geodex Communication, da Contax Participações e Diretor de Relações com Investidores do ABC Supermercados e da GP Investments, Ltd. Antonio Bonchristiano é bacharel em política, filosofia e economia pela University of Oxford.

ANTONIO FERREIRA, 41

Ferreira ingressou na GP Investimentos como Diretor de investimentos imobiliários em fevereiro de 2011. De 2011 a 2013, pelo GPRE, Antônio Ferreira liderou a prospecção e análise de mais de 300 oportunidades imobiliárias e o fechamento e execução de 16 investimentos nos segmentos residencial, comercial e logística. Antes de ingressar na GP, trabalhou por 16 anos na Gafisa S.A., passando por diversas posições dentro da empresa, incluindo Gerente de Construção, Gerente de Desenvolvimento, Diretor de Novos Mercados e Diretor Superintendente de Incorporação. Antônio Ferreira é bacharel em engenharia civil pela Universidade de São Paulo e bacharel em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (CEAG-FGV).

FERSEN LAMBRANHO, 52

Fersen é Co-Presidente do Conselho e Co-Presidente da GP Investments. Ingressou na GP Investments em 1998, tornando-se Diretor em 1999. Antes de entrar na GP Investments, foi CEO das Lojas Americanas, onde trabalhou por 12 anos e atuou como membro do conselho de 1998 a 2003. É atualmente Presidente do Conselho de Magnesita e LBR. Foi presidente do Conselho da Oi, Contax, Gafisa e ABC Supermercados. Atua como membro do conselho de administração da Centauro, BHG, BRZ Investimentos e GP Advisors. Anteriormente, ele atuou como membro do conselho de administração da BR Malls, San Antonio, Estacio, Allis, Tele Norte Leste Participações, São Carlos Empreendimentos e Participações, Playcenter, Shoptime, Farmasa, BR Properties e Americanas.com. Está no conselho de várias entidades sem finslucrativos, entre elas: Fundação Bial de São Paulo e COPPEAD-UFRJ. Fersen Lambranhó é bacharel em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Msc em administração de empresas pela COPPEAD-UFRJ. Também concluiu o Programa Owner President Management na Harvard Business School.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itaboraí. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela ORCUSTO & MERCADON, Leão titular desta marca ou por qualquer das empresas do seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como recomendação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia de administração do fundo. Ceteris paribus, a carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizados dados observados diários.

THIAGO RODRIGUES, 36

Thiago ingressou na GP Investments em 2006, como associate, tornou-se Diretor em agosto de 2008. De julho de 2009 a março de 2010, Thiago assumiu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Magnesita. Antes de ingressar na GP, trabalhou por seis anos como associate na AIG Capital Partners, filial do American International Group, Inc. Thiago Rodrigues é Engenheiro Civil, graduado pela Universidade de São Paulo. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Magnesita e Tempo. Anteriormente, atuou como Diretor Financeiro da GP e membro do conselho de administração da BR Properties e Allis.

VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO, 34 (representante da CAIXA no comitê de investimentos)

Vitor ingressou na Caixa em agosto de 2003 e desde então atua na área de administração de recursos de terceiros. É Gerente Nacional da GEMOB, área responsável por constituir, negociar e gerir os fundos de investimentos estruturados e carteiras administradas com foco no setor imobiliário da VITER – Vice-presidência de Gestão de Ativos de Terceiros. Entre 2003 e 2004, trabalhou na análise e administração de ativos e produtos de investimento de renda fixa e variável. Em 2005, começou a colaborar com estruturação e gestão dos fundos especiais - Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimentos Imobiliários. É formado em administração de Empresas, com pós-graduação em Gestão de Fundos de Investimento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

São atribuições do Comitê de Investimentos:

- (i) discutir, definir e alterar as diretrizes de investimento do fundo, observando sempre a política de investimento definida no regulamento, que deverão ser estabelecidas, no âmbito de cada oferta de quotas do fundo, no respectivo prospecto; e
- (ii) deliberar sobre os projetos e propostas de investimento, reinvestimento e desinvestimento do fundo em ativos imobiliários, observadas as diretrizes de investimento e a política de investimento do fundo, conforme relatórios elaborados pelo gestor, regulando as seguintes matérias, dentre outras:
 - (a) aquisição, alienação e permuta dos ativos imobiliários;
 - (b) redução do capital social das sociedades investidas;
 - (c) despesas relativas à viabilização ou otimização dos investimentos do fundo em ativos imobiliários;
 - (d) determinação de auditor independente que realizará a auditoria das sociedades investidas;
 - (e) definição dos ativos imobiliários a serem investidos; e
 - (f) definição da contratação de operações de crédito pelas sociedades investidas para financiar a aquisição de ativos imobiliários e/ou a realização de melhorias nos imóveis.

Situação Atual:

A Oferta foi registrada na CVM, nos termos da Instrução CVM 472 e da Instrução CVM 400, em 23 de maio de 2014, sob o nº CVM/SRE/RFI/2014/007. O fundo encontra-se em fase de distribuição com base na ICVM nº 400, de 29 de

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIC & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou anexo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

dezembro de 2003, com prazo de 6 (seis) meses contados a partir do 5º d.u. da data de publicação do anúncio de distribuição, ou seja 20/08/2014, e encerramento previsto para 26/02/2015.

Política de Investimento:

A composição e a proporção dos ativos imobiliários que poderão ser adquiridos pelo fundo serão livremente definidas, a critério do comitê de investimentos, em imóveis concluídos ou em fase final de construção, de qualquer valor, dimensão e em qualquer localidade, não havendo restrição ou impedimento em relação a estes critérios, priorizando, no entanto:

(i) Empreendimentos de uso corporativo, tais como edifícios comerciais e lajes corporativas, com ou sem contratos de locação vigentes, em bairros tradicionais e bem estabelecidos como distritos comerciais, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro;

(ii) Empreendimentos de uso logístico ou industrial, tais como condomínios logísticos, galpões e centros de distribuição, majoritariamente locados com contrato de longo prazo, nas cercanias de grandes cidades, ou em regiões com complexos logísticos desenvolvidos e com grande atividade industriais e fluxo de carga, em todo território nacional, como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Recife e Brasília. O tipo de imóvel alvo inclui, mas não se limita a, armazéns concluídos com uma ocupação mínima de 75% e demais empreendimentos industriais, nas modalidades de sale-lease-back e built-to-suit; e

(iii) Empreendimentos de uso corporativo, tais como edifícios comerciais e lajes corporativas com locação vigentes e de longo prazo, em outras regiões metropolitanas do território nacional.

O Fundo não realizará investimentos em empreendimentos residenciais para incorporação e venda.

Os ativos imobiliários que venham a ser adquiridos pelo fundo deverão ser objeto de prévio laudo de avaliação, nos termos do anexo I à Instrução CVM 472, o qual deverá ser emitido por empresa independente, especializada em avaliação de imóveis, de reconhecida reputação e sem qualquer vínculo societário com o administrador, gestor e/ou com os vendedores dos ativos imobiliários.

Havendo necessidade de ampliação, melhorias, adaptações e/ou reformas dos ativos imobiliários, caberá ao gestor avaliar sobre a conveniência e os parâmetros para sua realização de forma a obter o melhor resultado para o fundo. O fundo poderá investir em ativos imobiliários de qualquer valor, dimensão e em qualquer localidade, não havendo restrição ou impedimento em relação a estes critérios, observados os termos e condições das diretrizes de investimento, da política de investimentos do fundo e demais disposições do regulamento.

As sociedades investidas poderão contratar operações de crédito para financiar a aquisição de ativos imobiliários e/ou a realização de melhorias nos imóveis. A definição da contratação dessas operações, e sua viabilidade, é de responsabilidade do comitê de investimentos. Não há um limite máximo de alavancagem permitido ao gestor na realização de tais operações. Conforme estudo de viabilidade realizado pela Colliers International, a estrutura do fundo permitirá alavancagem financeira, que somado ao volume captado de R\$ 400 milhões, chegará a aproximadamente R\$ 900 milhões em montante para aquisições de ativos imobiliários. Estes números representam

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDI - O B MERCADO pelo utilizar desta marca ou por qualquer das empresas do seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investir, é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

uma alavancagem de 1,25 vezes o PL do fundo. O gestor do fundo informou que esta razão é meramente indicativa e representa um número conservador, baseado em transações semelhantes realizadas pelo gestor.

O fundo poderá adquirir a propriedade de Imóveis gravados com ônus reais, os quais serão objeto de Laudo de Avaliação de forma a verificar a viabilidade de sua aquisição pelo Fundo, exclusivamente na hipótese de referidos ônus terem sido constituídos pelo proprietário anterior de maneira a viabilizar a aquisição de referidos Imóveis.

A parcela do patrimônio do fundo não investida em ativos imobiliários poderá ser alocada pelo gestor em títulos e valores mobiliários autorizados nos termos da Instrução CVM 472. Caso tais investimentos ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do fundo, deverão ser respeitados os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos na Instrução CVM 409, observadas as exceções previstas no artigo 45, parágrafo 6º, da Instrução CVM 472.

Visão Geral do Mercado Imobiliário

De 1980 a meados dos anos 90, o Brasil sofreu um período de hiperinflação e um clima econômico e político muito instável. Em 1994, a economia brasileira começou a se estabilizar com a adoção do Plano Real - uma série de reformas fiscais destinadas a controlar a inflação. Desde então, a economia passou por um período de inflação relativamente baixa e estável, taxas de juros mais baixas e menor dependência de credores estrangeiros. A eleição do presidente Lula, em 2002, e a adoção das políticas econômicas de seus predecessores, provaram ser a peça final do processo, permitindo que a atividade econômica interna do país prosperasse na década seguinte. Como resultado, em 2008 o Brasil recebeu uma classificação de grau de investimento por todas as principais agências de classificação internacional¹, destacando-se como um dos mais importantes destinos de investimentos estrangeiros dentre os mercados emergentes.

Um dos setores que se beneficiaram diretamente do crescimento econômico do país foi o imobiliário. A demanda por habitação aumentou com o crescimento da classe média e seu desejo de adquirir uma primeira casa ou mudar para bairros mais agradáveis. A demanda por áreas comerciais cresceu à medida que as empresas expandiram e mudaram para mais locais e grupos internacionais abriram novos escritórios locais. A demanda por quartos de hotel aumentou com o crescimento do turismo e as viagens de negócios, e a demanda por shoppings e espaços de varejo cresceu devido ao aumento dos salários reais e à maior disponibilidade de crédito, resultando em mais renda disponível.

Em tempos de inflação alta e volatilidade, imóveis representavam uma forma de preservação da riqueza. Em vista do novo cenário econômico, as empresas do setor imobiliário começaram a organizar o mercado como uma resposta à crescente demanda. Construtoras, incorporadoras e shopping centers passaram por uma fase de crescimento com intensa consolidação. Hoje, o setor é dominado por players de grande porte que se consolidaram com sucesso em seus respectivos mercados. Outro aspecto que chama a atenção no mercado de escritórios no Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, é a alta fragmentação da propriedade, por isso, o segmento de escritórios é geralmente dividido em duas categorias: organizado e não-organizado. O mercado organizado inclui empresas como a BR Properties, a maior proprietária e gestora de propriedades comerciais no Brasil, São Carlos, CCP e os FIs. O

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo CREDIT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantido de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

mercado não-organizado é formado por empresas que detêm imóveis próprios, indivíduos de alta renda que buscam proteção contra a inflação e fundos de pensão em busca de renda, entre outros. O mercado organizado representa aproximadamente 12% do mercado total, o que significa que cerca de 88% do mercado imobiliário é não-organizado, conforme dados da CB Richard Ellis.

O cenário mais estável possibilitou o desenvolvimento de novas alternativas de financiamento para o setor imobiliário. A fim de apoiar o crescimento rápido, muitas empresas do setor fortaleceram seus balanços através de várias opções de financiamento. Segundo o Anuário Uqbar 2012: Securitização e Financiamento Imobiliário, a fonte mais comum de financiamento foi através dos mercados de capitais com empresas abrindo seu capital ou melhorando sua estrutura de capital através de ofertas adicionais de ações; a segunda fonte de financiamento foi o crédito relativamente barato e de longo prazo oferecido pelos bancos comerciais, os quais são obrigados pelo BACEN a dedicar pelo menos 65% de todos os recursos da poupança de clientes para o setor imobiliário; e finalmente e mais recentemente, os FIIs também serviram como uma importante fonte de financiamento, uma vez que algumas empresas foram capazes de levantar capital de investidores locais em uma estrutura semelhante a um REIT nos EUA.

Segmentos-Alvo

Escritório

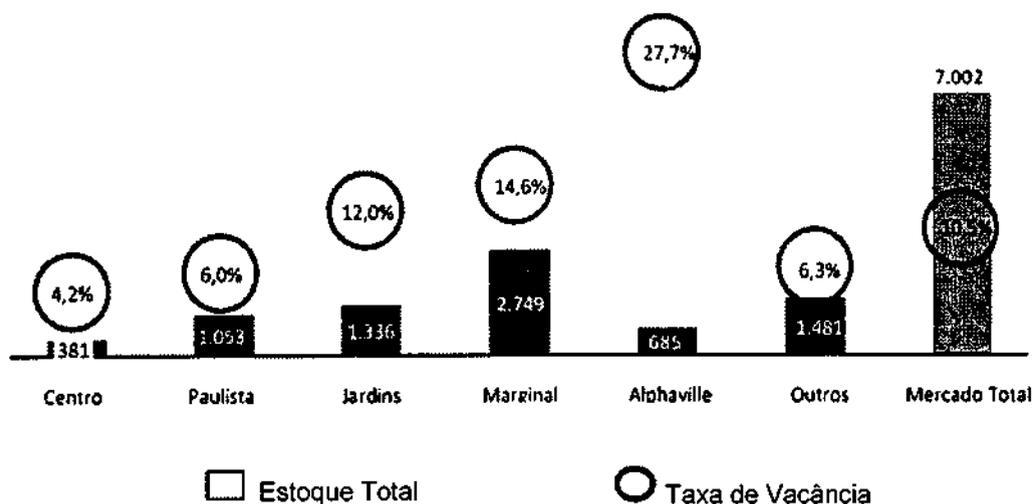
O rápido processo de urbanização no Brasil, que começou na década de 1950, mudou o cenário do país, com o percentual da população brasileira vivendo em áreas urbanas aumentando de 36% em 1950 para 84% em 2010, de acordo com o IBGE. Ainda conforme o IBGE, a região Sudeste do Brasil (principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro) tem a maior concentração populacional e a maior atividade econômica no país, representando 30% do total da população e cerca de 55% do PIB do país em 2011, respectivamente. Tendo em vista estes fatores, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, naturalmente, são os maiores mercados imobiliários do Brasil, particularmente no segmento de escritórios.

Como resultado da forte atividade econômica na última década, o segmento de escritórios experimentou baixas taxas de vacância, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro no final da década passada, conforme dados divulgados pela CBRE.

No entanto, a recente desaceleração da economia, juntamente com um grande número de projetos novos no mercado tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, mudaram o cenário novamente. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as taxas de vacância têm aumentado, atingindo uma média de 14% e 13% no ano de 2013, respectivamente. De acordo com previsão da Cushman & Wakefield, esta tendência deverá permanecer até 2015, quando os projetos lançados em 2011 estão programados para serem entregues.

No entanto, o cenário não é o mesmo para todas as regiões nestas duas cidades. De acordo com estudo da CBRE, em São Paulo, enquanto a região do Centro apresenta vacância média de 4,2%, a taxa na Marginal é de 14,6% e em Alphaville é de 27,7%.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela coleta e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de quaisquer mecanismos de seguro ou ajuda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.



No Rio de Janeiro, Flamengo e Barra da Tijuca têm vacância média de 16,7% e 15,7%, respectivamente, enquanto a vacância no Centro e Zona Sul (nos bairros do Leblon e Ipanema) são de apenas 6,2% e 2,5%, respectivamente.

São Paulo

O estado de São Paulo responde por 33% do PIB do país (de acordo com dados de 2011 do IBGE). Ainda, segundo dados da CBRE, a cidade de São Paulo possui o maior mercado de escritórios do Brasil, com aproximadamente 11 milhões de metros quadrados de espaço para escritórios.

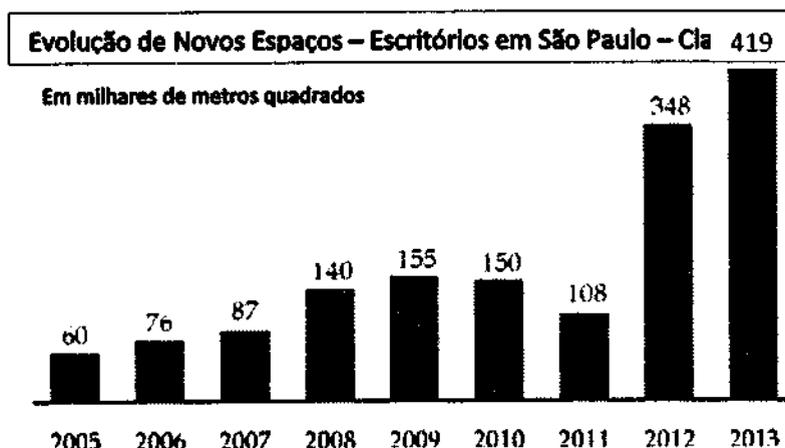
Conforme dados da Colliers International, edifícios comerciais em São Paulo se concentram em dez regiões ou bairros principais: Itaim, Cidade Jardim, Brooklin, Morumbi, Santo Amaro, Roque Petroni, Paulista, Barra Funda, Jardins, Faria Lima, Vila Olímpia, Pinheiros, Chácara Santo Antônio e Alphaville. A cidade passou por um crescimento de demanda acentuado nos últimos anos que levou os valores de aluguel aos mais elevados níveis históricos, assim como às menores taxas de vacância já registradas no mercado (conforme relatório da Cushman & Wakefield). Por outro lado, ainda de acordo com informações de relatório da Cushman & Wakefield, a entrega de edifícios comerciais projetadas até 2015 deve levar os índices de vacância a patamares mais altos, porém em linha com a média histórica da cidade.

Devido à escassez de terrenos em certas regiões, bem como baixa disponibilidade de potencial adicional para edifícios comerciais (através de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACS) de acordo com a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo, a entrega de novos edifícios não deve ter uma distribuição proporcional ao estoque atual na Cidade de São Paulo. Cerca de 47% do novo estoque projetado de edifícios comerciais a serem entregues nos próximos anos se concentram nas regiões da Roque Petroni e Vila Olímpia. Atualmente essas mesmas regiões somam 26% do inventário de edifícios corporativos na cidade, segundo dados da Colliers International.

Esse fato apoia a estratégia do fundo de se concentrar nos edifícios comerciais existentes em bairros pré-selecionados de São Paulo, em que se espera que as taxas de vacância permaneçam em níveis saudáveis, considerando o equilíbrio entre a demanda e novas entregas. Estas regiões são: Paulista, Jardins e Faria Lima, para as quais há uma baixa

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Bapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO ou pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

disponibilidade de outorga onerosa e estoque de metros quadrados adicionais para construções prédios comerciais, segundo a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo.



Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é o segundo principal mercado de escritórios no Brasil com aproximadamente 6 milhões de metros quadrados em espaço para escritórios, possui uma baixa disponibilidade de escritórios classificados com Classe A+ e A, cerca de 13%. Estes números calculados nas regiões CBD (isso exclui Barra da Tijuca, segundo informações da Collier International). Ainda conforme dados da Colliers International, os prédios comerciais no Rio de Janeiro concentram-se em seis regiões ou bairros principais: Centro, Botafogo, Flamengo, Zona Sul (bairros do Leblon e Ipanema), Barra da Tijuca e a nova região do Porto.

A falta de espaço para novos desenvolvimentos na cidade fez com que os valores dos aluguéis chegassem a níveis altos mesmo tratando-se de edifícios de baixa qualidade (conforme relatório da Cushman & Wakefield). O pequeno volume de estoque total e a baixa disponibilidade de edifícios de categoria A (7%, segundo informações de relatório da Cushman & Wakefield), concentrada especialmente na Barra da Tijuca, continuam representando um desafio para empresas que buscam amplos espaços de qualidade na cidade. De acordo com estudo da CBRE, a Barra da Tijuca responde por apenas 13% do estoque total e 31% da disponibilidade de edifícios Classe A na cidade do Rio de Janeiro.

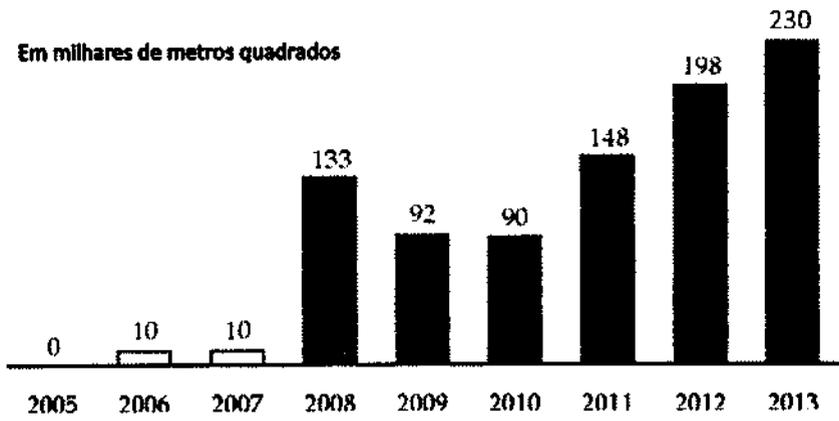
Segundo estudo divulgado pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, a entrega de edifícios nos próximos anos deve concentrar-se na Barra da Tijuca e na região revitalizada do Porto, devido à maior disponibilidade de terrenos e potencial construtivo.

No Rio de Janeiro, a estratégia do fundo é concentrar-se nos prédios existentes, principalmente no Centro e na Zona Sul (nos bairros do Leblon e Ipanema). O Centro permanece sendo o coração comercial da cidade, onde algumas das maiores empresas do Brasil têm sede. A Zona Sul (nos bairros do Leblon e Ipanema) é uma região bastante atraente devido à sua localização na cidade, e possui oferta limitada de áreas comerciais. Por outro lado, a Barra da Tijuca e a

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

região do Porto ainda têm espaço para a construção de novos prédios comerciais, e o Porto, especificamente, está sendo renovado pelo município, em um projeto chamado Porto Maravilha, com o propósito de aumentar a atratividade da região como um todo. Porém, sua execução ainda oferece grande risco aos investidores.

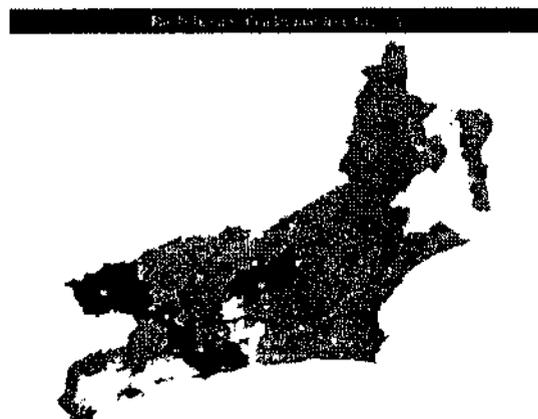
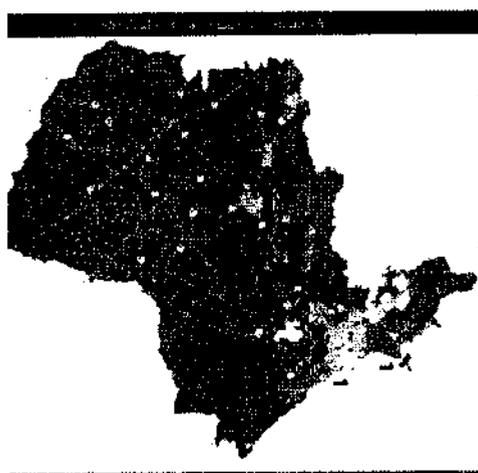
Evolução de Novos Espaços – Escritórios no Rio de Janeiro - Classe A



Logística e Industrial

Os ativos imobiliários industriais e logísticos possuem uma distribuição nacional mais abrangente que os escritórios. Os grandes polos consumidores atraem cada vez mais investimentos em logística, com destaque, além do eixo Rio-São Paulo, para Recife com o porto de Suape, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e Manaus, com a Zona Franca, segundo informações da Colliers International.

Segundo a Consultoria Colliers International, mais de 70% dos condomínios industriais de padrão A concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo. Atualmente, os dois Estados somam 5,1 milhões de metros quadrados em condomínios industriais / logísticos.



Colliers International

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

A grande disponibilidade de terrenos para o desenvolvimento de armazéns torna a abordagem especulativa muito mais arriscada e levou a um aumento nas taxas de vacância neste segmento. Porém, os contratos deste setor costumam ter o prazo de duração média de 10 anos e, muitas vezes, possuem o formato chamado “atípico”, em que o inquilino, em caso de desocupação do imóvel antes do término do contrato, é obrigado a pagar uma multa de valor equivalente ao período faltante do prazo contratual.

A estratégia do fundo é concentrar-se nos armazéns e complexos industriais de alta qualidade (condomínios dotados de estrutura específica, com pé direito de 10 a 12 m de altura, que possuem sprinkler – equipamento de segurança contra incêndio –, doca de mil metros, capacidade de piso adequada para seis toneladas por m² e pátio de manobras que possibilite a movimentação de carretas), que já estão alugados para arrendatários e, preferencialmente, com contratos de longo prazo.

Ao longo da última década, o governo vem empreendendo dois grandes projetos públicos no Estado de São Paulo, que preveem o abastecimento da demanda por ativos imobiliários industriais e logísticos. O projeto do anel viário da Cidade de São Paulo - o “rodoanel” - é um plano para desenvolver uma autoestrada circundando São Paulo, que deverá criar uma demanda substancial para o setor imobiliário industrial e logístico em estreita proximidade com o rodoanel. O segundo projeto é a reforma e ampliação do porto de Santos, localizado na cidade de Santos, no Estado de São Paulo. O projeto deverá aumentar a demanda por armazenamento e espaço de distribuição na área.

Empresas brasileiras, especialmente as que ocupam imóveis de fábricas, tradicionalmente tem preferência por serem as proprietárias de seus imóveis; é recente, no Brasil, o crescimento na demanda por projetos built-to-suit nos quais há a construção, de um ou mais imóveis, voltada especificamente para as necessidades de uma empresa locadora, com a contratação da locação dos mesmos por longo prazo, especialmente para multinacionais. O gestor entende que a maior disponibilidade de capital para projetos imobiliários, então, vem possibilitando às empresas se tornarem inquilinas de imóveis novos em projetos built-to-suit e de se desfazerem de seus imóveis antigos, passando à condição de inquilinas em operações conhecidas como sale and leaseback.

Principais fatores de risco do fundo:

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, não havendo, garantias, portanto, de que o capital efetivamente integralizado será remunerado conforme expectativa dos Cotistas.

-Riscos Associados ao Brasil e a Fatores Macroeconômicos

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, pode causar um efeito adverso relevante no Fundo.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas, causando os mais diversos impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do País. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

como: (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; (iii) flutuações cambiais; (iv) inflação; (v) liquidez dos mercados financeiro e de capitais domésticos; (vi) política fiscal; (vii) instabilidade social e política; e (viii) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as atividades do Fundo e os seus resultados, podendo inclusive vir a afetar adversamente a rentabilidade dos Quotistas.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e em países de economia emergente, podem causar um efeito adverso sobre o preço de mercado de ativos e valores mobiliários brasileiros, inclusive o das Quotas.

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo, mas não se limitando, de países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no Brasil, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as Quotas.

No passado, o surgimento de condições econômicas adversas, incluindo, mas não se limitando, em países do mercado emergente, resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Adicionalmente, a crise financeira originada nos Estados Unidos em 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa os mercados financeiro e de capitais e a economia do Brasil, tais como: flutuações nos mercados financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos (inclusive de imóveis), indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Qualquer novo acontecimento de natureza similar aos acima mencionados, no exterior ou no Brasil, poderá impactar o preço dos ativos negociados pelo Fundo, prejudicando as atividades do Fundo e a negociação das Quotas, além de dificultar o eventual acesso do Fundo aos mercados financeiro e de capitais em termos aceitáveis ou absolutos.

Alterações da legislação tributária poderão aumentar a carga tributária incidente sobre o Fundo, as Sociedades Investidas, os Ativos Imobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira e os Quotistas e, conseqüentemente, prejudicar a rentabilidade do Fundo e dos Quotistas.

O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre as sociedades brasileiras, o mercado de valores mobiliários brasileiro e o mercado imobiliário. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados, bem como, algumas dessas medidas poderão sujeitar o Fundo, as Sociedades Investidas e/ou seus Quotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Nos termos da Lei n.º 9.779/99, para que o Fundo seja isento de tributação, é necessário que (i) não distribua menos de 95% (noventa e cinco por cento) dos lucros auferidos, apurados segundo o regime de caixa com base em balanço ou balancete semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, bem como (ii) aplique recursos em empreendimentos imobiliários que não tenham como construtor, incorporador ou sócio, Quotista que detenha, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) das Quotas emitidas pelo Fundo. Caso tais condições não sejam cumpridas, o Fundo será equiparado a uma pessoa jurídica para fins fiscais, sendo que os lucros e receitas auferidos pelo Fundo serão tributados pelo IRPJ, pela CSLL, pelo COFINS e pelo PIS.

Ainda, segundo a Lei n.º 11.033/04, ficam isentos do imposto de renda retido na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelo Fundo ao Quotista pessoa física titular de Quotas que representem menos de 10% (dez por cento) das Quotas emitidas e cujas Quotas lhe deem direito ao recebimento de rendimento inferior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, caso as Quotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado e desde que o Fundo conte com, no mínimo, 50 (cinquenta) Quotistas. Não há como garantir que o Fundo mantenha, durante o seu prazo de duração, no mínimo, 50 (cinquenta) Quotistas. Caso o Fundo deixe de ter esse número mínimo de Quotistas, os Quotistas pessoas físicas que sejam titulares de Quotas que representem menos de 10% (dez por cento) das Quotas emitidas, e cujas Quotas lhe deem direito ao recebimento de rendimento inferior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, não poderão se beneficiar da isenção fiscal acima descrita.

Da mesma forma, não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo, às Sociedades Investidas e aos Quotistas (inclusive aqueles que não sejam pessoas físicas) permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar adversamente os resultados do Fundo, das Sociedades Investidas e a rentabilidade dos Quotistas.

A morosidade da justiça brasileira poderá afetar de forma adversa a proteção de determinados interesses do Fundo, das Sociedades Investidas e de seus Quotistas.

O Fundo e as Sociedades Investidas, conforme o caso, poderão vir a ser parte em demandas judiciais relacionadas aos Imóveis, aos Ativos Imobiliários e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. Em virtude da reconhecida morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas pode não ser alcançada em tempo razoável, o que pode afetar de forma adversa o desenvolvimento dos negócios do Fundo e, conseqüentemente, a sua rentabilidade.

Neste sentido, há hipóteses tais como as indicadas a seguir, nas quais o Fundo poderá depender de uma decisão judicial para que recupere os recursos investidos nos Imóveis (a) desapropriação de qualquer dos Imóveis e a demora e dificuldades para recebimento da justa indenização na forma da lei; (b) perda dos Imóveis e não cobertura do seguro ou dificuldade para recebimento da indenização em caso de sinistro; e (c) demora no recebimento de indenização em razão da identificação de vícios ocultos, riscos da construção, inclusive relacionados à realização de melhorias nos Imóveis, ou vícios redibitórios em qualquer dos Imóveis, o que poderá ocasionar eventuais despesas adicionais para o

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa da prospeção e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fundo, em especial quanto à manutenção dos Imóveis que apresentarem tais riscos, além da possibilidade de suspensão e até mesmo rescisão dos contratos de locação ou arrendamento dos Imóveis.

-Riscos Relacionados ao Setor Imobiliário

O setor imobiliário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação, o que pode implicar em aumento de custo das Sociedades Investidas e do Fundo.

O setor imobiliário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam, dentre outras, as atividades de locação, reforma e ampliação de imóveis. Dessa forma, a realização de melhorias aos Imóveis, incluindo eventuais reformas e ampliações dos mesmos, pode estar condicionada à obtenção de licenças específicas, aprovação de autoridades governamentais, limitações relacionadas a edificações, regras de zoneamento e a leis e regulamentos para proteção ao consumidor. Neste contexto, referidas leis e regulamentos atualmente existentes, ou que venham a ser criados a partir desta data, poderão impactar adversamente os resultados do Fundo, das Sociedades Investidas e a rentabilidade das Quotas.

Além disso, o setor imobiliário está sujeito a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis e regulamentos ambientais podem exigir a realização e/ou acarretar atrasos na realização de melhorias aos Imóveis, incluindo eventuais reformas e ampliações dos mesmos, fazendo com que o Fundo, diretamente ou por meio das Sociedades Investidas, incorra em custos significativos para cumpri-las. O eventual descumprimento de leis e regulamentos ambientais também pode acarretar a imposição de sanções administrativas, cíveis e criminais, tais como, mas não se limitando, multas e indenizações. As leis e regulamentos que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis e regulamentos ambientais, podem se tornar mais restritivas, sendo que qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente os negócios do Fundo e a sua rentabilidade. Os fatores descritos acima poderão afetar adversamente as atividades do Fundo, das Sociedades Investidas e, conseqüentemente, a rentabilidade dos Quotistas.

Riscos relacionados ao acirramento da competição no mercado imobiliário.

O acirramento da competição no mercado imobiliário, em geral, pode ocasionar um aumento do custo de aquisição dos imóveis ou mesmo inviabilizar algumas aquisições. A competição no mercado de locações imobiliárias, em especial, pode, ainda, afetar a margem das operações, podendo acarretar aumento no índice de vacância dos Imóveis, redução nos valores a serem obtidos a título de aluguel dos imóveis e aumento dos custos de manutenção relacionados aos imóveis. Além disso, o setor imobiliário brasileiro é altamente fragmentado, não existindo grandes barreiras de entrada que restrinjam o ingresso de novos concorrentes neste mercado. Adicionalmente, a reforma de empreendimentos previamente existentes e/ou o lançamento de novos empreendimentos imobiliários comerciais concorrentes em áreas próximas às áreas em que se situam os Imóveis do Fundo poderão impactar adversamente sua capacidade de locar ou renovar a locação de espaços dos Imóveis em condições favoráveis, fato este que poderá afetar adversamente as Sociedades Investidas e o Fundo.

-Riscos Relacionados aos Ativos Imobiliários ou aos Ativos Financeiros

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Eventuais contingências não identificadas ou não identificáveis por meio do processo de auditoria legal das Sociedades Investidas e dos Imóveis que poderão ser objeto de investimento pelo Fundo poderão ter impacto negativo para o Fundo e para os Quotistas.

As Sociedades Investidas e os Imóveis que poderão ser investidos pelo Fundo serão objeto de Laudo de Avaliação e de processo de auditoria legal realizada com base em documentos e informações apresentados pelos titulares das Participações Societárias e pelos proprietários dos Imóveis.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis por meio do referido processo de auditoria legal, de qualquer natureza com relação às Sociedades Investidas e aos Imóveis, poderão afetar a consecução do objetivo do Fundo, e seus planos de investimento e sua rentabilidade poderão ser impactados negativamente.

Caso tais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza sejam verificados após a efetiva aquisição, pelo Fundo, das Sociedades Investidas e, indiretamente, dos Imóveis, poderá ser restringido ou prejudicado o pleno exercício do direito atribuído às Participações Societárias e/ou do direito de propriedade das Sociedades Investidas sobre os Imóveis.

Dessa forma, não há garantia de que o Fundo, por meio das Sociedades Investidas, poderá exercer plenamente, a qualquer momento, todos os direitos e garantias associados à propriedade dos Imóveis. Tais situações poderão causar impactos negativos relevantes para o Fundo, seus planos de investimento e sua rentabilidade, bem como para os Quotistas.

Risco relativo à elaboração do Laudo de Avaliação e Estudo de Viabilidade

Os Ativos Imobiliários que poderão ser adquiridos pelo Fundo serão objeto de prévio Laudo de Avaliação, com o propósito de avaliar e aferir o valor de mercado dos mesmos, bem como de Estudo de Viabilidade, que apontará as expectativas de retorno do investimento. A decisão de investimento nos Ativos Imobiliários pelo Administrador e pelo Gestor será em grande medida influenciada e decorrente do Laudo de Avaliação e do Estudo de Viabilidade, sendo que a não concretização de quaisquer das premissas do Laudo de Avaliação e/ou do Estudo de Viabilidade, bem como quaisquer incorreções ou erros objetivos nas análises profissionais que levaram à sua elaboração, poderão afetar negativamente a consecução do objetivo do Fundo, e seus planos de investimento e sua rentabilidade.

A aquisição de Sociedades Investidas e Imóveis, bem como a realização de melhorias nos Imóveis, poderá exigir recursos adicionais, os quais poderão não estar disponíveis ou, caso disponíveis, poderão não ser obtidos em condições satisfatórias.

A aquisição das Sociedades Investidas e dos Imóveis, bem como a realização de melhorias nos Imóveis, poderá exigir volumes significativos de recursos. O Fundo pode precisar levantar recursos adicionais, por meio de novas emissões de quotas, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento futuro de suas atividades. O Fundo não pode assegurar a disponibilidade de recursos adicionais ou, se disponíveis, que os mesmos serão obtidos em condições satisfatórias. Abaixo são exemplificados alguns dos fatores que poderão impactar na disponibilidade desses recursos:

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CRI.FIIO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. O Gestor da Carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

- I. grau de interesse dos investidores e a reputação geral do Fundo e de seus prestadores de serviços;
- II. capacidade de atender aos requisitos da CVM para novas distribuições públicas;
- III. atratividade de outros valores mobiliários e de outras modalidades de investimentos;
- IV. Research Reports sobre o Fundo e seu segmento de atuação; e
- V. demonstrações financeiras do Fundo e de seus inquilinos.

A falta de acesso a recursos adicionais em condições satisfatórias poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros das atividades do Fundo, o que poderá afetar adversamente seus negócios e a rentabilidade dos Quotistas.

Riscos atrelados aos fundos investidos.

Dentre os Ativos Financeiros nos quais o Fundo poderá investir encontram-se quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa regulados pela Instrução CVM 409, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pelo Administrador, por seus controladores, suas controladas, suas coligadas ou sociedades com eles submetidas a controle comum. O Gestor empregará seus melhores esforços na seleção, controle e acompanhamento dos ativos do Fundo e o Administrador no acompanhamento dos serviços prestados pelo Gestor. Todavia, pode não ser possível para o Gestor identificar falhas na administração ou na gestão dos fundos investidos, hipóteses em que o Administrador e/ou o Gestor não responderão pelas eventuais consequências.

Riscos relativos à rentabilidade e aos ativos do Fundo.

O investimento nas Quotas pode ser comparado à aplicação em valores mobiliários de renda variável, visto que a rentabilidade das Quotas depende da valorização imobiliária e do resultado da administração dos bens e direitos que compõem o patrimônio do Fundo, bem como da remuneração obtida por meio da comercialização e do aluguel de Imóveis. A desvalorização ou desapropriação de Imóveis adquiridos pelo Fundo e a queda da receita proveniente de aluguéis, entre outros fatores associados aos ativos do Fundo, poderão impactar negativamente a rentabilidade e o preço de negociação das Quotas. Além disso, o Fundo está exposto aos riscos inerentes à locação ou arrendamento dos Imóveis, de forma que não há garantia de que todas as unidades dos Imóveis a serem adquiridos, estarão sempre alugadas ou arrendadas.

Inexistência de ativo imobiliário específico.

O Fundo não possui um Ativo Imobiliário ou empreendimento específico, sendo, portanto, de política de investimento genérica. O Gestor poderá não encontrar Imóveis ou Sociedades Investidas atrativos dentro do perfil a que se propõe.

Riscos relativos à aquisição de Imóveis e das Sociedades Investidas.

O Fundo não possui, na data do Prospecto, Imóveis ou Sociedades Investidas alvo, sendo que a procura por Ativos que sejam adequados, observada a Política de Investimento e as Diretrizes de Investimento do Fundo, será iniciada após a Oferta. Assim, existe a possibilidade do Gestor não identificar Imóveis ou Sociedades Investidas para realização de investimento.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Iapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste material é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CRÉDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações aqui fornecidas não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou anexo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Além disso, no período compreendido entre a aquisição do Imóvel e seu registro em nome do Fundo, existe risco de esse bem ser onerado para satisfação de dívidas dos antigos proprietários em eventual execução proposta, o que dificultaria a transmissão da propriedade do Imóvel ao Fundo.

Baixa liquidez dos Imóveis e dos Ativos Imobiliários e riscos do prazo.

Os Imóveis e os Ativos Imobiliários que poderão ser objeto de investimento pelo Fundo poderão ser aplicações de médio e longo prazo, que possuem baixa liquidez no mercado. Assim, caso seja necessária a venda de tais Imóveis e/ou Ativos Imobiliários da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade e o preço de negociação das Quotas.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a riscos específicos e oscilações em seus preços e/ou perdas relacionadas a tais Ativos, que podem impactar de forma negativa os resultados do Fundo.

Além dos riscos associados mais diretamente aos Ativos Imobiliários, o Fundo está sujeito a riscos inerentes aos Ativos Financeiros, dentre os quais se destacam os seguintes:

- I. Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional;
- II. Os Ativos Financeiros estão também sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais Ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez dos Ativos Financeiros.
- III. O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos; e
- IV. A precificação dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações estabelecidas na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

de marcação a mercado ("mark-to-market") poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução no valor das Quotas.

Riscos de Crédito.

Enquanto vigorarem contratos de locação ou arrendamento dos Imóveis que compõem a carteira do Fundo, este estará exposto aos riscos de crédito dos locatários. Encerrado cada contrato de locação ou arrendamento, a performance dos investimentos do Fundo estará sujeita aos riscos inerentes à demanda por locação dos Imóveis. O Administrador não é responsável pela solvência dos locatários e arrendatários dos Imóveis, bem como por eventuais variações na performance do Fundo decorrentes dos riscos de crédito acima apontados. Adicionalmente, os Ativos Imobiliários e os Ativos Financeiros do Fundo estão sujeitos ao risco de crédito de seus emissores e contrapartes, isto é, atraso e não recebimento dos juros e do principal desses ativos e modalidades operacionais. Caso ocorram esses eventos, o Fundo poderá: (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas, (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos, e (iv) ter o preço de negociação de suas Quotas afetado.

Riscos relativos à rentabilidade e aos Ativos do Fundo.

O investimento nas Quotas pode ser comparado à aplicação em valores mobiliários de renda variável, visto que a rentabilidade das Quotas depende da valorização imobiliária e do resultado da administração dos bens e direitos que compõem o patrimônio do Fundo, bem como da remuneração obtida por meio da comercialização e do aluguel de Imóveis. A desvalorização ou desapropriação de Imóveis adquiridos pelo Fundo e a queda da receita proveniente de aluguéis, entre outros fatores associados aos ativos do Fundo, poderão impactar negativamente a rentabilidade e o preço de negociação das Quotas. Além disso, o Fundo está exposto aos riscos inerentes à locação ou arrendamento dos Imóveis, de forma que não há garantia de que todas as unidades dos Imóveis a serem adquiridos, estarão sempre alugadas ou arrendadas.

Riscos relativos à aquisição de Imóveis.

No período compreendido entre a aquisição do Imóvel e seu registro em nome do Fundo, existe risco de esse bem ser onerado para satisfação de dívidas dos antigos proprietários em eventual execução proposta, o que dificultaria a transmissão da propriedade do Imóvel ao Fundo.

Risco de atrasos e/ou não conclusão das obras de Imóveis.

De acordo com sua Política de Investimento, com a Diretriz de Investimentos, e com a Destinação de Recursos descrita na página 88 do Prospecto, o Fundo poderá investir também em Imóveis em fase final de construção. Ocorrendo o atraso na conclusão ou a não conclusão das obras dos referidos Imóveis, seja por fatores climáticos ou quaisquer outros que possam afetar direta ou indiretamente os prazos estabelecidos, poderá ser afetado o prazo estimado para início do recebimento dos valores de locação, bem como as Sociedades Investidas e/ou o Fundo poderão ainda ter que aportar recursos adicionais nos referidos Imóveis para que os mesmos sejam concluídos. O construtor dos referidos Imóveis pode enfrentar problemas financeiros, administrativos ou operacionais que causem a interrupção

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CAIXA FUNDO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de título de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestão da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou anexo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas cotecções diárias.

e/ou atraso das obras e dos projetos relativos à construção. Tais hipóteses poderão provocar prejuízos às Sociedades Investidas e ao Fundo.

Riscos relacionados à compra a prazo dos Imóveis.

No período compreendido entre o pagamento da primeira e da última parcela dos Imóveis, existe o risco de o Fundo, por fatores diversos e de forma não prevista, ter seu fluxo de caixa alterado. Nessa hipótese, o Fundo pode vir a não dispor de recursos suficientes para o adimplemento de suas obrigações. Nesta hipótese o Administrador e o Gestor poderão tomar as medidas cabíveis, que incluem novas emissões de Quotas, alienação de Imóveis e Ativos Imobiliários, entre outros. Referidas medidas podem impactar adversamente a rentabilidade do Fundo, bem como gerar redução significativa do valor das Quotas.

Risco de despesas extraordinárias.

O Fundo, como proprietário dos Imóveis, está sujeito ao pagamento de despesas extraordinárias com pintura, reforma, decoração, conservação, instalação de equipamentos de segurança e indenizações trabalhistas, além de despesas decorrentes da cobrança de aluguéis em atraso e ações de despejo, renovatórias, revisionais, etc. O pagamento de tais despesas, bem como eventuais sobrecustos aos valores orçados ou contratados decorrentes de imprevistos após a contratação dos serviços, pode ensejar redução na rentabilidade e o preço na negociação das Quotas.

Risco de sinistro.

Os Imóveis que serão objeto de investimento pelo Fundo poderão ser segurados, dentro das práticas usuais de mercado, que os protegerão contra a ocorrência de sinistros. Não se pode garantir, no entanto, que o valor segurado será suficiente para proteger os Imóveis de perdas relevantes. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que usualmente não estarão cobertas pelas apólices, tais como atos de terrorismo, guerras e/ou revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o Fundo poderá sofrer perdas relevantes e poderá ser obrigado a incorrer em custos adicionais, os quais poderão afetar o desempenho operacional do Fundo.

Ainda, o Fundo poderá ser responsabilizado judicialmente pelo pagamento de indenização a eventuais vítimas do sinistro ocorrido, o que poderá ocasionar efeitos adversos na condição financeira do Fundo e, conseqüentemente, nos rendimentos a serem distribuídos aos Quotistas.

Adicionalmente, no caso de sinistro envolvendo a integridade dos ativos do Fundo, os recursos obtidos em razão de seguro poderão ser insuficientes para reparação dos danos sofridos e poderão impactar negativamente a rentabilidade do Fundo e o preço de negociação das Quotas.

Risco de rescisão de contratos de locação e revisão do valor do aluguel.

Apesar dos termos e condições dos contratos de locação eventualmente celebrados pelo Fundo serem objeto de livre acordo entre o Fundo e os respectivos locatários, nada impede eventual tentativa dos locatários de questionar

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Hapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CRESLITO & MERCADO pelo fato de esta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

juridicamente a validade de tais cláusulas e termos, dentre outros, com relação aos seguintes aspectos: (i) montante da indenização a ser paga no caso rescisão do contrato pelos locatários previamente à expiração do prazo contratual; e (ii) revisão do valor do aluguel. Em ambos os casos, eventual decisão judicial que não reconheça a legalidade da vontade das partes ao estabelecer os termos e condições do contrato de locação em função das condições comerciais específicas, aplicando a lei n.º 8.245, de 18 de outubro de 1991, a despeito das características e natureza do contrato, poderá afetar negativamente o valor das Quotas do Fundo.

Risco de vacância.

Tendo em vista que o Fundo tem como objetivo preponderante a exploração comercial dos Imóveis, a rentabilidade do Fundo poderá sofrer oscilação em caso de vacância de qualquer de seus espaços locáveis, pelo período que perdurar a vacância.

Risco de desapropriação.

Há possibilidade de desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do poder público, afim de atender finalidades de utilidade e interesse público, dos Imóveis que serão objeto de investimento, pelo Fundo, direta ou indiretamente por meio das Sociedades Investidas. Não existe garantia de que a indenização paga ao Fundo ou às Sociedades Investidas proprietárias dos Imóveis pelo poder expropriante em razão da desapropriação seja suficiente para o pagamento da rentabilidade pretendida pelo Fundo.

Risco de regularidade dos Imóveis

O Fundo poderá adquirir Imóveis não concluídos e, portanto, que estejam em fase de regularização. Referidos Imóveis somente poderão ser utilizados e locados quando estiverem devidamente regularizados perante os órgãos públicos competentes. Deste modo, a demora na regularização dos referidos Imóveis poderá provocar a impossibilidade de alugá-los e, portanto, provocar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Riscos ambientais e de desastres naturais.

A ocorrência de problemas ambientais anteriores ou supervenientes à aquisição do Imóvel pode acarretar a perda de valor do imóvel e/ou na imposição de penalidade ao Fundo. Além disso, a ocorrência de desastres naturais como, por exemplo, vendavais, inundações, tempestades ou terremotos, pode causar danos aos Imóveis, afetando negativamente a rentabilidade e o valor das Quotas.

-Riscos Relacionados ao Fundo, às Quotas e à Oferta

O Fundo pode não entrar em operação, caso o Montante Mínimo da Oferta não seja atingido.

Existe a possibilidade de o Fundo ser liquidado, caso não seja subscrita uma quantidade de Quotas suficiente para o atendimento do Montante Mínimo. Nesta hipótese, o Fundo deverá ser liquidado e os valores eventualmente pagos pelos subscritores deverão ser restituídos, sem juros ou correção monetária, e deduzidos dos encargos e tributos devidos, se aplicável, podendo causar perdas aos Investidores.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou copia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CRIALTO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser utilizadas como indicação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O teor da oferta de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Ressaldamos ainda, no passado, não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor, é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

O Fundo não tem qualquer garantia de rentabilidade.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, Coordenador Líder, de qualquer dos terceiros prestadores de serviços ao Fundo, e/ou de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos Quotistas.

Riscos de liquidez e descontinuidade do investimento.

Fundos de investimento imobiliário representam modalidade de investimento em desenvolvimento no mercado brasileiro e são constituídos por força regulamentar como condomínios fechados, não sendo admitido resgate de suas quotas em hipótese alguma. Os Quotistas poderão enfrentar dificuldades na negociação das Quotas no mercado secundário. Adicionalmente, determinados ativos do Fundo podem passar por períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demanda e negociabilidade. Nestas condições, o Administrador poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado e, conseqüentemente, o Fundo poderá enfrentar problemas de liquidez.

Adicionalmente, a variação negativa dos Ativos Imobiliários e dos Ativos Financeiros poderá impactar o Patrimônio Líquido do Fundo. Na hipótese de o patrimônio vir a ser negativo, os Quotistas podem ser chamados a realizar aporte adicional de recursos no Fundo. Além disso, o Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Quotistas poderá optar pela liquidação do Fundo e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Caso os Quotistas venham a receber ativos integrantes da carteira, há o risco de receberem fração ideal de Imóveis, que será entregue após a constituição de condomínio sobre tais ativos. Os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os ativos recebidos no caso de liquidação do Fundo.

As Quotas estão sujeitas a riscos de liquidez.

O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido no Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Em razão da não existência de um mercado secundário ativo para a negociação das Quotas, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou até mesmo não conseguir, vender suas Quotas a qualquer terceiro, o que poderá causar prejuízos ao Quotista. Ademais, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista.

A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas qualquer direito sobre os Ativos integrantes da Carteira.

O Fundo investirá nos Imóveis, direta ou indiretamente, por meio da titularidade das Participações Societárias, bem como poderá adquirir Ativos Imobiliários e Ativos Financeiros. Tal fato não confere aos Quotistas a propriedade direta sobre as Participações Societárias, os Imóveis ou quaisquer outros Ativos integrantes da Carteira. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os Ativos integrantes da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas detidas por cada Quotista.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Caso um mesmo Quotista seja titular da maioria das Quotas, poderá haver o risco de concentração política das decisões do Fundo.

Conforme disposto no Regulamento, as deliberações da Assembleia Geral, como regra geral, serão aprovadas pela maioria de votos dos Quotistas presentes à respectiva Assembleia Geral ou, em casos excepcionais, serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas emitidas e em circulação. Caso um mesmo Quotista detenha Quotas em percentual igual ou correspondente a 50% (cinquenta por cento) das Quotas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas de acordo com a decisão de referido Quotista detentor da maioria das Quotas, o que poderá afetar adversamente o Fundo e os demais Quotistas.

Riscos de não realização do investimento.

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização destes investimentos.

A não realização de investimentos ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo Fundo, considerando os custos do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, poderá afetar negativamente os resultados da carteira e o valor da Quota.

Risco de concentração da Carteira do Fundo.

Independentemente da ampla possibilidade de aquisição de Imóveis pelo Fundo, o Fundo poderá adquirir um número restrito de Imóveis, o que poderá gerar concentração da carteira.

Risco operacional.

O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Escriturador e/ou dos demais prestadores de serviço do Fundo, conforme estabelecido nos respectivos contratos celebrados com o Fundo, quando aplicável, poderá eventualmente implicar em falhas nos procedimentos de gestão da carteira, administração do Fundo, controladoria de ativos do Fundo e escrituração das Quotas. Tais falhas poderão acarretar eventuais perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Risco relativo à não substituição do Administrador, Gestor ou Custodiante.

Durante a vigência do Fundo, o Administrador, Gestor ou terceiros prestadores de serviços ao Fundo, poderão sofrer pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, bem como ser descredenciados, destituídos ou renunciarem às suas funções, hipóteses em que a sua substituição deverá ocorrer de acordo com os prazos e procedimentos previstos no Regulamento. Caso tal substituição não aconteça, o Fundo será liquidado antecipadamente, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis. Sua responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os detalhes foram utilizadas observações diárias.

Possibilidade de aporte adicional pelos Quotistas e possibilidade de perda do capital investido.

Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança de tais Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas aportem os valores adicionais necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos ativos, os Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Administrador antes do recebimento integral do aporte acima referido e da assunção pelos Quotistas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência, caso o Fundo venha a ser condenado.

Risco de oscilação do valor das Quotas por marcação a mercado.

As quotas dos fundos investidos e os Ativos Financeiros do Fundo devem ser “marcados a mercado”, ou seja, seus valores serão atualizados diariamente e contabilizados pelo preço de negociação no mercado, ou pela melhor estimativa do valor que se obteria nessa negociação. Como consequência, o valor da Quota do Fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive ao longo do dia. Ademais, os Imóveis e os Ativos Imobiliários terão seus valores atualizados, via de regra, em periodicidade anual, de forma que o intervalo de tempo entre uma reavaliação e outra poderá gerar disparidades entre o valor patrimonial e o de mercado dos Imóveis e direitos reais sobre os Imóveis. Como consequência, o valor de mercado da Quota do Fundo poderá não refletir necessariamente seu valor patrimonial.

Riscos oriundos de um possível conflito de interesses entre o Administrador e o Coordenador Líder

O Administrador e o Coordenador Líder são vice-presidências distintas pertencentes a uma mesma instituição, qual seja, a Caixa Econômica Federal, que possuem independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

Sendo o Administrador e o Coordenador Líder pertencentes ao mesmo grupo econômico, poderá existir um conflito de interesse no exercício das atividades de administração, gestão e coordenação da Oferta, uma vez que a avaliação do Administrador sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Coordenador Líder no âmbito da Oferta, bem como a eventual decisão pela rescisão dos contratos com eles celebrados, poderão ficar prejudicadas pela relação societária que envolve as empresas.

Outros eventos que podem impactar os resultados do Fundo.

O Fundo pode estar sujeito a outros riscos decorrentes de motivos alheios tais como guerras, moratória, revoluções, terrorismo, epidemias, crises econômicas nacionais e/ou internacionais, mudança nas regras aplicáveis aos fundos de

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

investimento imobiliário, aos Ativos, alteração da política econômica e decisões judiciais, os quais, uma vez materializados, poderão impactar adversamente os Ativos, o Fundo, e, por conseguinte, os Quotistas.

-Outros Riscos

Risco Jurídico.

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico do Fundo considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de stress poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.

Risco Regulatório.

Os fundos de investimento imobiliário são regidos, entre outros normativos, pela Lei n.º 8.668/93 e pela instrução CVM 472, sendo que eventual interferência de órgãos reguladores no mercado, mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário, decretação de moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração nas políticas monetárias e cambiais, dentre outros eventos, podem impactar as condições de funcionamento do Fundo, bem como no seu respectivo desempenho.

Informações contidas no Prospecto.

O Prospecto pode conter informações acerca do Fundo, das Sociedades Investidas e dos Imóveis, bem como perspectivas de desempenho do Fundo que estão sujeitos a riscos e incertezas. Não há garantia de que o desempenho futuro do Fundo seja consistente com essas perspectivas, de modo que os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentação e Pensões do Iapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo CREDIT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações discursivas não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou fundo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Conclusão

O objetivo do fundo é prover rendimentos de longo prazo aos quotistas por meio da alocação de seus recursos prioritariamente na aquisição de ativos imobiliários, de forma direta ou indireta, para locação ou alienação, conforme regras definidas no regulamento.

Durante o período de investimento, o fundo priorizará a aquisição de ativos imobiliários, através da participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE's, e a realização de melhorias nos imóveis integrantes da carteira, buscando potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização.

As SPE's, por sua vez, poderão contratar operações de crédito para financiar a aquisição de ativos imobiliários e/ou a realização de melhorias nos imóveis integrantes da carteira. A definição da contratação dessas operações, e sua viabilidade, é de responsabilidade do comitê de investimentos. Não há um limite máximo de alavancagem permitido ao gestor na realização de tais operações. Conforme estudo de viabilidade realizado pela Colliers International, a estrutura do fundo permitirá alavancagem financeira, que somado ao volume captado de R\$ 400 milhões, chegará a aproximadamente R\$ 900 milhões em montante para aquisições de ativos imobiliários. Estes números representam uma alavancagem de 1,25 vezes o PL do fundo. O gestor do fundo informou que esta razão é meramente indicativa e representa um número conservador, baseado em transações semelhantes realizadas pelo gestor.

A gestora do fundo, GPRE Administradora de Recursos Ltda., pretende criar valor para os cotistas através da gestão ativa de um portfólio diversificado de propriedades comerciais para locação, sendo estes preponderantemente imóveis prontos ou em fase final de construção, e que ofereçam geração de renda e potencial de geração de valor através de melhorias, renegociação de aluguéis e gestão de inquilinos.

Os investimentos terão como foco as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, além de outras regiões do território nacional no caso de propriedades de uso logístico e/ou industriais.

Em São Paulo, a estratégia do fundo será de focar os investimentos em edifícios comerciais existentes em bairros pré-selecionados, em que se espera que as taxas de vacância permaneçam em níveis saudáveis, considerando o equilíbrio entre a demanda e novas entregas. Estas regiões são: Paulista, Jardins e Faria Lima, para as quais há uma baixa disponibilidade de outorga onerosa e estoque de metros quadrados adicionais para construções prédios comerciais, segundo a Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo.

No Rio de Janeiro, a estratégia do fundo será de concentrar-se nos prédios existentes, principalmente no Centro e na Zona Sul (nos bairros do Leblon e Ipanema). O Centro permanece sendo o coração comercial da cidade, onde algumas das maiores empresas do Brasil têm sede. A Zona Sul (nos bairros do Leblon e Ipanema) é uma região bastante atraente devido à sua localização na cidade, e possui oferta limitada de áreas comerciais.

No segmento de logística e industrial, a estratégia do fundo será de concentrar-se nos armazéns e complexos industriais de alta qualidade (condomínios dotados de estrutura específica, com pé direito de 10 a 12 m de altura, que possuem sprinkler – equipamento de segurança contra incêndio –, doca de mil metros, capacidade de piso adequada

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentados e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

para seis toneladas por m² e pátio de manobras que possibilite a movimentação de carretas), que já estão alugados para arrendatários e, preferencialmente, com contratos de longo prazo.

Para consecução da política de investimentos, o fundo contará com um comitê de investimento que terá as seguintes funções e atribuições:

- i) discutir, definir e alterar as diretrizes de investimento do fundo, observando sempre a política de investimento definida no regulamento, que deverão ser estabelecidas, no âmbito de cada oferta de quotas do fundo, no respectivo prospecto; e,
- ii) deliberar sobre os projetos e propostas de investimento, reinvestimento e desinvestimento do fundo em ativos imobiliários, observadas as diretrizes de investimento e a política de investimento do fundo, conforme relatórios elaborados pelo gestor, regulando as seguintes matérias, dentre outras: (a) aquisição, alienação e permuta dos ativos imobiliários; (b) redução do capital social das sociedades investidas; (c) despesas relativas à viabilização ou otimização dos investimentos do fundo em ativos imobiliários; (d) determinação de auditor independente que realizará a auditoria das sociedades investidas; (e) definição dos ativos imobiliários a serem investidos; e (f) definição da contratação de operações de crédito pelas sociedades investidas para financiar a aquisição de ativos imobiliários e/ou a realização de melhorias nos imóveis.

O comitê de Investimento será formado por 5 (cinco) membros, eleitos pelo administrador e pelo gestor, composto por pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes do administrador e do gestor.

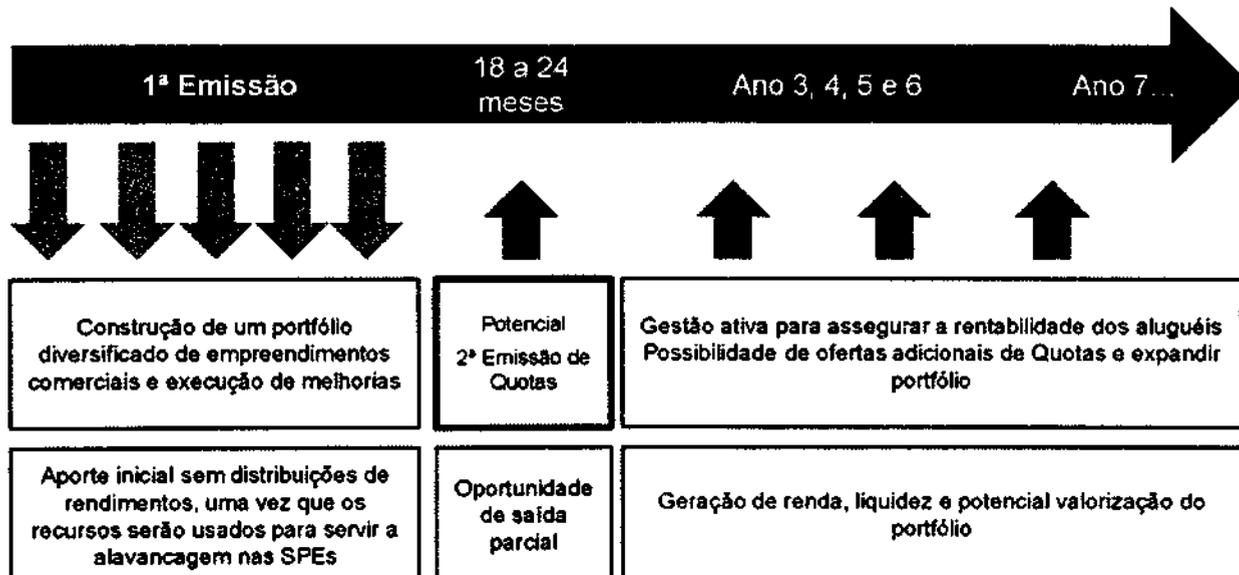
A composição e a proporção dos ativos imobiliários que poderão ser adquiridos pelo fundo serão livremente definidas, a critério do comitê de investimentos, em imóveis concluídos ou em fase final de construção, de qualquer valor, dimensão e em qualquer localidade, não havendo restrição ou impedimento em relação a estes critérios. Os limites de diversificação do fundo em aquisições de ativos financeiros são aqueles permitidos pela ICVM nº 409/2004.

O fundo terá prazo de duração de 7 (sete) anos, sendo que os 2 (dois) primeiros anos serão utilizados para formação da carteira imobiliária ("período de investimentos"). Findo o período de investimentos, será convocada assembleia geral de cotistas para deliberar sobre a emissão, ou não, de novas cotas (2ª emissão). Caso não seja aprovada a 2ª emissão, o fundo entra em período de desinvestimento e liquida ao final dos 7 (sete) anos. Caso seja aprovada a 2ª emissão, os recursos obtidos com a captação serão utilizados para capitalizar as SPE's investidas, reduzir a alavancagem, e transformar o fundo em um ativo de renda proveniente de aluguéis. Alcançando este estágio, o fundo passa a ter prazo de duração indeterminado.

Os cotistas da 1ª emissão terão preferência pela aquisição de cotas da 2ª emissão, que serão objeto de oferta pública com liquidação à vista, tendo suas condições definidas no respectivo suplemento, conforme deliberado na assembleia que aprovar a referida emissão. Findo o prazo para exercício do direito de preferência, e restando cotas a serem subscritas, tais cotas serão ofertadas ao mercado.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Napira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDIT & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou anexo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores citados estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Cabe destacar que, durante o período de investimentos, a eventual renda proveniente dos alugueis não serão distribuídas aos cotistas, e será retida nas SPE/Holding que irão adquirir os ativos, uma vez que os recursos serão utilizados para alavancar o PL do fundo.



Do ponto de vista da rentabilidade, as estimativas do gestor são de obter retornos acima da meta atuarial máxima permitida aos RPPS's, quer seja no cenário com 2ª emissão de cotas, que seja no cenário de não emissão. Tais estimativas e simulações encontram-se no estudo de viabilidade elaborado pela Colliers International, que faz parte integrante do prospecto do fundo.

		Captação de R\$400 milhões		Captação de R\$200 milhões	
		Estratégia I – Somente com 1ª Emissão	Estratégia II – Com 1ª e 2ª Emissão	Estratégia I – Somente com 1ª Emissão	Estratégia II – Com 1ª e 2ª Emissão
TIR					
1ª Emissão		21,7%	27,0%	20,6%	26,7%
2ª Emissão		N/A – não há 2ª Emissão	12,6%	N/A – não há 2ª Emissão	12,5%

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões do Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pelo conteúdo e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. O custo da carteira de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

A rentabilidade alvo não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade futura aos quotistas.

Apesar da proposta de gestão ativa a ser realizada na carteira do fundo, é possível que o fundo não obtenha os resultados desejados. Considerando o cenário macroeconômico atual, com a taxa SELIC saltando, desde o início de 2012, de 7,25% para os atuais 12,25% ao ano, ocorreu uma migração de recursos financeiros para investimentos de renda fixa. Este é um dos elementos que desequilibrou a relação oferta x procura do mercado imobiliário. De forma geral, há um excesso de ofertas imobiliárias que vem fazendo com que o preço dos imóveis sofra uma depreciação proveniente deste desequilíbrio. Por outro lado, o fundo terá um período de investimentos de 2 (dois) anos, prorrogáveis, para realizar os investimentos em ativos imobiliários, e poderá se beneficiar deste cenário para fazer aquisições em condições comerciais mais vantajosas para o fundo.

Ainda assim, é crescente a percepção de que os RPPS's devem assumir mais riscos na gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas para poderem superar suas metas, diversificando a carteira de investimentos com objetivo de buscar eficiência na gestão dos recursos. Não há dúvida de que os mercados de renda variável e imobiliário são condutores na busca por rentabilidades satisfatórias. Entretanto, deve ser considerada pelo investidor a máxima de que, maiores retornos são acompanhados por maiores exposições a riscos.

Portanto, há de se compreender os principais riscos que decorrem do investimento no fundo.

No caso específico do fundo em análise, os principais riscos são: de não obter a rentabilidade desejada, dado fatores conjunturais; do gestor encontrar dificuldades para diversificar a carteira em um portfólio de ativos imobiliários diversos; e da liquidez reduzida, em razão da falta de um mercado secundário robusto que possa proporcionar a saída antecipada do cotista. Recomendamos a leitura dos principais fatores de risco, detalhados no prospecto do fundo e neste relatório.

O valor mínimo para aportes é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Os recursos comprometidos deverão ser integralizados da seguinte forma:

- I. A primeira integralização de quotas do fundo, correspondente a pelo menos 30% (trinta por cento) do capital comprometido de cada quotista, deverá ser integralizado mediante comunicação do administrador, em ato subsequente a publicação do anúncio de encerramento.
- II. O restante do capital comprometido será integralizado pelo preço de integralização em atendimento às chamadas de capital que serão realizadas pelo administrador durante o período de investimento, nas quais os quotistas serão chamados para aportar recursos no fundo, mediante a integralização parcial ou total das quotas que tenham sido subscritas por cada um dos quotistas.

Em nossa avaliação, o fundo está enquadrado no que determina a Resolução CMN nº 3.922/2010, artigo 8º, Inciso VI, não havendo, portanto, impedimento legal em receber aportes de Regimes Próprios de Previdência Social. A cláusula 10.12 do regulamento do fundo, determina que as cotas serão admitidas a negociação exclusivamente no mercado de bolsa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, mercado de balcão organizado e administrado pela

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Ilhéus. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITIC & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo. Gestor da carteira em qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Data: 11/02/2015

CETIP. No mercado de bolsa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, as cotas serão negociadas sob o "ticker" GPRI11.

Opinião quanto ao fundo na carteira do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

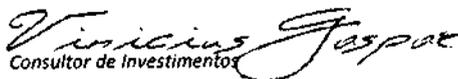
A política de investimento do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira elaborada para o exercício de 2015 prevê limite para aplicação de 3% no Artigo 8º, Inciso VI, não tem aplicação dentro do segmento.

A estratégia de investimentos do produto agrega diversificação para carteira de investimentos do RPPS, pois apresenta perspectivas de retorno compatível com o objetivo atuarial do Instituto no longo prazo. Porém, o valor da aplicação frente ao patrimônio é elevado, tendo em vista os recursos de uma a massa.

Considerando os diversos riscos que são pertinentes os investimentos em Fundos de dos de Investimentos Imobiliários é recomendável ao RPPS, na ocasião da decisão pelo investimento, que observe o limite estabelecido na Resolução CMN n° 3922/2010, bem como a prudente e necessária diversificação entre os investimentos, de forma a otimizar e diluir os riscos envolvidos neste segmento.

O RPPS deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS nº 440/2013, em especial a necessidade do investimento ser precedido de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras.

Esta análise de investimento somente será válida caso o administrador e gestor do fundo, nesse caos personalidade jurídicas distintas, tenham sido objeto do prévio credenciamento, em obediência aos requisitos da Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, em especial quanto ao disposto no Artigo 3º, Parágrafo 2º, Inciso I, Alíneas "a", "b", e "c", e considerados aptos pelo órgão colegiado competente do RPPS.


Consultor de Investimentos

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia desta relação é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou ainda do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regimento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Reais (R\$). Para os dados foram feitas observações diárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATESTADO DE COMPATIBILIDADE DE APLICAÇÕES DE RECURSOS

Em atenção às disposições contidas na Portaria MPS n.º 440, de 09 de outubro de 2013¹, atestamos que as receitas anuais do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira, relativas ao Fundo Previdenciário Capitalizado, são suficientes para cobrir as despesas anuais até o ano de 2030, justificando, portanto, a realização da aplicação no Fundo Caixa Logística FIC FIP, com prazo de duração do fundo de 12 (doze) anos prorrogáveis por mais 03 (três) a contar da data da 1ª integralização prevista para o ano de 2015, por estar compatível com as obrigações presentes e futuras do Fundo Previdenciário Capitalizado.

Para tanto, apresentamos as projeções de receitas, despesas e saldo do Fundo Previdenciário Capitalizado até o ano de 2030, extraídas da Avaliação Atuarial realizado em dezembro de 2013:

QUADRO 5 – Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2013	5.022.245,21	158.525,15	27.548.244,04
2014	5.431.362,50	239.237,47	34.453.569,71
2015	5.156.919,02	342.612,72	42.335.415,19
2016	5.684.349,84	474.341,93	51.083.345,11
2017	7.123.647,14	714.209,02	60.530.901,98
2018	7.471.494,85	973.724,39	70.586.900,29
2019	7.917.164,94	1.096.499,50	81.729.699,75
2020	8.437.015,81	1.250.053,83	93.620.443,71
2021	8.950.530,92	1.423.525,74	106.973.675,52
2022	9.415.773,45	1.592.209,17	121.213.040,34
2023	9.848.523,39	1.784.824,24	136.641.674,99
2024	10.578.935,53	2.137.236,68	153.262.934,24
2025	11.200.516,91	2.700.390,33	170.960.036,87
2026	11.639.147,46	3.269.509,48	189.603.477,07
2027	11.924.272,76	4.316.402,41	208.394.656,04
2028	12.375.199,16	5.945.229,72	227.323.516,34
2029	12.731.972,44	7.603.938,49	246.091.262,30
2030	13.001.714,92	8.929.076,86	264.933.376,33

Itapira, em 19 de março de 2015.

Estercita Rogatto Belluomini
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

¹Portaria MPS n.º 519 de 24/08/2011 - Art. 3º, Inciso IX, § 4º: "As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime." (Incluído pela Portaria MPS n.º 440, de 09/10/2013)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATESTADO DE COMPATIBILIDADE DE APLICAÇÕES DE RECURSOS

Em atenção às disposições contidas na Portaria MPS n.º 440, de 09 de outubro de 2013¹, atestamos que as receitas anuais do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira, relativas ao Fundo Previdenciário Capitalizado, são suficientes para cobrir as despesas anuais até o ano de 2022, justificando, portanto, caso seja realizada a aplicação no Fundo GP Caixa Renda Imobiliária Fundo de Investimento Imobiliário - FII, prazo de duração do fundo de 07 (sete) anos a contar da 1ª integralização que deverá acontecer em 2015, por estar compatível com as obrigações presentes e futuras do Fundo Previdenciário Capitalizado.

Para tanto, abaixo fica demonstrado as projeções de receitas, despesas e saldo do Fundo Previdenciário Capitalizado até o ano de 2022, extraídas da Avaliação Atuarial realizado em dezembro de 2013:

QUADRO 5 – Projeção Atuarial

Ano	Receita	Despesas	Saldo
2013	5.022.245,21	158.535,15	27.546.344,04
2014	5.491.962,50	239.237,47	34.458.569,71
2015	6.156.919,02	342.511,72	42.335.415,19
2016	6.654.345,94	476.241,93	51.093.645,11
2017	7.125.647,24	714.305,02	60.530.901,92
2018	7.471.494,55	973.724,35	70.668.600,29
2019	7.917.164,94	1.096.499,50	81.729.599,75
2020	8.437.015,01	1.250.053,03	93.020.443,71
2021	8.950.530,92	1.423.525,74	106.978.675,52
2022	9.413.772,45	1.592.209,17	121.219.640,34

Itapira, em 19 de março de 2015.

Estercita Rogatto Belluomini
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

¹Portaria MPS n.º 519 de 24/08/2011 - Art. 3º, Inciso IX, § 4º: "As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime." (Incluído pela Portaria MPS n.º 440, de 09/10/2013)